

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**O PROGRAMA DE BOLSAS DE MANUTENÇÃO
ACADÊMICA COMO ESTRATÉGIA DA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE NA UFPE.**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

WALEWSKA FARIA A. BARRETO

ORIENTADORA: Maria Alexandra M. Mustafá.

Recife, fevereiro de 2003

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**O PROGRAMA DE BOLSAS DE MANUTENÇÃO ACADÊMICA COMO
ESTRATÉGIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE NA UFPE**

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Serviço Social da
Universidade Federal de Pernambuco,
como requisito para obtenção do grau de
Mestre, sob orientação da Prof^a Dr^a Maria
Alexandra Mustafá.**

Recife, Fevereiro de 2003.

WALEWSKA FARIA ALCÂNTARA BARRETO

**O PROGRAMA DE BOLSAS DE MANUTENÇÃO ACADÊMICA COMO
ESTRATÉGIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE NA UFPE**

BANCA EXAMINADORA

**Profª Drª Maria Alexandra Monteiro Mustafá
Orientadora**

Profª Drª Anita Aline A. Costa

Profª Drª Eliane Maria Monteiro da Fonte

Recife, Fevereiro de 2003.

“O novo exige que A GENTE admita que SABE muito POUCO. Quase nada.

Exige a HUMILDADE do APRENDIZADO e da REFLEXÃO.

O problema é que o tempo não pára pra gente aprender.

TEM-SE QUE APRENDER FAZENDO”.

Maria Rita Khel

AGRADECIMENTOS

A DEUS, por mais uma vez iluminar o meu caminho, possibilitando a concretização deste trabalho.

Em especial, a minha família, nas pessoas de Amynthas Neto, Amynthas Bisneto, Ananda Faria. Sem o carinho e apoio de vocês, este trabalho não seria possível.
AMO VOCÊS!

Ao Pró-Reitor Acadêmico, prof^o Roberto Quental e toda a sua equipe, pelo grande apoio e confiança que me foi dada.

Ao DAE, enquanto Departamento de Assistência ao Estudante, válvula propulsora de dias melhores aos menos favorecidos na promoção e valorização dos indivíduos na perspectiva do direito de cidadania e a todos os que o compõem, nas pessoas da Prof^a Dr^a Eliane da Fonte - Diretora do DAE e parte integrante da banca examinadora deste trabalho -; da Prof^a Elizabete Miranda e Eloine Alencar – Coordenadoras -; da minha colega Laura Lacerda - Assistente Social, e com quem compartilho os dias difíceis; as estagiárias Camila, Fabíola, Maria José, Paola, Christiane e Karina; das servidoras Nizodete Vasconcelos, Glória Souza e D. Helena e das colaboradoras Andréia e Adriana pela garra, iniciativa, decisão e brilhantismo. Apesar dos pesares, conquistamos um lugar ao sol!

À Mestra Prof^a Dr^a Anita Aline, pelo incentivo, compreensão e apoio, meu muitíssimo obrigado. Sem você nas discussões nada seria possível. Você mora no meu coração!

À professora Alexandra Mustafá pelas reflexões e discussões pertinentes, bem como, apoio, paciência e dedicação para a concretização deste trabalho o meu muito obrigado!

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e ao seu corpo docente por acreditar neste trabalho como mais uma etapa de nossa formação acadêmica e profissional.

À Secretaria do Mestrado, em especial, a Jacilene, pelo carinho e incentivo e pela qualidade dos serviços prestados, meu muito obrigado.

À minha amiga, Carla Patrícia, Assistente Social, mestra pela UFPB e que também luta e acredita na Assistência, pelo apoio e discussão. Durante todo esse tempo estávamos no mesmo barco. VALEU!

A meu amigo Roberto Sá, pelo carinho, apoio e insistência de ver-me Mestre. A você desejo a sua maior conquista: o título de Doutor que será em breve.

Aos amigos, Prof^o Nicodemos Teles, Diretor do DAE no período (1992/1996), Henrique Soares, Zé Carlos, Alberto, Glória e Eloína das “Terças de Descontração”, um registro especial.

Aos meus queridos estudantes, independentes de sexo, cor, partido político e, em especial, a todos que de uma maneira ou de outra estão vinculados a algum programa do DAE e que sempre acreditaram na minha conquista, meu muito obrigado!

SUMÁRIO

LISTAS DE SIGLAS	9
RESUMO	11
ABSTRACT	12
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM ENFOQUE NO ENSINO SUPERIOR	21
1.1 Fundamentos da Política de Educação no Brasil	22
1.2 Modelo de Educação e o Sistema de Ensino Superior no final do século XX	30
CAPÍTULO II - A POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E AS PARTICULARIDADES NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	39
2.1. Considerações sobre a Política de Seguridade Social na atualidade: Um enfoque sobre a Política de Assistência Social.....	40
2.2. Assistência Social: da Benemerência ao Direito Social.....	49
2.3. A Política de Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior na Contemporaneidade.....	56
2.4. Histórico da Política de Assistência ao Estudante na UFPE....	67
CAPÍTULO III - OS PROGRAMAS DE BOLSA DE TRABALHO NA UFPE	79
3.1. A Trajetória histórica dos Programas de Bolsas e Modalidades.....	80
3.2. Os Programas de Bolsas de Graduação da UFPE.....	85
3.3. O Programa de Bolsas de Manutenção Acadêmica: Origem, trajetória e os novos direcionamentos.....	89
CAPÍTULO IV - O PROGRAMA DE BOLSAS DE MANUTENÇÃO ACADÊMICA COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DA UFPE	109
4.1 O resultado da pesquisa de campo.	112

CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
FONTES CONSULTADAS	144
ANEXOS	149

LISTAS DE SIGLAS

ABIPEME – Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercado
ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior
CAPES – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPASM – Centro de Estudo Pesquisa e Atenção à Saúde Mental
CEUS – Casa do (a) Estudante Universitário (a)
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DAE -- Departamento de Assuntos Estudantis
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DEE – Departamento de Expediente Escolar
ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio
FADE/UFPE – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE
FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IFES – Instituição Federal de Ensino Superior
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIKA – Laboratório de Imunopatologia Keiso Asami
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
MEC – Ministério da Educação e Cultura
NAE – Núcleo de Apoio a Eventos
NEFD – Núcleo de Educação Física e Desportos
NTI – Núcleo de Tecnologia da Informação
PET – Programa Especial de Treinamento
PROACAD – Pró-Reitoria Acadêmica/UFPE
PROCOM – Pró-Reitoria Comunitária/UFPE
PROEXT – Pró-Reitoria de Extensão/UFPE

PROGEPE – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal e Qualidade de Vida

PROPESQ – Pró-Reitoria de Pesquisa/UFPE

PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento/UFPE

RU - Restaurante Universitário

SESU – Secretaria de Ensino Superior

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UNICEF – United Nation International Children´s Emergency

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo investigar a relevância do Programa de Bolsas de Manutenção Acadêmica como prática da Política Social de Assistência ao Estudante, na UFPE – Universidade Federal de Pernambuco –, através de análise junto aos bolsistas e não bolsistas, contemplando o acesso e a permanência dos estudantes de baixa renda no processo de ensino e aprendizagem. O interesse pela temática surgiu a partir da minha atuação como Assistente Social, no DAE – Departamento de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Pernambuco. Inserida na equipe profissional responsável pela execução da política de assistência ao estudante esta atividade me possibilitou questionar sobre os programas e ações de assistência aos residentes. Fato que deixa grande parte da população de baixa renda da Região Metropolitana do Recife com pouco ou reduzido apoio. Inicialmente, analisaremos o contexto social presente, face às transformações societárias em curso e sua consequência no mundo do trabalho. Em seguida, abordaremos a Política Nacional de Educação, a Política de Assistência Social no Brasil e seus rebatimentos no espaço universitário, e a trajetória histórica dos Programas de Bolsas na UFPE. Finalmente, traremos a análise da pesquisa realizada, contendo os resultados, conclusões e recomendações para futuras implementações.

ABSTRACT

This paper aims to investigate the outstanding role of the Programa de bolsas de manutenção Acadêmica (Permanet Academics Scholarship Programme) as a practice for Social Aid Students Policy of the National University of the State of Pernambuco (UFPE) as a result of an analysis of the scholarships holders and nonholders, for the access and attendance of low income students in the process of teaching and learning. The interest in the subject has been taken from my practice as a social assistant in the Students Matters Department (DAE) of the National University of the State of Pernambuco (UFPE) where I as a member of the professional team work for carrying out the Students assistance policy which has afforded me to call in question the programme and the centralized in the residents. Such fact leaves the majority of Recife metropolitan area low income residents with either small or no support at all. To begin with, the present social context has been analysed in the light of the current social changes and their consequences in the labour market. Later on, the Education National Policy and the Brazilian Social Aid Policy and their influence in the university environment and the historical evolution of the UFPE scholarship Programmes. To end up with, a research analysis has been performed with their results, conclusions and recommendations for further implementation.

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo analisar a política de assistência ao estudante, no espaço acadêmico por meio da avaliação do Programa de Bolsas de Manutenção Acadêmica da UFPE, através de seus usuários, constituindo-se em uma exigência acadêmica para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social/UFPE, sendo enquadrada na linha de Pesquisa Estado, Políticas Sociais e Ação do Serviço Social do referido programa de pós-graduação.

O presente estudo tem por título *O Programa de Bolsas de Manutenção Acadêmica como estratégia da política de assistência ao estudante na UFPE*. A escolha deste foi a partir da minha atuação como assistente social, no Departamento de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Pernambuco, onde estou inserida. Esta atividade me possibilitou questionar, dentro da diversidade socioeconômica e cultural que marca o perfil do alunado brasileiro, a importância da assistência no atendimento das demandas relativas a esse segmento centralizado nos residentes, fato que deixa grande parte da população de baixa renda da Região Metropolitana do Recife com pouco ou nenhum apoio.

A busca de conhecimento sobre a assistência social foi imprescindível para o nosso estudo porque permitiu esclarecer o significado da assistência estudantil, no interior das Universidades Públicas, bem como a forma de apresentar-se atualmente (seletiva e fragmentada), apesar de envidarmos esforços para uma assistência ampliada.

Assim, partimos do argumento de que as formas de operacionalização da assistência social no espaço acadêmico estão diretamente atreladas aos processos conjunturais que vêm alterando o perfil das políticas sociais no Brasil a partir dos anos 90, a exemplo das políticas de assistência social e a de Educação Universitária.

A missão da Universidade se cumpre a medida em que gera, sistematiza e socializa o conhecimento e o saber, formando profissionais e cidadãos capazes de contribuir para o projeto de uma sociedade mais justa e igualitária. A universidade é capaz de contribuir para a própria sociedade brasileira, abrigando também as contradições nela existentes.

Conforme o FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores para Assuntos Comunitários e Estudantis – a busca da redução das desigualdades sócio-econômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade. Essa democratização não se pode efetivar sem a necessária criação de mecanismos que garantam a permanência dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de camadas sociais cada vez mais pauperizadas e que apresentem dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.

A ausência de recursos, por parte do governo, para a manutenção de políticas que busquem criar condições objetivas de permanência deste segmento na universidade, faz com que, muitas vezes, os estudantes desistam dos seus cursos, ou mesmo retardem a conclusão. Portanto, torna-se urgente a definição de verbas específicas destinadas à manutenção da assistência no orçamento anual do MEC que, a partir de 1982, foram extintas. Ficando a cargo de cada universidade, através de seus dirigentes e dentro de seus escassos orçamentos, direcionar parte dos recursos à assistência para implantação de programas e projetos que possam reduzir as desigualdades sócio-econômicas e culturais entre os graduandos.

Questionamos a ausência de uma pesquisa a nível nacional, atualizada, que nos possibilitam conhecer as demandas estudantis no interior das universidades, respeitando as particularidades de cada instituição, de modo a efetivar uma política de assistência estudantil. Acreditamos que estes mecanismos possibilitem

desenvolvimento dos alunos em sua plenitude acadêmica, associando a qualidade de ensino ministrado a uma política efetiva de assistência plena, em termos de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura, lazer, entre outros.

Podemos considerar um trabalho inédito, pois temos conhecimento de um trabalho de menor proporção, elaborado pela Fundação Mendes Pimentel/UFMG, no qual nos espelhamos para elaborar um similar a partir dos objetivos propostos. Certamente esta dissertação servirá de referência a tantas outras. Acreditamos que a Bolsa, especificamente a de Manutenção Acadêmica, enquanto um instrumento de assistência ao estudante, é viável no interior da universidade, fato este constatado na pesquisa de campo que demonstrou a importância desta bolsa para o estudante de baixa renda, sendo esta válida como proposta de trabalho.

A Universidade Federal de Pernambuco, uma instituição de ensino superior com personalidade jurídica e autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar tem como objetivo fundamental cultivar o saber em todas as áreas do conhecimento puro e aplicado. Ministra o ensino em grau superior, realiza pesquisa e estimula as atividades criadoras no campo das ciências, das letras, das artes e das técnicas. Aplica-se no estudo da realidade brasileira e colabora para o desenvolvimento do país, em particular, do Nordeste. Articula-se com os poderes públicos e a iniciativa privada. Realiza o intercâmbio científico e cultural, bem como participa de programas oficiais de cooperação nacional e internacional.

De acordo com seu Plano de Ação, destacamos as seguintes diretrizes para a assistência estudantil na UFPE:

“aperfeiçoar os programas de assistência médica, odontológica, psicológica e social e implementar o programa de assistência jurídica à comunidade universitária; complementar o programa de residências estudantis implantando um serviço de orientação ao estudante, visando acomodação extra-campus e aperfeiçoar as regras de permanência nas residências estudantis” (Plano de Ação, 1996, p.58).

A Assistência Social na Universidade é operacionalizada pelo DAE – Departamento de Assuntos Estudantis – vinculada à Pró-Reitoria Acadêmica. É constituída por uma Diretoria, uma Coordenação, o Setor de Serviço Social, o CEPASM – Centro de Ensino Pesquisa e Apoio à Saúde Mental – e o NAE – Núcleo de Apoio a Eventos.

Dentre os programas estão: o de moradia estudantil, o de apoio aos residentes das Casas do Estudante Universitário: apoio psico-pedagógico, ao desenvolvimento acadêmico e profissional dos residentes, e melhoria da qualidade de vida do residente, o de moradia extra-campus, o de aulas particulares em domicílio, o conheça sua universidade e o de bolsa de manutenção acadêmica que será o referencial de estudo do nosso trabalho, considerando a sua importância na formação, na regularidade do período de conclusão e na diminuição da evasão escolar do estudante.

Atualmente o DAE exerce um importante papel, quando da operacionalização da política de assistência ao estudante, em meio a uma conjuntura de escassez nos recursos e verbas para esse fim.

A proposta de trabalho é investigar a relevância do programa de Bolsa de Manutenção Acadêmica como prática da política social de Assistência ao estudante, na Universidade Federal de Pernambuco. Para isto traçaremos o perfil socioeconômico do bolsista, enquanto beneficiário do Programa; verificaremos a relação existente entre ser bolsista X desempenho acadêmico; conheceremos as demandas trazidas, por assistência, pelos grupos pesquisados (bolsistas e não-bolsistas); avaliaremos o Programa de Bolsas de Manutenção Acadêmica sob a ótica do bolsista e finalizaremos caracterizando o Programa de Bolsas de Manutenção Acadêmica em relação aos demais programas de Bolsa de graduação na UFPE.

A etapa dos procedimentos metodológicos é como uma incursão do método científico que permite a realização de uma aproximação com a realidade social através do objeto de estudo, que será mediado por meio das categorias que unem o teórico ao empírico.

Para investigação do objeto de estudo proposto, é importante termos como base, a elaboração de um quadro analítico de conhecimento sobre a política de assistência estudantil, de modo a verificar a trajetória do Programa de Bolsa de Manutenção Acadêmica e sua eficiência. Também que contribuições o programa traz, enquanto estratégia de ampliação da assistência ao estudante no espaço acadêmico. Para isso, faz-se necessário um estudo teórico/histórico sobre a política de assistência ao estudante no Brasil.

Categorias que serão consideradas: assistência ao alunado, estudante de baixa renda, desempenho acadêmico e inserção social do estudante.

Serão fontes potenciais de informações: relatórios, boletins oficiais, fichas cadastrais dos estudantes, pesquisa de campo. Tais documentos são fundamentais para a construção e análise do perfil sugerido pelo estudo.

No que se refere ao perfil dos bolsistas, consideramos como pontos principais de análise: faixa etária, gênero, naturalidade, estado civil, condições de moradia, número de membros da família, situação socioeconômica da família, nível de escolaridade dos pais, ocupação dos pais, participação na renda familiar, como concluiu o ensino fundamental e médio, formas de ingresso no Ensino Superior, demandas por assistência, atividade desempenhada, desempenho acadêmico, serviços utilizados no interior da Universidade, atividades extra-classe, meios de informação etc.

A pesquisa foi realizada no âmbito da UFPE. O universo da pesquisa constitui-se de 80 bolsistas: alunos de graduação dos mais diversos cursos que participam do

Programa e o grupo de alunos não-bolsistas que fizeram parte do processo seletivo à Bolsa de Manutenção Acadêmica ocorrido no período de 29/10/ a 10/12/02, conforme calendário anexo.

O instrumento da coleta de dados foi o questionário (Ver anexo).

Inicialmente, fizemos um pré-teste com uma amostra piloto para verificar se o questionário aplicado atendia aos objetivos da pesquisa. Posteriormente, utilizamos uma amostra aleatória, simples, supondo uma frequência esperada de 50% (que dá, para o mesmo erro, o maior tamanho da amostra) e, admitindo um erro de 5% pontos percentuais e 95% de confiança, então: $n = 35$ para o grupo de bolsistas e $n = 40$ para o grupo de não-bolsistas, cálculo feito no programa *Epi-Info*. Para o grupo dos bolsistas foram consultados os históricos escolares para verificar a diferença entre o desempenho acadêmico do mesmo no período anterior à Bolsa e o período posterior à Bolsa. Este desempenho entendido como rendimento semestral global, desde a entrada no curso até o momento da pesquisa.

A opção metodológica, não foi unicamente determinada pelo objeto de estudo, mas também pelo nosso posicionamento, enquanto pesquisadora, a visão e compreensão do mundo que temos, bem como nosso envolvimento com a realidade pesquisada. Desta forma, considerando a natureza do objeto, juntamente com os referidos aspectos, nosso estudo foi estruturado com base nos pressupostos da pesquisa qualitativa e quantitativa, seguindo a interpretação dos dados.

Após a análise da coleta de dados, através do SPSS, apresentamos o relatório final que tem por finalidade trazer os resultados da pesquisa, tanto para a Instituição, quanto para os próprios pesquisados. Nele procuramos fazer uma retrospectiva do que se pretendia com o trabalho apresentando, de maneira resumida, os objetivos propostos, hipóteses, conceitos que embasaram e os procedimentos utilizados. Por fim, os principais resultados, contribuições para o

conhecimento da temática, recomendações/sugestões de ordem prática ou profissional para ampliação, conforme previsto nos objetivos deste trabalho.

A presente dissertação consta de quatro capítulos: o primeiro capítulo, *A política de Educação no Brasil: Um enfoque no Ensino Superior* tem como objetivo trazer o modelo de educação e o sistema de ensino superior no final do século XX partindo do pressuposto de que tais elementos estão atrelados tanto ao significado da assistência, quanto ao da história da educação no Brasil.

No segundo capítulo, *A política de Seguridade Social e as particularidades no âmbito da Assistência Social no Brasil*. Desenvolvemos a trajetória das Políticas Sociais no Brasil, particularmente a de assistência social em meio a um país com fortes traços burgueses e que mantém um elevado índice de desigualdades sociais em detrimento às inovações tecnológicas de um novo século. Estudaremos, especificamente, a assistência ao estudante, com destaque para o importante movimento de luta que é o FONAPRACE. Vale salientar que a assistência ao estudante não está isolada dos fatores conjunturais e as transformações societárias em curso num país marcado pelo assistencialismo/clientelismo que não reconhece esta política como um direito e ainda, retira do Estado a responsabilidade com relação à educação particularmente ao nível do Ensino Superior.

Nosso terceiro capítulo é *Os Programas de Bolsas de trabalho na UFPE*, especificamente o de Bolsas de Manutenção Acadêmica - como sendo uma das estratégias da política de assistência ao estudante, mostrando sua trajetória histórica, dificuldades, avanços e perfil atual. Apesar de ser um programa seletivo, dentro dessa seletividade floresceu, ainda que de minuto, a vitória daqueles que foram beneficiados. Daí porque sempre acreditamos na credibilidade e relevância deste programa.

No quarto capítulo, traremos os resultados da pesquisa propriamente dito e as sugestões advindas do que foi pesquisado.

Acreditamos que o nosso estudo possa servir de referência e que possibilite uma maior compreensão quanto ao significado da assistência social, a partir de sua perspectiva ainda restrita. Apesar deste aspecto, é de suma importância no espaço acadêmico, e amplia seu campo de ação na conquista do direito de cidadania por meio da garantia do acesso e permanência do estudante ao ensino superior público.

Cabe às Instituições Federais de Ensino Superior, assumirem a assistência estudantil como direito e espaço prático de cidadania; buscar ações transformadoras para o desenvolvimento do trabalho social com seus próprios integrantes; investimentos de efeito educativo e, conseqüentemente, multiplicador.

É fundamental articular as ações de assistência social ao processo educativo, para que a universidade brasileira forme cidadãos qualificados e comprometidos com a sociedade e com a sua transformação, concretizando de fato a democratização do Ensino Superior Público.

CAPÍTULO I
A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL:
UM ENFOQUE NO ENSINO SUPERIOR

Capítulo I - A Política de Educação no Brasil: Um enfoque no Ensino Superior.

1.1 Fundamentos da Política de Educação no Brasil.

Nas sociedades primitivas, a educação se dava de maneira difusa, assistemática e, sobretudo, espontânea. Concentrava-se na figura da família, estando intimamente relacionada com a transmissão das técnicas de sobrevivência, das tradições e da cultura que eram passadas de pai para filho, de geração para geração. Com a complexidade da cultura, a família não mais podia cumprir a difícil tarefa de transmitir sozinha o acervo cultural necessário para que as pessoas pudessem integrar-se na sociedade. Surgiram assim, as instituições educacionais, o ensino passou a ser transmitido de maneira sistemática e concreta.

Na Idade Média, devido à união entre o Estado e a Igreja, a educação possuía um aspecto nitidamente religioso, pois com o advento do Cristianismo a Igreja passou a exercer grande controle sobre a educação. O clero era encarregado de estabelecer o sistema de ensino geral. A educação era um privilégio da minoria que detinha o poder econômico e político. A sociedade era organizada em “castas” sociais que eram sinônimas de uma sociedade fechada. Sendo impossível a mobilidade social, o ensino era ministrado de acordo com os pensamentos e ideais da classe dominante que objetivava perpetuar-se no poder.

No século XVIII, ocorreu a separação entre a Igreja e o Estado, em razão do desenvolvimento dos direitos individuais e das idéias acerca do governo civil. O ensino que era essencialmente religioso passou a tornar-se estatal e nacional.

Um grande marco para a história da educação foi a Revolução Francesa, pois, foi a partir dela que as escolas públicas passaram a ser oferecidas a todas as

classes sociais. A democratização das escolas públicas, com o objetivo de formação do homem, independentemente da classe social a que pertencia, só ocorreu, no entanto, no século XX.

Como exemplo dessa democratização, podemos citar a Constituição de Weimar de 1919, a Constituição do México de 1917 e, no regime soviético, a Constituição de 1936, atribuindo em seus textos um papel de destaque para o problema da educação.

Nos países católicos como o Brasil, a obra efetiva do ensino recaiu sobre as ordens religiosas, particularmente sobre os jesuítas, até a metade do século XVIII. Os jesuítas vieram ao Brasil com o intuito de expandir a religião católica, aumentar o número de fiéis através da conversão, catequizar os índios impondo a ele valores descontextualizados e obrigando-os a negar os já construídos sob forma de violência e exclusão. Instalaram escolas para os filhos dos colonos destinadas ao ensino fundamental, já que o ensino superior era feito na corte ou em outros países da Europa.

A partir de 1930, a educação passa a ser reconhecida como política pública e regulamentada pelo Estado. A Constituição de 34 foi inspirada na Constituição de Weimar de 1919, com um capítulo especial à educação e à cultura; expandiu a educação aos estrangeiros domiciliados no país e manteve estrita relação com os princípios pertinentes à família, declarando ser esta um direito de todos. Já a Constituição de 37, tratou da falta de recursos necessários à educação em instituições particulares, à infância e à juventude; afirmava ser dever da Nação, dos Estados e Municípios assegurar a fundação de instituições públicas de ensino em todos os graus.

A Constituição de 46 definiu a educação como sendo um direito de todos a ser transmitida nos lares e nas escolas. Era inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

A Constituição de 1967 vem reforçar a Constituição de 46 quando estabelece a educação como sendo um direito de todos, assegurando a igualdade de oportunidade. A partir da emenda constitucional 69, um importante passo foi dado, quando inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana, é direito de todos e dever do Estado, e terá o amparo técnico e financeiro dos poderes públicos.

A Constituição de 1988, em seu artigo 205 trata da educação como direito de todos e dever do Estado. Deste modo, acabou por capacitar qualquer pessoa a solicitar a prestação estatal do ensino. A educação, na forma da lei, se tornou um direito público, acionável e exigível do Estado, devendo ser dirigida a todas as classes sociais e a todos os níveis de idade, sem qualquer tipo de discriminação, ou seja, deve ser considerada como privilégio de todos, devendo o Estado proporcionar condições para que todos tenham acesso de modo igualitário.

No que diz respeito ao Ensino Superior, a idéia de universidade remonta às primeiras incursões do homem nos domínios do pensamento filosófico.

No final do século X, em Salerno, já havia uma escola de Medicina em plena atividade. Outras escolas foram criadas na região mediterrânea, no seio da Igreja Católica.

No século XIII já estavam criadas as primeiras universidades em Bolonha, Paris, Oxford, Montpellier, Cambridge e Pádua. Na América Latina, as primeiras a serem criadas foram as de Santo Domingo (1538), Lima (1551) e México, sempre controladas por ordens religiosas.

Entre 1780 e 1860, houve a primeira renovação no sistema universitário a nível mundial com as mudanças introduzidas nas universidades alemãs e francesas. Na Alemanha, as transformações foram influenciadas pela corrente neo-humanista de W. Von Humboldt, Fichte e Schleiermacher que propuseram a

liberdade de aprender e ensinar, ganhando corpo o ensino mais especializado e científico. Na França, o modelo universitário volta-se para a formação profissional sob a influência da Revolução Francesa.

Uma segunda transformação ocorreu entre 1860 e 1940, com ampla diversificação, expansão e maior fixação dos docentes na vida acadêmica.

A partir de 1940, houve um grande crescimento na demanda pelo ensino superior em todo o mundo, exigindo mudanças nos modelos organizacionais e pedagógicos das universidades.

No Brasil, conforme Ribeiro (1991, p.90), ao tecer um panorama histórico do surgimento da Universidade na América Latina, conclui que: *“o Brasil chegou à independência sem contar com nenhuma Universidade”*. Só após a Proclamação da República havia apenas cinco faculdades, duas de Direito em São Paulo e Recife, duas de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro e uma politécnica no Rio. Apesar de, em 1592, os jesuítas terem fundado e instalado a primeira universidade brasileira, a Universidade do Brasil, porém esta jamais foi oficializada e reconhecida. Somente em 1920, foi criada a Universidade do Rio de Janeiro, hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro e, nos anos 40, e 50 outras universidades foram formadas pela associação de faculdades existentes. Deste modo, podemos afirmar que o Brasil caracteriza-se por ser um país de tradição universitária tardia.

Segundo Ribeiro (1991, p. 90), ainda hoje *“o Brasil ressentido da mesquinhez do colonialismo Português. Seus efeitos são visíveis no fato de continuar sendo a nação Latino Americana com menor proporção de população entre 19 a 22 anos matriculada em escolas de nível superior”*.

Durante o Estado Novo (1937-45), as diretrizes ideológicas que vão nortear a educação estão pautadas num caráter fortemente centralizador e autoritário.

Neste período, as universidades se tornaram vítimas de uma organização monolítica do Estado sem qualquer autonomia, decorrendo daí a concepção de que o processo educativo poderia ser objeto de estrito controle legal. A rigidez dos currículos, o ensino voltado para a conferência de diploma, a pouca variedade de carreiras oferecidas sem vínculo com as necessidades da sociedade, bem como o caráter elitista, constituíram aspectos da estrutura básica da universidade brasileira até o início dos anos 50 (Oliveira, 1997, p.32). Com a queda do Estado Novo a universidade do Brasil passa a gozar de autonomia administrativa, financeira e disciplinar. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 4.024/61), art. 80 “*As universidades gozarão de autonomia administrativa, financeira didática e disciplinar*”. Mas, a própria lei restringiu a autonomia proclamada, quando delegou ao Conselho Federal de Educação a atribuição de aprovar os estatutos das universidades.

Os acontecimentos políticos após março/64, com o projeto nacional desenvolvimentista que influenciou o mundo universitário, mudaram os rumos das universidades. O golpe militar de 64 trouxe, além da violência dos militares, uma forte ruptura no tecido social. O fechamento da UNE – União Nacional dos Estudantes – a prisão dos líderes estudantis e a cassação dos direitos de professores e alunos trouxeram sérias conseqüências à democracia brasileira. A complexidade do contexto histórico brasileiro e os elevados níveis de sofisticação e de custos do ensino superior também provocaram a urgência de modificações substantivas na política educacional e em sua própria estrutura. A lei 5540/68 organizou uma Reforma Universitária drástica e violenta, com prisão e cassação de professores e separação das verbas, destinando-as aos sistemas de ensino privado e público. Segundo Germano apud Oliveira (1997, p.37),

“a Reforma Universitária assimilou alguns elementos de renovação, introduziu a estrutura de departamentos; a extinção da cátedra; a adoção do sistema de créditos com sua periodicidade semestral; instituiu o ciclo básico e o profissional; regulamentou a carreira e o trabalho docente; estabeleceu o princípio da indissociabilidade do ensino e da pesquisa;

implantou a pós-graduação, tornando possível a pesquisa, mesmo de forma limitada”.

Ainda, a Reforma Universitária foi responsável pela significativa ampliação do número de vagas, democratizando o acesso à universidade, sendo que esta expansão correspondeu diretamente ao avanço da rede privada.

Até o início de 80, as universidades cresceram e se transformaram, assumiram o papel de instituições de pesquisa, ampliaram a pós-graduação, montaram laboratórios e bibliotecas, mas não se libertaram das pesadas amarras burocráticas do Estado.

A partir de meados de 80, os recursos públicos passaram a ser cada vez mais escassos e a expansão do ensino superior foi contida. As universidades latino-americanas na década de 80 estavam na confluência *“das pressões da demanda social, das possibilidades abertas pela democratização, das restrições financeiras impostas pela reforma do Estado e das transformações da educação superior nos países desenvolvidos”* (Trindade, 2001, p.57).

Na década de 90, o ensino superior volta a expandir-se, mas com forte predomínio da iniciativa privada. *“O panorama econômico e político caracterizou-se, de um lado, em função da generalização continental das políticas de corte neoliberal, mas, de outro lado, por um certo desencanto dessas receitas”* (Trindade, 2001, p. 57).

No contexto atual, a lei 9394/ 96, de caráter neoliberal, foi feita de forma autoritária e excludente, desconsiderando inclusive o anteprojeto do fórum nacional em defesa da escola pública formada por diversos segmentos representativos da sociedade civil que elaboraram propostas reivindicativas durante 08 anos. A chamada lei Darcy Ribeiro dá obrigatoriedade ao Estado, apenas para o ensino fundamental; nega verbas à universidade, realiza corte nas

bolsas e manifesta total descaso com o jovem adulto analfabeto que, mais uma vez, fica entregue à própria sorte, ou seja, à exclusão social. Assim, os programas assistenciais em relação ao desenvolvimento de políticas públicas por parte do Estado, sustentam um dos pilares ideológicos do neoliberalismo, pautado nas ações comunitárias e solidárias, a exemplo da comunidade solidária, alfabetização solidária e a universidade solidária. O Estado transfere sua responsabilidade para as entidades: filantrópicas, não governamentais e privadas.

Deste modo, a política desenvolvida pelo MEC foi orientada pela necessidade de elevar o nível de escolaridade mínima da mão de obra no país e de empreender reformas no sentido de garantir, na íntegra, a adequação às novas exigências da produção e da cultura.

“A inserção do Brasil e os demais países periféricos, na nova ordem mundial como países aptos aos novos padrões de consumo, sobretudo os de bens culturais, e produtores de mão de obra minimamente qualificada para atender aos deslocamentos contínuos das unidades produtivas em busca de custos menores para atender à nova forma de produção globalizada” (Almeida, 2000, p.157).

A Política de Educação no Brasil, atualmente, tem sofrido mudanças radicais, ocupando lugar de destaque no conjunto das ações governamentais federais que definem o papel do Estado Brasileiro. Alterações estas que têm rebatimentos no conjunto das transformações societárias que se operam no mundo do trabalho e na esfera da cultura. A educação sempre foi um campo da vida social tensionado pelas disputas dos projetos societários de diferentes grupos e segmentos sociais. Constitui um espaço de luta privilegiado, no processo da hegemonia política, econômica e cultural na sociedade, destacando-se quando da incorporação da ciência como força produtiva. A acelerada expansão de processos produtivos alicerçados no desenvolvimento científico e tecnológico determinou, por um lado, a necessidade da qualificação dos trabalhadores e, por

outro, a sua gradativa expulsão da esfera produtiva. Essas determinações expressaram claros sinais de esgotamento do modo de produção fordista e garantiram um ciclo de produção e reprodução do capital. Favoreceram mudanças no mundo do trabalho e geraram alto índice de desemprego na sociedade capitalista. As mudanças de base econômica, em curso, propiciam mutações na esfera da cultura. A primeira, a subordinação da produção cultural à lógica da produção de mercadorias. A segunda, a emergência da empregabilidade¹. Assim, estas transformações impõem dois desafios centrais à educação: a garantia de uma formação técnica flexível adequada às exigências dos novos padrões de produção e consumo, e as variações do mercado de compra e venda da força de trabalho.

O alcance dessas mudanças fornece novos contornos à divisão internacional do trabalho e da produção cultural. Exige ações mais articuladas na garantia das condições necessárias para o desenvolvimento de novas estratégias formuladas pelo capital. E é neste contexto que o Banco Mundial passa a atuar como importante organismo formulador de políticas sociais para os países periféricos. A intervenção deste na condução da política educacional está direcionada para atender às novas exigências do mercado de trabalho. Deste modo, embora a educação seja garantida legalmente pelo Estado, desde o século XIX, no Brasil, predomina a não universalização do acesso aos diferentes níveis: fundamental, médio e superior.

¹ Refere-se às condições individuais de competência e aptidão para chegar ao mercado de trabalho, manter-se no emprego e reingressar no mercado de trabalho. Associa-se à qualificação profissional tendo como meio seguro (e visto como único) de manter-se apto à formação profissional em bases contínuas. (Koike, Marieta, 1999, p. 105)

1.2 Modelo de Educação e o Sistema de Ensino Superior no final do século XX.

A crise mais visível do capitalismo, no cenário recente da economia mundial e nacional, apresenta indicadores do agravamento da contradição estabelecida entre os elementos do processo de produção e circulação dos bens e de acumulação de capital, cujo impacto se propaga em todos os continentes, em graus diversos de profundidade. Embora não se possa precisar a função da universidade no processo de produção de valor, pode-se identificar o domínio da lógica de mercado como fundamento das propostas de reformas em todos os níveis de ensino e submete-se o sistema educacional aos parâmetros do sistema econômico e financeiro internacional.

A reforma do sistema educacional vem sendo realizada sem a participação da sociedade civil organizada: “*A sociedade civil, numa palavra, é alijada da discussão e fiscalização das reformas que lhe concernem*”. (Silva Júnior e Sguissardi, 1997, p.24). Bem como a exclusão dos professores e pesquisadores no processo de reforma da educação. A política do Banco Mundial está fundamentada em quatro pilares: diferenciação, privatização, flexibilização e descentralização. No caso do ensino superior sua proposta é:

“Fomentar a maior diferenciação das instituições, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas. Proporcionar incentivos para que as instituições públicas diversifiquem as fontes de financiamento, por exemplo, a participação dos estudantes nos gastos e a estreita vinculação entre o financiamento fiscal e os resultados. Redefinir a função do governo no ensino superior e adotar políticas que objetivem outorgar prioridades aos objetivos de qualidade e equidade” (Banco Mundial, 1995, p 4).

A partir da nova LDB (Lei nº 9.394 de 12/96), a educação nacional, no governo anterior, apresenta um modelo de educação para o século XXI a ser organizada da seguinte forma: a educação básica que compreende (a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e a educação de jovens e adultos); a educação profissional que deverá ser desenvolvida de forma articulada com os demais níveis e destina-se ao aperfeiçoamento do atendimento às necessidades da produção; a educação superior que envolve os seguintes cursos e programas: (seqüenciais², extensão, graduação e pós-graduação); e a educação especial que se destina a portadores de necessidades especiais, objetivando articular a oferta de educação escolar e de serviços especializados. Ainda, impôs à política educacional marca dos conjuntos das políticas sociais afirmadas pelo ideário neoliberal.

Quanto à educação superior, é oportuno fazer uma breve análise nas mudanças ocorridas otimizadas pelo governo anterior, segundo o qual o Brasil tem um Sistema de Ensino Superior subdimensionado, se comparado com o nível internacional. Necessita de expansão e diversificação, através da ultrapassagem de três desafios: o acesso, a diversificação curricular e o financiamento. Quanto ao acesso, ele declara a necessidade de escapar do exame vestibular através do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio – que segundo Ruiz (2001, p.71), “*é uma tentativa de oferecer às instituições de ensino superior um mecanismo complementar de seleção, que poderá ser associado a outros de interesse da própria instituição*”.

Quanto à diversificação curricular dar-se-á pela “*criação de novos cursos, visando cobrir lacunas da formação tradicional ou atender a novas demandas do mercado de trabalho*” (Ruiz, 2001, p.71), ou seja, o ensino superior voltado para o atendimento de cliente potencial tendo como atrativo os cursos seqüenciais de

² Constituem uma nova modalidade de formação superior de curta duração. Surgem a partir da LDB como proposta de enfrentamento da evasão no campo da educação superior, garantindo uma certificação aos que não completam os cursos de graduação, e de flexibilização da formação de terceiro grau. Para maior aprofundamento ver. Brasil/MEC Portaria nº 612, de 12/04/99.

curta duração viabilizados pela revisão e reformulação de currículos. E quanto ao financiamento, exalta *“a necessidade de encontrar formas de fugir dos esquemas tradicionais de financiamento, ou pelas contribuições dos alunos ou pelas dotações orçamentárias dos governos”*.

Deste modo, observamos que o modelo de educação apresentado pelo governo anterior para o século XXI, utiliza-se de uma nova roupagem que traz consigo a não universalização do sistema educacional que deixa de ser um direito de todos os cidadãos e responsabilidade do Estado e passa a converter-se em uma mercadoria regida pelos critérios de eficiência e competitividade que, segundo Scherping (2001, p.7), *“neste modelo a educação tem uma função meramente utilitarista que visa formar o ser humano para consumir e competir nesta sociedade de mercado, o qual é contrário aos valores humanitários que promovem o desenvolvimento das sociedades democráticas e sustentáveis”*. Este modelo contribui para a deficiência da educação pública e surgimento de instituições educacionais privadas subsidiadas pelo Estado. É o modelo da não democratização da educação e que não objetiva a dignificação do homem para que se torne sujeito da sua própria história, construtor de sua liberdade e idealizador do desenvolvimento social. Deste modo, conforme Almeida (2000, p.159):

“a escola, neste sentido, cumpre certas funções econômicas no processo de qualificação e desqualificação da classe trabalhadora. Por isso mesmo, devemos ter claro que a própria crise vivenciada pela escola pública e os atuais esforços de recompor parte deste cenário cumpre funções não só econômicas, mas também políticas já que interferem nos canais de acesso aos meios necessários para a elaboração de uma cultura e de uma visão de mundo próprias aos diversos segmentos sociais”.

Um outro desafio histórico político para a Educação Superior é quanto à autonomia universitária. O termo autonomia universitária aparece na legislação, desde 1911, na Reforma Revidaria Corrêa. Essa temática é levantada em

resposta a um movimento de contenção do crescimento das inscrições nas faculdades, propiciada pelo ingresso irrestrito dos egressos das escolas secundárias, oficiais e privadas, bem como nas que foram a elas equiparadas. Esta política não produziu os efeitos esperados porque, se de um lado, reduziu os números de estudantes que ingressavam nas instituições oficiais através de um exame de ingresso, possibilitou a outros todas as facilidades, apoiando-se no princípio de autonomia garantido por lei. Assim, *“em 1915 o termo autonomia foi suprimido pela Reforma Carlos Maximiliano, que reorganizou o ensino secundário e superior da República”* (Fávero, 1997, p 9).

Na atualidade, o termo autonomia está em evidência, tendo em vista a adoção da política neoliberal. É importante distinguir a idéia de autonomia desejada pela universidade e a imposta pelo governo anterior: a autonomia que as universidades reivindicam é o desejo de maior agilidade administrativa; enquanto que a imposta seria uma ideologia de princípios que, em parte, transfere para a sociedade como um todo a responsabilidade de manutenção das IFES, ou seja, deverá existir uma flexibilidade interna que terá em contrapartida objetivos e metas a serem alcançados pelas IFES, ao mesmo tempo em que será feito um controle pelo governo através de liberação de verbas públicas. Deste modo, qual será o montante que o governo propõe a financiar? Esta é uma preocupação preeminente, pois os recursos destinados às universidades federais sofrem cortes sistemáticos nos últimos anos, o que parece incompatível com o comprometimento para o futuro, condicionando parte do financiamento a “fontes alternativas”. Como estas possuem uma visão ampla, não resta às universidades federais outra alternativa, senão a cobrança de mensalidades de seus discentes para garantir o orçamento anual.

O fato é que a universidade brasileira tem sido passiva diante das mudanças recentes e não tem respondido aos anseios da sociedade. A política econômica do governo, refém dos interesses dos capitais especulativos nacionais e internacionais, tem sido nociva para as IFES. Como problemática, apresentamos a

falta de verbas para a manutenção e pesquisa; a não reposição das vagas de docentes e funcionários técnico-administrativos; a aposentadoria em massa dos professores mais qualificados ameaçados pelo sistema previdenciário e a contratação de professores substitutos. Prevalece a casualização e a precarização do trabalho.

Um outro problema vivenciado pelas IFES, respaldado pela ideologia da privatização e veiculada através do discurso da globalização, é a estagnação da oferta de vagas em relação ao crescimento da demanda que conforme Pereira (2001, p.97), *“há, sem sombra de dúvida, um problema de insatisfação de demanda por vagas nas universidades federais, que vem sendo suprida pelas instituições particulares de ensino”*.

Ainda, nas universidades federais se evidencia a perda da qualidade e um dos fatores que concorre nesta direção é a defasagem salarial que, segundo Pereira (2001, p.98), *“isso explica o êxodo de professores das universidades públicas que pedem aposentadoria proporcional, abrem mão da dedicação exclusiva ou simplesmente pedem demissão para ir trabalhar nas universidades particulares”*. Deste modo, não há como as universidades federais acompanharem o crescimento de vagas dentro de sua atual estrutura. Cumpre salientar que esta situação é condizente com uma das linhas prioritárias do Banco Mundial para a reforma do Ensino Superior, que menciona *“a diversificação das fontes de recursos para a educação superior pública e a introdução de incentivos para o desempenho no qual deve-se dividir os custos com os alunos”* (Siqueira, Apud Paura, 1997, p.19).

Uma outra problemática vivenciada pelas universidades brasileiras é a crise do financiamento que afeta, praticamente, todos os setores da sociedade e, em particular, os programas de desenvolvimento científico e tecnológico e o sistema educacional. Segundo (Helene, 1997, p.05):

“Esta crise escolar é atual, vai da pré-escola à Pós-graduação, e é qualitativa e quantitativa, embora tenha havido um esforço nacional no sentido de melhorar o desempenho acadêmico, mas não suficiente, a exemplo está o Brasil que ocupa a 4ª pior posição entre os 97 países analisados pela UNICEF no que diz respeito à evasão escolar até a 5ª série; ressaltar que o ensino secundário apresenta a mais baixa taxa líquida de matrículas entre todos os países da América do Sul, segundo dados da UNESCO; bem como, a taxa de matrícula no ensino superior que no Brasil é de 11.6%, muito inferior à da Argentina (43%), do Uruguai (32%), do Chile (23%), da Venezuela (30%) e Peru (39%) e só é encontrada, tipicamente, em países muito atrasados economicamente”.

Deste modo, no Brasil, predomina a não universalização do acesso à educação pública, decorrente, sobretudo, de um conjunto de interesses alimentado por uma cultura política excludente e elitizada. Não possui continuidade em suas ações, pois não existe uma homogeneidade nos modelos educacionais, que mudam de acordo com as estratégias políticas de interesse do mercado. Outro agravante da política de educação diz respeito aos recursos que são, na sua grande maioria, mínimos, oriundos da arrecadação de impostos do Estado, definidos constitucionalmente, em detrimento das necessidades locais, deixando de priorizar as diferentes situações regionais. De acordo com Bezerra (2001, p.63),

“o Sistema de Ensino Superior Brasileiro possui hoje uma taxa de escolarização de 14% (medida pela relação população universitária de 20 a 24 anos) X 100 %. Se comparada com os países da América latina, como o Chile (38%), Argentina (33%), e Bolívia (23%), essa taxa pode ser considerada baixa. No entanto, uma das metas preconizadas pelo Plano Nacional de Educação e aprovada pelo Congresso Nacional, prevê uma taxa de escolarização de 30% no ano de 2011, o que corresponde a cerca de seis milhões de estudantes universitários, contra 2,5 milhões”.

Consideramos, portanto, como um dos desafios para a Educação, neste novo milênio, a expansão do ensino superior.

Um outro agravante é que no nosso país não é levado em conta a importância do desenvolvimento científico e tecnológico.

“O desenvolvimento recente dos diversos países inclui um esforço não apenas educacional, mas também científico e tecnológico, assim, não pode haver desenvolvimento tecnológico sem desenvolvimento científico; não há desenvolvimento científico sem desenvolvimento escolar”
(Helene, 1997, p. 07)

Deste modo, são muitas as causas do atraso educacional em nosso país.

“O modelo privatizante e excludente promovido pela ditadura militar e atualmente intensificada pelo modelo neoliberal a entrega de vários projetos nacionais de grande porte a organismos internacionais, a privatização dos meios de comunicação de massa que contribui para a limitação das possibilidades de desenvolvimento cultural do país e a permanente falta de recursos” (Helene, 1997, p. 08).

A universidade brasileira vem passando por sucessivas transformações. A reforma de 1968, que tratou da autonomia de forma acanhada e autoritária, teve o mérito de extinguir a cátedra vitalícia rompendo padrões tradicionais de organização acadêmica. A mudança gerou uma crise na organização da universidade. A reforma dos anos noventa, decorrente da LDB da educação, disciplinou a autonomia universitária de forma diversa: esta reforma introduziu a autonomia didático-científica concedendo amplo grau de liberdade na concepção dos currículos, permitindo que sejam atendidas as vocações de cada instituição e, sobretudo, enfrentando os desafios postos pela velocidade da geração de conhecimentos e pela reorganização do mundo profissional.

Assim, as sociedades dependerão, cada vez mais, da sua capacidade de gerar novos conhecimentos e lidar com eles, adaptando-se com a rapidez dos progressos das novas tecnologias da informação e da comunicação. Para tal faz-se necessário ampliar o acesso à Educação Superior. Esse é um desafio para todas as sociedades, mas, para aquelas emergentes ou em desenvolvimento, constitui-se questão estratégica ligada à sua própria sobrevivência. Desafios bastante difíceis nestes tempos dominados pelas idéias da globalização e de economia de mercado, em que a competição é mais forte do que a solidariedade entre os povos. E os pobres tendem a ser cada vez mais pobres.

A crise econômica do final dos anos 70 e início dos anos 80 caracterizada pela crise do padrão de produção e acumulação capitalista de base fordista-keynesiana, favoreceu o desenvolvimento do ideário neoliberal, que está associado à criação de condições necessárias à expansão do livre mercado e da economia. Deste modo, desencadeou uma série de mudanças na infraestrutura da sociedade e provocou o fosso das desigualdades sociais.

A clientela que hoje frequenta as universidades públicas tem sua origem social muito mais atrelada à classe média e à classe média baixa advinda de famílias, majoritariamente, assalariadas. Entretanto, é preciso admitir que o acesso ao ensino superior nas IFES ainda é bastante elitizado.

O ensino público e gratuito, como um direito de todos e dever do Estado, vem sendo assumido por importantes e significativos setores da sociedade brasileira comprometidos com o processo de democratização do País. Se todas as pessoas têm direito à educação, só o ensino público e gratuito tem condições de tornar este direito uma realidade. Garanti-lo significa a manutenção do ensino a nível fundamental, médio e superior. Por outro lado, o acesso à escola pública não significa apenas a não cobrança de anuidade, mas a garantia da

permanência do educando. Isto implica na necessidade de manutenção de programas de assistência e na construção de outros.

No caso específico do ensino superior, as IFES públicas vêm passando por um processo sistemático de redução de verbas, o que tem gerado sérias dificuldades na manutenção dessas instituições, bem como dos programas de assistência.

É preciso ter claro que a assistência longe, de ser um mecanismo que desvia verbas do ensino, pesquisa e extensão, é, ao contrário, um dos instrumentos que garante condições para uma boa qualidade de ensino e para a produção de conhecimento. O apoio ao estudante objetiva provê-lo das condições mínimas indispensáveis para um bom desempenho acadêmico, capacitando-o para sua função de agente transformador da sociedade. No próximo capítulo, aprofundaremos a discussão da assistência no interior das universidades.

CAPÍTULO II

A POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E AS PARTICULARIDADES NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Capítulo II - A Política de Seguridade Social e as particularidades no âmbito da Assistência Social no Brasil.

2.1 Considerações sobre a Política de Seguridade Social na Atualidade: Um enfoque sobre a Política de Assistência Social.

O período histórico em que estamos situados, marca-se por transformações societárias que afetam diretamente o conjunto da vida social. As mudanças nos padrões de acumulação capitalista, especificamente no Brasil, têm sido acompanhadas de uma reorientação da ação do Estado, particularmente através da destinação do fundo público em favor dos grandes oligopólios e em detrimento de políticas sociais para melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

Os anos gloriosos do pós-guerra marcaram uma ampla expansão da economia capitalista apoiada em uma organização da produção baseada no modelo Taylorista e Fordista. A busca de alternativas às crises do capitalismo, tornou-se uma preocupação do poder econômico. Era necessária uma ordenação econômica que promovesse a integração dos trabalhadores à racionalidade econômica do capital, também carecia que o Estado regulasse os investimentos econômicos e sociais, procurando obter um equilíbrio entre produção, emprego, renda e consumo de massa, sem deixar de garantir a lucratividade do capital.

Segundo Yamamoto (1998, p.30),

“O Estado buscava canalizar o fundo público, tanto para o financiamento do capital, quanto para a reprodução da força de trabalho, movido pela lógica de que, para impulsionar a produção, há que ampliar mercados e preservar um certo poder aquisitivo da população, capaz de viabilizar o consumo de mercadorias e a dinamização da economia”.

Assim, as teorias Keynesianas, adaptaram-se à lógica fordista, planejando o desenvolvimento econômico capitalista, tornando-se assim, provedor do bem-estar social.

Em meados da década de 70, com a crise do padrão Keynesiano de regulação da economia internacional, e do padrão de acumulação taylorista/fordista, a economia capitalista mundial apresentava claros sinais de estagnação, com altos índices inflacionários e com uma mudança na distribuição do poder no cenário mundial. “*São potenciadas as contradições do capital exigindo um novo patamar de acumulação, através de sua reestruturação*” (Iamamoto, 1998).

A reestruturação do capital, iniciada na década de 70, implicou em grandes transformações sócio-políticas e econômicas que se estenderam até os dias atuais.

Nos anos 80, com o desmonte do Leste Europeu há um ordenamento das relações de poder no mundo. Estabelece-se forte concorrência por novos mercados e isto acirra a competitividade intercapitalista. Esta passa a exigir mudanças no padrão de acumulação, traduzidas na chamada “acumulação flexível” estabelece a flexibilização dos processos de trabalho. É acompanhada da desregulamentação dos direitos do trabalho, bem como, a terceirização e empresa enxuta que são expressões de uma lógica onde se tem a prevalência do capital sobre a força humana de trabalho. Surge então um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário mundial. Ao mesmo tempo em que passa a exigir a qualidade nos produtos que garantam a rentabilidade da produção num contexto de globalização da produção e dos mercados.

Estas formas flexibilizadas de acumulação capitalista, baseadas na reengenharia e empresa enxuta, tiveram conseqüências enormes no mundo do trabalho, tais

como: crescente redução do proletariado fabril estável, dando lugar à reestruturação, flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo; um incremento do novo proletariado, baseado no trabalho precarizado, terceirizado e sub-contratado; exclusão de jovens e pessoas de meia idade do mercado de trabalho nos países centrais; inclusão precoce de crianças no mercado de trabalho nos países subdesenvolvidos; aumento do trabalho feminino, absorvido pelo capital no universo de trabalho precarizado e expansão do trabalho social combinado³, aumentando os níveis de exploração do trabalho.

O mundo capitalista presenciou um grande movimento de articulação entre as diversas economias, sob a hegemonia do capital norte americano. Este imprimiu à economia internacional o seu padrão de produção e de consumo, através das empresas industriais transnacionais, da mundialização do capital financeiro e da divisão internacional dos mercados e do trabalho, que ocorreram em escala mundial, na década de 70. Trouxeram investidas baseadas na reestruturação produtiva e reforma do estado, provocando conseqüências nefastas, sobretudo nos países periféricos. Esta reforma tem por finalidade aumentar a capacidade administrativa de governar com eficiência. Neste sentido limitou as ações do Estado às atividades exclusivas, bem como, a transformação de órgãos públicos e privados em organizações sociais. Pôs em prática as idéias neoliberais que prega a liberdade de mercado e o Estado mínimo. Neste contexto, as transformações ocorridas no mundo do trabalho são decorrentes da crise, em substituição ao modelo fordista. Este apresentou os primeiros sinais da crise e tomou consciência de que os padrões de organização vigentes não respondiam mais em termos de lucro ao que a empresa monopolista desejava.

Com a crise do modelo fordista, uma nova forma de organização aparece, o toyotismo: são substituídas as linhas de produção por malhas de produção,

³ Definição dada aos trabalhadores de diversas partes do mundo que participam do processo de produção e de serviços. Marx apud Antunes, 1999, p.25.

grupos semi-autônomos. Assim, observam-se conseqüências enormes no mundo do trabalho, dado o novo modelo de acumulação capitalista.

Diante deste contexto, as políticas sociais no Brasil, nos anos 90, vêm sendo alteradas, tanto pelo processo de mudanças no mundo do trabalho, como pelas conseqüentes transformações nas relações entre o Estado, Sociedade e Mercado. Pois tais políticas são reguladas pelo Estado, dependendo das relações sociais, políticas e econômicas que surgem e se desenvolvem como enfrentamento da questão social, que hoje se expressa no desemprego estrutural, na precarização e casualização do trabalho e no desmonte da cidadania social.

Transformações essas que estão vinculadas a uma profunda depressão econômica que atinge de maneira diferenciada os países centrais e periféricos (Neto apud Rocha, 2000, p.22). E hoje, estão expressas no desemprego estrutural, no desmonte da cidadania social, na precarização e casualização do trabalho.

Deste modo, Estado e Capital, reintroduzem políticas compensatórias, a exemplo da política de assistência social, como alternativa primeira no trato da pobreza. Esta política tanto mobiliza recursos estatais, como recursos provenientes das redes de solidariedade familiar, comunitária e societal. Por outro lado, sendo uma política que se destina tão somente aos necessitados, Carvalho (1994, p.90) afirma que: *“por meio dela, constitui-se um governo paralelo à pobreza”*. Isto é, um governo sem compromisso de universalizar a proteção social sem garantir padrões de qualidade e de controle social.

Entre as condições que caracterizam o atual cenário brasileiro, destacam-se: grande desigualdade na distribuição de renda nacional; níveis elevados de desemprego; fome; desnutrição; mortalidade infantil e analfabetismo; acentuadas disparidades inter e infra-regionais; precarização das relações de trabalho e crescimento do setor informal da economia; crise habitacional agravada pelo

intenso processo de urbanização, não acompanhado por políticas públicas condizentes; deterioração e/ou insuficiência dos serviços públicos e baixa disponibilidade orçamentária em face da demanda social do país.

O surgimento das políticas sociais está ligado à relação capital X trabalho, ou seja, com as formas socialmente encontradas de enfrentamento da questão social, influenciadas e modificadas pelas relações econômicas e pela dominação política.

Em direção contrária está a classe subalterna, desprovida dos meios de produção. Ela vende a sua força de trabalho em troca de um salário, que muitas vezes, não lhe permite ter acesso aos bens e serviços que produziu. É o que Marx define como estranhamento e alienação do homem em relação ao trabalho.

Neste contexto, segundo Faceira (2000, p.77),

“a Política Social surge como um mecanismo utilizado pelo Estado para regular e controlar as contradições que a relação capital X trabalho gera no campo das relações sociais, contribuindo também para a própria reposição da força de trabalho e a manutenção do sistema capitalista”.

Deste modo, as políticas sociais desenvolvem no sistema capitalista, a partir da Revolução Industrial como uma maneira de assegurar à população o acesso a bens e serviços indispensáveis à satisfação de suas necessidades básicas.

Na sociedade capitalista, o processo de industrialização desencadeou uma série de mudanças na infraestrutura da sociedade, tais como: a modernização da produção, a urbanização, o desenvolvimento tecnológico e a necessidade de mão-de-obra qualificada para fazer avançar o mercado. As transformações na sociedade e no mercado de trabalho resultam numa precarização das condições de vida da classe subalterna, na exploração de classe pelos capitalistas e no

agravamento das desigualdades sociais. Neste contexto, exige-se a intervenção do Estado, no campo da questão social, a fim de amenizar os impactos negativos gerados pelo processo de industrialização.

Neste sentido, as políticas sociais brasileiras, segundo Faceira (2000, p.78):

”têm-se caracterizado como uma forma de intervenção do Estado no campo social, mas fortemente marcada pelo assistencialismo; o que favorece uma atuação, sobre as mais diversas expressões da questão social, a partir de uma dimensão compensatória de lidar com as carências da população, não modificando determinações estruturais e conjunturais da miséria”.

Assim, Sposati, Apud Faceira (2000, p.78), destaca a contradição implícita da política social, uma vez que ela alterna processos de inclusão e exclusão em relação aos bens e serviços que são gerenciados pelo Estado.

“As Políticas Sociais são excludentes, à medida que são focalistas e restritivas, não atingindo toda população que necessita desses serviços. Por outro lado, as classes sociais menos favorecidas vivenciam as políticas sociais como um espaço de acesso aos benefícios, e uma possibilidade de luta pela expansão dos seus direitos”.

Segundo Yasbeck (1995), no Brasil, as políticas sociais têm se caracterizado *“pela subordinação a interesses econômicos e políticos de uma matriz conservadora e oligárquica que traz consigo forma de relações pelo favor, compadrio e clientelismo”*. Assim, do ponto de vista político, as intervenções no campo da política social, em particular a assistência social, vem se apresentando como espaço propício à ocorrência de práticas assistencialistas e clientelistas que não são reconhecidas como direitos.

Segundo Yasbeck (1995), as políticas sociais brasileiras são desarticuladas, possuem caráter excludente. São políticas casuísticas inoperantes, fragmentadas, sem regras estáveis ou reconhecimento de direitos. Apesar deste quadro, vemos a crescente dependência de segmentos cada vez maiores da população, dos serviços sociais públicos para o atendimento de suas necessidades.

Para Pereira (1998), política social são aquelas modernas funções do Estado capitalista que visa produzir e distribuir para a sociedade, bens e serviços sociais categorizados como direito do cidadão. Assim, política social integra um complexo político-institucional denominado seguridade social, que passaremos a abordar a seguir.

O termo *seguridade social* surge no século XIX na Europa, em decorrência das mudanças políticas, econômicas e sociais provocadas pela Revolução Industrial, havendo duas formas de ação social em sua origem: as caixas de poupança e previdência (sociedade de mutualidade)⁴ e a assistência social⁵ pública obrigatória para a população pobre.

É importante evidenciar que, apesar de o Sistema de Seguridade Social instituído legalmente, a partir da Constituição de 1988, contemplar a previdência, saúde e assistência, raramente é tratado em sua totalidade, exaltando um duplo movimento como afirma Ferreira (2000, p.07):

“ou se restringe a seguridade social à sua dimensão previdenciária ou se considera cada uma das políticas que as compõe isolada e

⁴ Baseadas originalmente no princípio da livre adesão, foram institucionalizadas pelo governo alemão, no final do século XIX, vindo a servir como referência ao Modelo Bismarckiano de Seguridade Social. Em meados do século XIX, no auge da Revolução Industrial, as sociedades mutuais foram iniciadas e utilizadas pelos trabalhadores como estratégia de fundo de cotização para fomentar a organização operária (Ferreira, 2000, p.08/14).

⁵ A Assistência Social, restrita originalmente aos pobres, tidos como incapazes de trabalhar; em geral, idosos, deficientes e crianças, foram o embrião do Modelo Beveridigiano de Seguridade Social implementado na Inglaterra, na década de 40. O Plano Beveridge foi publicado no Brasil em 1943, sob o título “O Plano Beveridge: relatório sobre o seguro social e serviços afins”. O texto fala de liberar ou satisfazer as necessidades (Ferreira, 2000, p.08/15).

autonomamente, tentando relacioná-las a uma suposta Seguridade Social que efetivamente, está longe de se materializar no Brasil”.

Assim, alguns autores identificam dois tipos de modelo como parâmetro para a caracterização dos principais sistemas de Seguridade Social predominantes nos países capitalistas:

- O primeiro é o Modelo Bismarckiano - com origem no sistema alemão. É identificado como sistema de seguros sociais, onde o acesso é condicionado a uma contribuição direta anterior e o montante das prestações é proporcional à contribuição efetuada. Quanto ao financiamento, os recursos são provenientes, fundamentalmente, da contribuição direta dos empregadores e empregados baseada na folha de salários e suas características assemelham-se aos de seguros privados (Ferreira, 2000, p. 08).
- O segundo é o Modelo Beveridgiano - é o padrão inglês de proteção social com vistas à cidadania, isto é, a seguridade deixa de ser um seguro para ser um direito social, civil e político. O financiamento é proveniente dos impostos fiscais. A gestão é pública, estatal; tem como princípios fundamentais a unificação institucional e uniformização dos benefícios (Palier & Bonoli, Apud Ferreira, 2000, p.08).

Evidentemente que estas são diretrizes gerais de cada modelo, haja vista que as políticas existentes e que constituem os Sistemas de Seguridade Social em diversos países, apresentam as características dos dois modelos com maior ou menor intensidade.

Em alguns países da América Latina, bem como no Brasil, a Seguridade Social é confundida e entendida restritivamente com previdência social. No caso brasileiro, segundo Ferreira (2000, p.07), alguns autores explicam essa

tendência, ressaltando a precocidade da Seguridade Social Brasileira, sua dificuldade histórica de se metamorfosear: de seguro para seguridade social. Outros enfatizam o papel da esfera política nos limites da consolidação das orientações preconizadas na Constituição e há os que resgatam as determinações econômicas do Estado capitalista na configuração de um determinado padrão de Seguridade Social.

No Brasil, a Previdência Social guia-se pelo princípio do modelo Bismarckiano, por assegurar cobertura social a todos os trabalhadores integrados no sistema produtivo. É considerado um modelo excludente, uma vez que no Brasil existe uma gama de pessoas que estão em condições de trabalhar, mas são rejeitadas ou expulsas do sistema produtivo que, somados aos que participam do mercado informal, estão longe de serem contemplados pela previdência social. Entretanto, a Saúde e a Assistência Social guiam-se pelo Modelo Beveridgiano, em que a população tida como de “risco social” está longe de ser contemplada na prática de serviços. Também muitas das diretrizes previstas na Constituição não foram implementadas, o que coloca em risco o próprio conceito de seguridade social (Ferreira, 2000, p.11).

Assim, ao contrário do que se propaga, a ideologia neoliberal, a Seguridade Social constituem o núcleo central dos sistemas de proteção social, está sendo desmantelada e transformada em sua lógica interna, isso porque a lógica do seguro está fundada no trabalho, como afirma (Ferreira, 2000, p.10):

“é a inserção em uma atividade profissional que assegura o direito e o acesso aos benefícios previdenciários. É a contribuição dos trabalhadores ativos que assegura os direitos daqueles que, por algum motivo, encontram-se em situação de inatividade”.

Deste modo, quanto maior o índice de desemprego, de relações informais de trabalho e de reduzidas contribuições em função de baixos salários, menor será a

capacidade de inclusão dos cidadãos no Sistema de Seguridade Social. Menor ainda a capacidade de o sistema assegurar direitos sociais universais.

Em relação ao aparato institucional, a opção pela estatização destas políticas sociais, revela vários paradoxos. O primeiro é a não efetivação de um Ministério da Seguridade Social, conforme previsto, inicialmente, reforçando a fragmentação e independência de cada política. No âmbito da previdência, um dos principais paradoxos, conforme Ferreira (2000, p.12), é a exclusão, quase que total, de trabalhadores e empregadores da gestão da política. As decisões a respeito do conteúdo e abrangência dos direitos e modalidade de financiamento são tomadas pelo aparato estatal. Na saúde, o SUS – Sistema Único de Saúde –, fundado nos princípios de universalidade, equidade, integralidade das ações, regionalização, hierarquização, descentralização, participação dos cidadãos e complementariedade do setor privado. Vem sendo minado pela péssima qualidade dos serviços, pela falta de recursos e pela ampliação dos esquemas privados que sugam os recursos públicos. E, no âmbito da assistência, prevalece a baixa cobertura e a redução orçamentária.

A seguir, passaremos a focar nossa análise sobre a assistência social em sua trajetória de política do favor ao direito assegurado.

2.2 Assistência Social: da Benemerência ao Direito Social

A assistência social nasceu como uma prática social espontânea das redes de solidariedade que protagonizam uma diversidade de ações junto à pobreza: saúde, habitação, educação, saneamento, albergues, ajudas financeiras. Ela tem cumprido, historicamente, uma função processante da política social no vasto campo das necessidades sociais dos pobres e excluídos (Carvalho, 1994, p.90).

Enquanto ação de ajuda mútua entre os homens, sempre se fez presente em qualquer tipo de sociedade. Na sociedade primitiva, o homem deparou-se em estabelecer relações sociais para transformar a natureza e atender às suas necessidades vitais propiciando fortes laços de solidariedade e ajuda mútua.

Na sociedade antiga, com o advento da produção de alimentos que excedia o consumo, os homens descobriram a possibilidade de troca. Foi uma sociedade marcada pela solidariedade existente entre os povos primitivos.

Na sociedade medieval, a igreja passou a viver o seu apogeu e a transformar a solidariedade marcante da sociedade antiga, em caridade. O domínio que a igreja exercia sobre os homens, induzia-os a pensar que o estado de pobreza do mesmo era um fato natural, conforme Pereira (1995, p.36): *“naturalmente, aqueles desprovidos da sorte têm o seu destino traçado e certamente serão premiados alcançando o reino dos céus”*.

Durante a Idade Média, a caridade passa a ser oferecida por obras sociais (tipo os asilos franceses), administrados em geral por religiosos. As práticas de ajuda que se desenvolveram junto aos pobres, velhos, doentes e necessitados eram orientadas pelo pensamento moral dominante, pela regras da boa conduta e da ética ditada por aqueles que as ofereciam e na esfera de seus interesses, manter a ordem feudal (Arcoverde, 1992:20).

Com a expansão dessa sociedade, o surgimento de inovações tecnológicas e o advento do comércio, modificam-se as relações sociais e surge o trabalho assalariado. Tais relações baseadas no modo de produção capitalista, ganha complexidade, sendo a sociedade marcada pela lucratividade, obtenção de mais valia e exploração dos trabalhadores.

Nas primeiras décadas deste século, a Assistência Social consistia na concessão de auxílios material e espiritual prestados a grupos específicos da população de forma voluntária e por grupos laicos da sociedade civil ou da igreja.

Tradicionalmente, a Assistência Social foi sinônimo de provisão aos que passavam por algumas necessidades. Foi concebida como ação emergencial de combate à pobreza, ou seja, os programas e serviços assistenciais estiveram e estão direcionados para suprir, de maneira seletiva, a *“ausência de requerimentos mínimos necessários para manter a vida ou a subsistência de pessoas submetidas a essa condição”* continua ligada à noção de pobreza, como afirma (Pereira, apud Rocha, 1997, p.33): *“a Assistência Social, seja no Brasil ou no resto do mundo capitalista, é, a grosso modo, um tipo particular de política pública destinada a prover bens e serviços sociais básicos aos segmentos pobres da população”*. Esta é a aparência da assistência no cotidiano e que resulta em ações emergenciais. Deste modo, está vinculada à noção de pobreza absoluta que, segundo (Pereira apud Rocha, 1997, p. 34): *“se caracteriza pela ausência de requerimentos mínimos necessários para manter a vida”*.

A discussão por assistência, enquanto direito, desponta, no Brasil, a partir do movimento pela promulgação de uma nova Constituição desencadeada em meados de 1985. Mesmo assim, existe muita discriminação em relação à assistência social, porque está associada às ações sociais paternalistas e compensatórias, confundindo, assim, o significado de assistência, enquanto direito, com o seu antigo significado de política de favor.

A partir da Constituição Federal de 88, o Sistema de Seguridade Social, formado pelo tripé (assistência, saúde e previdência), apresenta uma lógica fundada em duas modalidades de proteção social: assistência e seguro social. Com a regulamentação da LOAS, a assistência passa do campo do assistencialismo/clientelismo e é reconhecida como direito do cidadão e dever do Estado. É uma política setorial não contributiva que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto de iniciativas públicas e da sociedade na provisão às necessidades básicas, não podendo submeter-se à lógica do mercado. Ela passa de um direito moral, espontâneo, esporádico, para um dever

legal materializado como política pública de garantia de direitos e serviços sociais com efetivo comprometimento do Estado, como o bem-estar dos cidadãos. Deste modo, é assegurada a responsabilidade estatal no seu financiamento, planejamento e execução. No entanto, as redefinições mais recentes do capitalismo, as mudanças entre o capital e o trabalho, o processo de globalização, o avanço do neoliberalismo, entre outros, trazem um paradoxo inevitável: de um lado, o Estado aponta para o reconhecimento de direitos, de outro, insere-se no contexto de ajustamento à nova ordem do capitalismo.

A Assistência Social tem a função de atender demandas referentes às necessidades humanas que são sociais e históricas, numa sociedade regida pela lógica do mercado. Deste modo, a Assistência antes de ser uma ação programática no atendimento às demandas e necessidades de parte da população pobre, ela é, acima de tudo, produto e expressão crivada de conflitos de interesse, e exige do Estado e da sociedade, sua participação.

A função da assistência tem sido a de apontar para as necessidades de ampliação desses direitos do que mesmo efetivá-los.

Tradicionalmente, os padrões brasileiros de Assistência Social se estruturam no casuísmo histórico, em bases ambíguas. Oferece atendimento precário, produto de uma longa trajetória histórica. Segundo Yasbeck, *“as políticas sociais, particularmente a Assistência Social, possuem finalidade de acumulação da miséria e sua minimização, através da ação de um Estado regulador das diferenças sociais, embora saibamos que isso não acontece”*. Neste sentido a assistência social é um conjunto de práticas que o Estado desenvolve, de forma direta ou indireta, junto às classes subalternizadas, no sentido compensatório de sua exclusão. É, portanto, sob o ângulo de interesses diversos, que a Assistência apresenta-se com estratégia de dupla face: numa, ela aparece como mecanismo de estabilização das relações sociais (é a ótica da ação estatal); noutra, como

forma concreta de acesso a bens, serviços e a um espaço de reconhecimento de seus direitos e de sua cidadania social.

Outro aspecto interessante é que a Assistência Social pública e a privada são o mais importante mecanismo pelo qual são estendidos os benefícios aos segmentos mais pauperizados. Trata-se de um conjunto de ações extremamente diversificadas que têm como alvo prioritário a situação de espoliação e pobreza de um segmento cada vez maior da população.

De acordo com Yasbeck (1995), a Assistência Social, como mecanismo de atenuar os impactos perversos do capitalismo, não vem cumprindo seu papel. Os programas assistenciais vêm se mostrando inócuos.

Muito embora a Assistência Social tenha ganho um amplo reconhecimento e esteja na agenda de discussão dos mais variados sujeitos sociais, a partir das lutas implementadas pela sociedade civil nos anos 80/90, não deixou de ser polêmica. Pois um campo de intervenção social que tem sua especificidade: destina-se àqueles segmentos populacionais em situação de pobreza. Segundo Carvalho (1994, p.90), *“as posturas diante da pobreza – erradicá-la ou minimizá-la – são o que determina o tom da polêmica em torno dessa política”*.

Segundo Pereira (1989), a Assistência Social classifica-se como sendo:

- **Stricto Sensu:** ação tópica, circunstancial, sem garantia legal. Voltada para minorar carências graves que deixam de ser assumidas pelas políticas sócio-econômicas setoriais. Ação assistemática direcionada para o problema individual de pessoas submetidas à situação de pobreza absoluta (miséria). Não possui planejamento, metas, recursos, nem pessoal qualificado. É sinônimo de emergência (eventual). Não possui fundo específico, nem aliados políticos.

- Lato Sensu: elo orgânico de ligação das demais políticas. Possui identidade própria, bem como garantias legais. Voltada para atenção às necessidades sociais, redistributiva, direcionada à pobreza relativa (desigualdade social), possui fundos para financiamento, permite organização, é sistemática, oferece segurança, já que não é circunstancial. Possui recursos, metas, projetos e programas. É genérica na atenção e específica nos destinatários.

Em 1993, a Assistência se torna juridicamente, política pública de atendimento às necessidades sociais mais amplas. Como política de Seguridade Social, a Assistência prevê, não apenas as demandas de origem biológicas, mas é destinada à proteção contra os riscos sociais (Rocha, 1997).

De acordo com a Constituição federal, a Assistência Social mantém interfaces com todas as políticas sociais setoriais e com políticas de conteúdo econômico. Deste modo, está inserida nos capítulos da Educação, da Família, da Criança e Adolescente, do Idoso, Política Urbana, Agrícola e Fundiária e Reforma Agrária. Ela extrapola as instituições específicas e aloja-se nos mais variados programas federais, estaduais, municipais e particulares que, direta ou indiretamente, lidam com a questão da pobreza e da desigualdade social.

A Assistência Social é condição necessária para que as políticas de atenção às necessidades sociais se efetivem como direito de todos. Sem a Assistência Social as políticas sociais setoriais tendem a se elitizar, a se fechar e se pautar por critérios que determinam mais a exclusão do que a inclusão social dos sujeitos que são portadores de direitos.

Conforme (Pereira apud Rocha 2000, p.36), a Assistência Social não é, nem deve ser em si mesma, universal. Mas coadjuvante do esforço de universalização inerente ao papel das outras políticas. Segundo a autora, sua principal função é

incluir os segmentos excluídos do espaço aberto no interior desta e das outras políticas sociais.

Tais fundamentos teóricos levantam a discussão sobre a universalização da política de assistência como direito social garantido constitucionalmente. Universalização da assistência não significa a massificação desta política, mas a sua prestação baseada na noção de direitos de cidadania adquirida como reflexo de pressões e lutas da sociedade organizada (Pereira apud Rocha 2000, p.36).

Apesar do avanço institucional, as formas de operacionalização da assistência continuam vinculadas ao padrão de proteção social, considerado como aquele calcado na ajuda aos incapazes de suprir suas necessidades no mercado. Observamos, então, que a política de Assistência no Brasil dos anos 90, apresenta-se em processo de tensão entre o avanço e o retrocesso, ou seja, oscilando entre as perspectivas do direito e do favor (Rocha, 2000). A esse respeito, Aguiar (1998, p.01) explica que:

“A Assistência Social no Brasil constitui, hoje, um campo em transformação. Transita de um período em que o foco de compreensão da assistência social era dado pela benemerência, a filantropia e o assistencialismo com conotação de clientelismo político para a condição de um direito social inscrito no âmbito da Seguridade Social”.

Ao visualizarmos a Assistência Social no contexto das atuais transformações societárias, evidenciamos as formas pelas quais esta política vem sendo operacionalizada, num contexto onde padrões de seguridade social se encontram ameaçados pelas diretrizes transnacionais de ajuste estrutural recomendadas pelos países centrais.

Deste modo, (Schons 1995, p.06) explica que o momento vivenciado pela Assistência é decorrente de seu caráter essencialmente contraditório, pois está vinculada aos processos de mudanças sociais: *“a Assistência como política social*

atua numa tensão constante de inclusão e exclusão, por isto, marcas acentuadamente conjunturais”.

Este caráter da Assistência dos anos 90 impõe-lhe um desafio: romper, no contexto da crise, a sua face pautada na política do favor.

Segundo Sposati (2001, p.55), há uma necessidade de instalar um debate crítico sobre as concepções e ações de Assistência Social que permeiam todo o contexto nacional e a direção política que tem adotado, ou não, na defesa de direitos sociais e extensão da cidadania. A autora afirma que a ausência dessa discussão tem levado a sérios equívocos no trato e na condução dessa área nos governos nacionais, estaduais e municipais, dada a não distinção entre uma proposta conservadora e uma proposta progressista para a Assistência Social, afirmando assim, a permanência nos moldes conservadores.

É uma política que deve responder por um conjunto de necessidades sociais, mesmo que estas se apresentem com maior incidência para os que menos têm. Isso não significa dizer que é uma política voltada para as necessidades do pobre, mas uma política social que opere com o horizonte de universalidade da cidadania.

2.3 A política de Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior na Contemporaneidade.

Historicamente, a política de assistência estudantil nas universidades federais tem sido tema de permanente preocupação e discussão no interior das instituições desde 1984. As Pró-Reitorias competentes coligadas à comunidade discente buscam encontrar mecanismos adequados e tentam viabilizar a permanência do discente na universidade, registrado na produção de documentos. Elas insistem em demonstrar a necessidade de uma política de ação que venha atender à questão e, ao mesmo tempo, propor ao Ministério da Educação medidas que

contemplem a solução de problemas emergenciais, vivenciados no âmbito das universidades.

O FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis –, órgão assessor da ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior –, foi criado em 1987 com a finalidade de promover a integração regional e nacional das Instituições de Ensino Superior. Visando fortalecer as políticas de Assistência ao estudante, objetiva:

- Garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das IFES na perspectiva do direito social;
- Proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência na instituição;
- Contribuir na melhoria do Sistema Universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão escolar, quando decorrentes de dificuldades sócio-econômicas. Sendo assim, é necessário associar a qualidade do ensino a uma política efetiva de assistência que contemple moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura, lazer, línguas estrangeiras, informática, entre outras condições.

Vários encontros foram realizados entre os Pró-Reitores, culminando na criação do FONAPRACE, em 1987, com o objetivo de discutir e fortalecer as ações desenvolvidas à época. A criação do Fórum coincidiu com a fase em que a sociedade civil brasileira avançava na construção do Estado democrático de direito.

Desses eventos, emanaram decisões registradas em documentos próprios que explicitam a necessidade de estabelecer políticas que garantam o acesso e a permanência do estudante de baixa renda nas universidades públicas, como condição necessária à formação de qualidade desses discentes.

Vale ressaltar algumas concepções de consenso desses encontros:

“a democratização do acesso implica na expansão da rede pública, bem como na abertura de cursos noturnos. A democratização da permanência implica na manutenção e expansão dos programas de assistência;⁶

(...) As propostas que mais uma vez encaminhamos dizem respeito a uma política que possa assegurar ao estudante sua permanência dentro da universidade e com isso, possibilitar melhor desempenho acadêmico e, por conseguinte, melhor qualificação⁷

(...) Preocupação com a construção de políticas voltadas para a plena cidadania do homem universitário, no lugar do assistencialismo alienante e empobrecedor⁸”

Para milhares de estudantes, a renda familiar insuficiente não garante os meios de permanência na universidade e término do curso e são fadados, ao baixo rendimento acadêmico e até mesmo à evasão. Uma vez que a capacidade intelectual e a formação básica já foram avaliadas e aprovadas no processo seletivo de acesso à universidade, deixar de apoiar esses alunos seria uma discriminação no mínimo contraditória. A assistência assume caráter de direito de cidadania, no sentido de prover o mínimo necessário ao exercício do direito à educação, saúde, moradia, alimentação, etc... A demanda por assistência vem sendo trazida pelos seguintes grupos sociais de alunos:

- alunos de baixa renda que necessitam de assistência material;
- alunos de famílias chefiadas por mulheres;
- alunos cujos pais ficaram desempregados e que, em função da faixa etária, escolaridade e/ou qualificação profissional não conseguem retornar ao mercado de trabalho;

⁶ Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Dez Encontros, Goiana, 1993, p.110

⁷ Idem: p. 161.

⁸ Idem: p. 301.

- alunos e/ou familiares com problemas de saúde que acabam por interferir na trajetória social dos demais membros das famílias;
- alunos com famílias no interior do estado ou oriundos de outros estados que vivenciam um choque cultural;
- alunos cujo perfil socioeconômico é caracterizado e que devido às restrições do mercado de trabalho recorrem a outra habilitação ou Pós-graduação.

Salientamos que as universidades que mantêm programas de assistência e realizam o acompanhamento do desempenho acadêmico destes estudantes, constatam que seu rendimento escolar médio, estatisticamente, é igual ao dos alunos provenientes de camadas sociais de maior poder aquisitivo. Como exemplo citamos o estudo realizado pela UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais¹¹ – que comparou o desempenho acadêmico de seus alunos e constatou que os bolsistas dos programas de assistência não apresentaram diferença no desempenho acadêmico quando comparado aos demais, apesar das diferenças socioeconômicas entre os dois grupos. Ainda, o estudo revelou que, os estudantes apoiados pela instituição, concluíram seus cursos em tempo hábil, apresentaram menor percentual de abandono, de reopção e de trancamento de matrícula. Isto nos mostra a satisfação no investimento da melhoria das condições e da qualidade de vida dos estudantes de baixa renda. Sabemos que o perfil da população estudantil, agregado às características peculiares de cada universidade, por regiões, dificulta o desenvolvimento de uma política de assistência estudantil unificada.

A Lei de Diretrizes e Bases determina que *“a educação deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais”* (Lei nº 9.394, de 29/12/1996, Art. 1º, parágrafos 2º e 3º, inciso XI).

¹¹ HALLAK Ingrid e SOARES, José Francisco “Influência da bolsa de manutenção no desempenho Acadêmico dos Bolsistas”. Estudo comparativo entre os dois grupos “bolsistas” e “não-bolsistas”.

Esses princípios legais levam à reflexão e à revisão das práticas institucionais. Cabe às IFES assumir a Assistência Estudantil como direito e espaço prático de cidadania, buscando ações transformadoras no desenvolvimento do trabalho social com seus próprios integrantes, o que irá ter efeito educativo e, conseqüentemente, multiplicador.

Assim, a Política Social de Assistência nas IES públicas, como parte do processo educativo, deverá articular-se ao ensino, pesquisa e à extensão. Permeiar essas três dimensões do fazer acadêmico significa viabilizar o caráter transformador da relação universidade e sociedade. Inserir-na na práxis acadêmica e entendê-la como direito social é romper com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado (PNA, 2001, p. 04).

No Brasil, dos 490.396 universitários das universidades federais¹², cerca de 45% são oriundos das categorias C, D e E. Assim sendo, estão classificados como estudantes que necessitam de auxílio para suprir algum tipo de necessidade básica para que possam freqüentar regularmente as universidades.

Segundo estudo promovido pela ANDIFES, divulgado em 1997, algumas questões são relevantes para a análise dos aspirantes e estudantes das IFES de nosso país:

- 83,69% optam pelas IFES pelo caráter da gratuidade da universidade;
- 53,03% buscam as IFES pela qualidade do ensino;
- 60,60% necessitam de transporte para o deslocamento para as IFES;
- 42,04 exercem atividades remuneradas não-acadêmicas;
- 45,02% são provenientes de escolas públicas;
- 23,31% residem fora de seu contexto familiar.

¹² MEC/INEP/2001.

Mesmo assim, desde 1997, não há nenhum recurso direto para a manutenção da assistência estudantil. Algumas universidades, devido às pressões estudantis, continuam com a assistência ao estudante de forma seletiva e fragmentada.

Com a Constituição de 1988 a educação passa a ser dever do Estado e direito do cidadão e se fundamenta no princípio de igualdade, de acesso e permanência na escola (Art. 206 I).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação/96 contém dispositivos que amparam a assistência estudantil, entre os quais: “*art. 3º - O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola*”.

No seu artigo 211, parágrafo 1º, a “*União deve prestar assistência financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios*”.

Entretanto, alguns sujeitos sociais envolvidos diretamente com a Política de Assistência Estudantil, vêm se organizando contra o processo de privatização das Instituições Federais de Ensino Superior e o sucateamento dos programas de apoio à Residência Universitária e Restaurante Universitário. São Pró-Reitores Comunitários, que se organizam através do FONAPRACE e Estudantes Residentes representado pela SENCE – Secretaria Nacional de Estudantes –, entre outros. De acordo com a avaliação do FONAPRACE (2000):

“A situação em que se encontra a Assistência Estudantil no Brasil necessita de uma efetiva atenção por parte do Governo Federal e de maior empenho das IES públicas no sentido de oferecer reais condições de execução dos programas que atendam aos estudantes em situações socioeconômicas desfavoráveis”.

O Banco Mundial, em 1995, elaborou um documento intitulado “*La Enseñanza Superior: Lãs Lecciones derivadas da Experiência*” que tem como diretrizes:

- As Universidades Latino-Americanas devem cobrar mensalidades e outros encargos, sem nenhuma interferência estatal;
- Centra-se em proporcionar aos estudantes informações objetivas sobre a qualidade das instituições;
- Eliminar todos os subsídios para gastos distintos da Instituição, tais como moradia e alimentação.

Estas diretrizes estão incorporadas à linha de ação do atual governo, quando modifica, através de Ementas, as garantias de um ensino público, gratuito e de qualidade. Uma vez implementadas essas diretrizes causarão:

- A falta dos Programas de Moradia Estudantil, inibindo o intercâmbio entre docentes e discentes de outras Instituições (nacionais e internacionais), bem como o impedimento do acesso a estudantes do meio rural;
- A extinção dos Restaurantes Universitários dificultando a permanência do estudante no campus, ampliando a evasão escolar, além de contribuir para a baixa produtividade de seu corpo discente, docente e servidores.

A questão da assistência estudantil não se resume apenas às residências estudantis e restaurantes universitários, é mais ampla e abrange um leque de variedades relacionadas ao Ensino Superior.

Sendo assim, o FONAPRACE (2000) apresenta como estratégia Política:

“A idéia de que a defesa de uma universidade pública, gratuita e de qualidade deve estar atrelada à defesa da permanência e ampliação de uma política de Assistência Estudantil de qualidade, de forma a garantir de fato a democratização do ensino superior”.

A assistência estudantil, enquanto política pública, vem sofrendo a ausência de um projeto político de intervenção que amplie as possibilidades de democratização do espaço acadêmico, gerando condições infraestruturais de apoio aos estudantes dos mais variados níveis socioeconômicos. Deste modo, dificuldades no que tange à alimentação, moradia, transporte, conflitos familiares, questionamentos quanto à escolha profissional e outras situações de ordem emocional, falta de material didático, entre outros, contribuem para que os estudantes abandonem o curso ou antecipem sua inserção no mercado de trabalho na tentativa de suprir parte das suas necessidades e as de sua família, e com isso não conseguem concluir o curso nos prazos regulares. (Rocha, 1997).

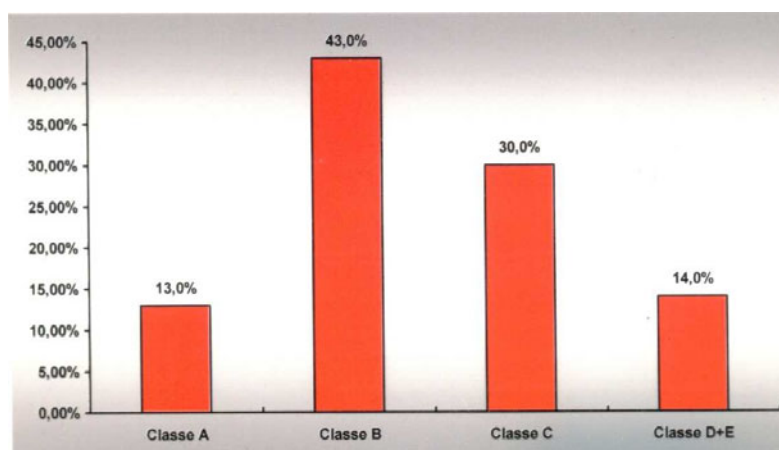
Assim, os limites conjunturais à implementação da assistência social enquanto direito, aliado ao processo de privatização das universidades federais, vem reduzindo as oportunidades de acesso universal ao ensino superior público e gratuito, e com isto, desestruturando a assistência estudantil tida como um dos mecanismos de democratização do processo de produção e transmissão de conhecimentos. Por outro lado, este processo de desestruturação da assistência estudantil nas universidades públicas é ampliado pela desarticulação das entidades representativas dos estudantes que se mobilizavam enquanto sujeitos coletivos, para exigirem melhores condições de infra-estrutura ao processo de formação acadêmica e profissional.

A Universidade Pública vem sendo ameaçada em suas funções de produzir e socializar o saber em face às constantes reduções orçamentárias que obedecem a uma política privatizante em consonância com as orientações de cooperações transnacionais interessadas na hegemonia do capital financeiro. O projeto neoliberal vem gerando um processo de privatização no âmbito das universidades públicas, tendo como meta transformar estas universidades em centros produtores de saber, apenas para o atendimento das demandas do mercado. Por isso, uma das atuais tendências para as Universidades Públicas é a sua

aproximação aos setores produtivos com a finalidade de garantir fontes de financiamento para as atividades de ensino, pesquisa e extensão (Rocha, 2000).

Em pesquisa realizada pelo FONAPRACE, concluída em 1997, com a participação de 92,36% das Instituições de Ensino Superior Pública Brasileira, foi possível delinear aspectos da realidade desses estudantes, até então desconhecidos. De acordo com o gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1. Pesquisa do perfil socioeconômico dos estudantes de graduação das IES públicas, concluída em 1997, que define a demanda potencial por assistência.



De acordo com o gráfico acima, as categorias **E + D**, que corresponde a **14%**, são as categorias demandantes por assistência.

Associado a esses dados, o estudo “*Diplomação, Retenção e Evasão em Cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas*” realizado pelo MEC, através de Pró-Reitores de Graduação, aponta que 40% dos alunos que ingressaram na universidade abandonam o curso antes de concluí-lo. Segundo o secretário de Políticas de Ensino Superior da SESU, Luiz Roberto Liza Curi, “*a Evasão reduz a eficiência do sistema, além de torná-lo excessivamente caro*”. A

SESU estima que o custo com a evasão no sistema federal é de 486 milhões ao ano. Esse valor corresponde a 9% do orçamento das Instituições Federais.

Ainda, segundo o presidente da comissão que realizou o estudo, Merion Campos Bordas, “*a evasão decorre de fatores externos e internos ao sistema, mas cabe às universidades criar os meios para estimular o aluno*”. O mesmo estudo revela que o problema de evasão é agravado pelo da retenção que gira em torno de 8 a 13% ocorrendo quando os alunos permanecem mais tempo na universidade do que o estabelecido, ocupando uma vaga que poderia ser destinada a outro candidato.

Deste modo, o FONAPRACE aponta as dificuldades socioeconômicas de parcela do segmento estudantil, estimada em 14%, como sendo uma das causas externas de evasão e retenção (PNA, 2001, p. 06).

Considerando que a pesquisa foi um importante instrumento, que possibilitou ao Fórum criar um Plano Nacional de Assistência aos estudantes de graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior e que trouxe como proposta a necessidade de ampliar a assistência, valorizando tal política enquanto direito. Para isto dividiu a estrutura política de Assistência em 04 áreas estratégicas (PNA, 2001, p.11):

QUADRO Nº 1 REFERENTE AS ÁREAS ESTRATÉGICAS

Área	Linhas temáticas
De Manutenção	Moradia, alimentação, saúde, transporte, creche, portadores de necessidades especiais.
De Desempenho Acadêmico	Bolsa, estágios remunerados, ensino de línguas, acesso à informática, fomento à participação político-acadêmico, acompanhamento psico-pedagógico.
De Cultura, Lazer e Esportes.	Acesso à informação, a manifestações artísticas, culturais e esportivas.
De Assuntos da Juventude.	Orientação profissional, mercado de trabalho, prevenção de fatores de risco.

Na primeira versão do Plano Nacional de Assistência foi apresentada uma área como sendo técnico-operativa. Apesar de não ter sido contemplada na versão atual, é considerada importante porque ela abre espaço de discussões em torno da assistência estudantil, de forma sistemática no interior das universidades; fora dele com a participação de uma equipe multidisciplinar composta de professores, alunos, profissionais afins, bem como os órgãos diretamente vinculados com a assistência estudantil.

No Fórum Nacional de Pró-Reitores para Assuntos Comunitários e Estudantis, Coordenação Regional Nordeste realizado nos dias 19, 20 e 21 de junho de 2000, em Teresina (PI), foi discutido o Tema “*Estratégias de ação para a Assistência Estudantil nas IES Públicas para o próximo quadriênio*”, com a participação de Pró-Reitores, Diretores de Departamento, Coordenadores, Assistentes Sociais, Nutricionistas, Pedagogos e representação estudantil de várias IES. Das discussões realizadas foram avaliados os serviços de assistência estudantil como

necessitando de uma efetiva atenção por parte do governo federal e de maior empenho das IES públicas no sentido de oferecer condições de execução dos programas que atendam os estudantes em situações sócioeconômicas desfavoráveis. Ainda, constituiu-se na crítica equivocada e limitada da Assistência Estudantil, compreendida apenas como Residência e Restaurante Universitário. Isto é, a falta de visibilidade, de divulgação e principalmente de um elo de comunicação entre estudantes, órgãos de representação estudantil e setores que operacionalizam a Política de Assistência Estudantil e a administração das Instituições de Ensino Superior Públicas. Além disso, ressaltaram-se as decisões que são tomadas para a Assistência Estudantil em gabinetes, o que impossibilita a participação dos alunos no processo decisório e acarreta a insatisfação dos usuários e da comunidade nos projetos executados. A divulgação dos resultados dos programas de Assistência Estudantil é importante para que ela seja percebida como uma questão de investimento e não apenas de despesas.

2.4 Histórico da Política de Assistência ao Estudante na UFPE.

A Universidade Federal de Pernambuco/UFPE foi criada com o nome Universidade do Recife, pelo Decreto Lei nº 9388, de junho de 1946. Reuniu então a faculdade de Direito, fundada em 1827, a Escola de Engenharia, de 1895, as Faculdades de Farmácia, em 1903, Odontologia, 1913, Medicina, em 1927, Belas Artes, em 1932 e Filosofia em 1941.

É uma autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação e Cultura/MEC (decreto Lei nº 53 de 18 de novembro de 1966; decreto Lei nº 252 de fevereiro de 1967 e o decreto Lei nº 62.493 de abril de 1968). A Universidade do Recife, primeira do Norte/Nordeste do país constituiu-se assim, um grande Centro Universitário do Recife, consolidando a tradição de pesquisa de grau superior existente em diversas escolas e faculdades que a compõem. Em 1965, a Universidade do Recife, passou a denominar-se Universidade Federal de

Pernambuco, integrando-se ao grupo de instituições federais vinculadas ao novo sistema de ensino superior do país. A partir deste ano, a UFPE sofre transformações completas no que se refere à distribuição de suas unidades competentes e aglomera todas as universidades vinculadas em um “Campus universitário”.

A UFPE é uma Instituição Pública de Ensino Superior, com personalidade jurídica própria e autonomia didática administrativa, financeira e disciplinar. Tem como objetivo fundamental cultivar o saber em todas as áreas de conhecimento puro e aplicado. Ministra o ensino em grau superior, realiza pesquisa e estimula as atividades criadoras no campo das letras, das artes, e das técnicas. Aplica-se ao estudo da realidade brasileira e colabora para o desenvolvimento do país, em particular o Nordeste, articulando-se com os poderes públicos e a iniciativa privada. Realiza o intercâmbio científico e cultural, bem como participa de programas oficiais de cooperação nacional e internacional.

De acordo com o seu Estatuto (1982, p.07), a Universidade Federal de Pernambuco tem como objetivo fundamental “*cultivar o saber em todas as áreas de conhecimento puro e aplicado*”. De sua responsabilidade:

- Ministrar o ensino em grau superior;
- Realizar pesquisa e estimular atividades criadoras no campo das Ciências, das Letras, das Artes e ampliar os campos do conhecimento humano;
- Estabelecer o ensino e a pesquisa à comunidade, mediante cursos e serviços especiais;
- Aplicar-se ao estudo da realidade brasileira e, colaborar no desenvolvimento do país e do Nordeste, em especial;
- Articular-se com os poderes públicos e a iniciativa privada;
- Realizar o intercâmbio científico e cultural bem como participar de Programas Oficiais de Cooperação Nacional e Internacional;

- Completar a formação cultural, moral e cívica do seu corpo discente e proporcionar-lhe Educação Física, Assistência Social e Material.

Na Universidade Federal de Pernambuco, os recursos são provenientes do Governo Federal, podendo “*receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas*” (LDB/1996, art.53, parágrafo X). Porém, o atual projeto para o ensino superior tem como objetivo, dotar as universidades de uma autonomia financeira, que ameaça a gratuidade do ensino superior e a existência das mesmas.

Em 1969, o Departamento de Expedição Escolar/DEE atuava junto ao corpo discente, supervisionando e orientando o DCE – Diretório Central dos Estudantes –, os diretórios Acadêmicos e as Associações Atléticas. Promovia e estimulava o intercâmbio sócio-cultural, ao mesmo tempo em que prestava assistência social, através de entrevistas e seleção de candidatos à bolsa de estudo e alimentação, bem como para os alojamentos da cidade universitária, além de encaminhamento de estudantes às diversas clínicas do hospital universitário.

Contava ainda com as seguintes ações: registros de diplomas, assistência ao estudante, além dos setores de emprego e cooperação. Nesta última, estava incluída a venda, por um preço mais acessível, de todo o material didático aos alunos, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Assistência Social (Relatório de Atividades/DEE, 1969).

O DEE era responsável por 08 (oito) restaurantes universitários, sendo estes na faculdade de Direito, de Filosofia, Medicina, Odontologia, Farmácia, além da Escola de Engenharia e de Química.

Também era responsável por uma frota de 13 ônibus, dos quais 05 (cinco) faziam o percurso Centro-Cidade Universitária e vice-versa gratuitamente (Relatório de Atividades/DEE, 1969).

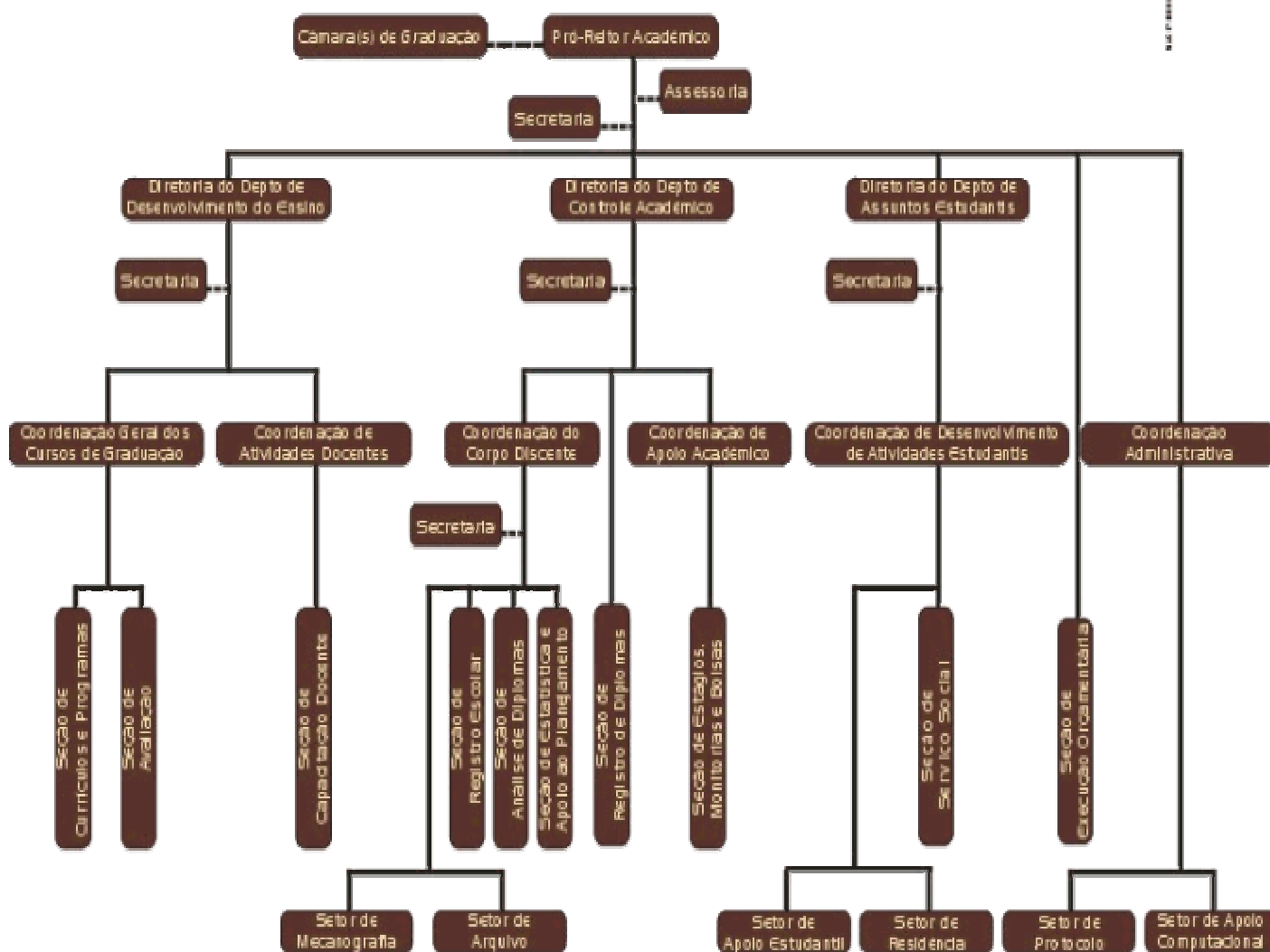
Por volta de 1975, o DEE passou a ser chamado de Departamento de Assuntos Estudantis/DAE e a Coordenadoria de Serviço Social passou a chamar-se Divisão de Serviço Social, ambos vinculados à extinta Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários.

Em 1984, a Divisão de Serviço Social criou o Programa de Aulas Particulares em Domicílio e ampliou o Programa de Bolsa de Trabalho, com o objetivo de aumentar a renda dos estudantes. Também através da Seção de Residências Universitárias, apresentou um projeto de reestruturação da mesma com o objetivo de melhoria das condições físicas das residências, além do incentivo às atividades sócio-culturais e promoção da integração e consciência comunitária. Neste período foi elaborado o primeiro “Perfil dos Residentes”, objetivando o conhecimento desta clientela (Relatório de Atividades, DAE: 1984).

Uma das assistentes sociais que trabalhou à época, Maria Alcione de Souza Gouveia, quando entrevistada, informou:

“Em 1992, a Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários procedeu a uma reestruturação interna por determinação do MEC, para que os serviços fossem mais condensados, englobando a Divisão de Bolsas e Assistência ao Estudante à Divisão de Serviço Social, surgindo daí a Coordenadoria de Atividades Estudantis – CDAE”,

e a assistente social passou a integrar-se ao DAE que, atualmente, é vinculado à Pró-reitoria para Assuntos Acadêmicos/PROACAD, alocada no prédio da Reitoria. Conforme verificado no Organograma a seguir:



De acordo com o Manual Acadêmico da UFPE (1996, p.09), a assistente social do DAE deverá propiciar *“orientação, apoio e esclarecimento aos estudantes que buscam soluções para problemas de relacionamento familiar, moradia, desadaptação à universidade, conflitos de valores e carências, além de encaminhamentos e declarações”*.

Segundo o Plano de Ação do Atual reitorado (1996, p.32), a autonomia universitária só é possível se houver a conscientização de cinco prioridades: descentralização, integração, ensino, pesquisa e extensão, formação de recursos humanos e o compromisso com a infraestrutura institucional e seu

desenvolvimento material. A descentralização “*deverá ser encarada sob dois ângulos: o primeiro, diz respeito às relações entre universidade e governo que deverão estabelecer uma conciliação de interesses e metas, desde que a autonomia da UFPE, em seu sentido amplo, seja respeitada*”. E o segundo, refere-se ao funcionamento interno da instituição. “*Ter-se-á como compromisso a ampliação da participação responsável da comunidade universitária nas decisões institucionais, aperfeiçoando e inovando com seriedade e competência, os procedimentos acadêmico-administrativos*”. A integração será buscada mediante a articulação da UPFE com as empresas, redes de ensino e com o governo, mas também será estimulada internamente, através da criação de núcleos temáticos e multidisciplinares, interligação das atividades fins e integração dos meios para melhorar o processo de geração e difusão do conhecimento. Quanto ao ensino, pesquisa e extensão serão orientadas tendo como pressuposto básico a valorização da ciência e da tecnologia como elementos estratégicos no desenvolvimento das nações. De acordo com o Plano de Ação (1996, p.53),

“A incorporação do conhecimento técnico no processo produtivo é necessário, tanto para garantir a competitividade dos produtos e serviços nos mercados nacional e internacional, quanto para a certeza de que o benefício da atividade econômico seja usufruído pela população como um todo”.

Quanto à formação de recursos humanos, o atual reitorado fundamenta-se no princípio de que “*o capital humano é o investimento maior da universidade e acrescenta que as universidades são diferenciadas pela qualidade dos seus recursos humanos, professores, funcionários e alunos*” e, por último, o desenvolvimento de uma infraestrutura material que possa melhorar ensino, pesquisa e extensão considerada “*essencial para a melhoria e preservação das condições de trabalho*” (Plano de Ação, 1996, p.55).

Em relação a Assistência Estudantil destacamos:

“Aperfeiçoar os programas de assistência médica, odontológica, psicológica e social e implementar o programa de assistência jurídica à comunidade universitária; complementar o programa de residências estudantis implantando um serviço de orientação ao estudante, visando acomodação extra campus e aperfeiçoar as regras de permanência nas residências estudantis” (Plano de ação, 1996, p.58).

A década de 90 foi palco de transformações societárias a nível mundial, bem como, no interior das universidades, em termos da assistência estudantil. Transformações estas que, na época, impunha um modelo/padrão tradicional que incomodava os estudantes.

Neste período, o DAE era visto como um Departamento a serviço do gestor. Os estudantes da época, principalmente os da Casa de Estudantes, eram intransigentes no sentido de “negociar” e, muitas vezes, recorriam à administração superior sem passar pelo DAE.

Na ocasião, o DAE não tinha o reconhecimento que tem hoje. Acreditamos que no decorrer das diversas gestões, pela relevância conquistada, enquanto setor responsável pela operacionalização da assistência estudantil, veio a ganhar espaço e respeito no interior da universidade, através de seus segmentos: professores, servidores e estudantes. No âmbito nacional, um dos elementos fundamentais para essa nova concepção foi o FONAPRACE que, no decorrer da década, fortaleceu-se, enquanto entidade de luta pela assistência; outro foi a reativação do DCE; ainda a própria conscientização da sociedade civil na luta pelos seus direitos; e por fim, a forma de administração participativa do atual reitorado em suas gestões (1996/1999, 2000/2003). Foi um processo que tomou consciência da valorização da assistência estudantil no alcance dos objetivos por uma universidade mais justa e igualitária, o que só é possível com uma participação efetiva entre os segmentos da universidade de forma responsável e transparente.

Ainda, de acordo com O Plano de Ação 200/2003, em relação a assistência estudantil, em suas diretrizes, destacamos:

“Expansão e Diversificação da oferta de Cursos e Vagas; aperfeiçoar a política de Apoio estudantil; manter o convênio Don Mazza para alunos residentes das casas de estudantes; ampliar e melhorar os serviços de prevenção e tratamento de saúde nos diversos núcleos institucionais de atendimento à comunidade, através de parcerias com entidades públicas e privadas; buscar mecanismos que possam melhorar o acesso da comunidade aos serviços gerais de saúde nos hospitais públicos e privados; incrementar o nível de lazer da comunidade, através da ampliação e modernização do Clube Universitário; desenvolver ações que possibilitem a melhoria do bem-estar da comunidade, dando ênfase à creche universitária, em parceria com instituições públicas; modernização e ampliação do acervo bibliográfico e Segurança no Campus”.

Mesmo assim, a assistência estudantil está longe de ser contemplada em sua totalidade tendo em vista as limitações de seus programas atrelados a um processo de escassez de recursos à Educação.

Assim, o DAE é o setor que operacionaliza a Política de Assistência Estudantil na universidade, e, funciona como elemento de intermediação entre a administração superior e as entidades de representação estudantil. É constituído por uma Diretoria, uma Coordenação, o Setor de Serviço Social, o Centro de Estudos Pesquisa e Atenção à Saúde Mental (CEPASM), e o Núcleo de Apoio a Eventos (NAE).

Ao DAE compete:

- Programar, coordenar e avaliar a execução de atividades assistenciais da universidade, objetivando o bem estar e o desenvolvimento social do seu corpo discente;
- Elaborar estudos e pesquisas objetivando o aperfeiçoamento, desenvolvimento e atualização dos programas assistenciais da universidade em benefício do corpo discente;
- Prestar assistência às entidades de representação estudantis;
- Receber e ouvir estudantes que solicitem bolsas e serviços assistenciais concedendo os benefícios conforme os critérios adotados pela UFPE;
- Acompanhar o desenvolvimento dos estudantes bolsistas, verificando periodicamente sua freqüência e aproveitamento, objetivando orientá-los adequadamente;
- Atuar junto aos órgãos universitários competentes no sentido de obter assistência médica e odontológica para os estudantes de baixa renda;
- Responsabilizar-se pela ordem, disciplina e funcionamento adequados das residências estudantis;
- Zelar pelo cumprimento das prescrições do Regimento Interno das Casas de Estudantes masculina e feminina.

A seguir apresentaremos os principais Programas desenvolvidos pelo DAE:

I. Programas destinados aos Moradores das CEU's.

I.1 Programa de Moradia Estudantil - Objetivando oferecer condições de acesso e permanência a estudantes de baixa renda, procedentes do interior do estado ou de outros estados, a uma formação acadêmica e profissional no ensino superior. Mantém duas Casas de Estudantes, uma masculina com capacidade de atender a 192 estudantes e uma feminina com capacidade de alojar 80 estudantes.

I.II Programa de Apoio aos residentes das CEU'S.

I.II.I Apoio Psico-pedagógico - que tem como objetivo:

- Atuar no processo ensino aprendizagem, diagnosticando problemas e/ou dificuldades que impeçam a adaptação do aluno ao seu curso;
- Possibilitar ao estudante conhecer suas reais aptidões, capacidade e limitações,
- Orientar o estudante do ponto de vista vocacional-profissional;
- Apoiar o desenvolvimento acadêmico e profissional dos estudantes.

I.II.II Apoio ao desenvolvimento acadêmico e profissional dos Residentes.

- Propiciar aos estudantes o acesso a cursos e outros eventos acadêmicos no âmbito da UFPE, tais como: Curso de Introdução à computação/NTI, curso de Inglês e isenções de taxas em Congressos etc.

I.II.III Melhoria da qualidade de vida do residente

- Promover a socialização do estudante, estimular a participação do aluno em atividades esportivas/recreativas - realização de atividade sócio-cultural e de lazer incluindo festas típicas, bem como, a participação do aluno em atividades esportivas no Núcleo de Educação Física e Desportos (NEFD).
- Palestras educativas de acordo com as demandas sociais, Prêmio Dom Mazza – Convênio UFPE e o Colégio Universitário de Pádova na Itália.
- Oferecer serviços de saúde física e mental – atendimento médico, psicológico e odontológico.

II. Programas destinados aos moradores das CEU'S e a Comunidade Estudantil de baixa renda.

II.I Programa de Bolsa de Manutenção Acadêmica.

- Conceder bolsa a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação e COM um bom desempenho acadêmico. Incorporar hábitos de trabalho intelectual. Desenvolver técnicas de estudo e incentivo à criatividade. Possibilitar a oportunidade de complemento educacional e exercício profissional.

II.II Programa de Aulas Particulares em Domicílio.

- Apoiar o desenvolvimento acadêmico e profissional dos estudantes. Atender a comunidade na melhoria do nível de aprendizagem. Estimular o hábito de estudo, bem como, atitudes de responsabilidades. Contribuir para a elevação do nível de renda do estudante.

III. Programa destinados a Comunidade Estudantil.

III.I Programa de Apoio à Moradia Extra-Campus.

- Oferecer alternativas de Moradia Extra-Campus, para estudantes oriundos de outras localidades que possam arcar com os custos da moradia.

III.II Programa Conheça sua Universidade.

- Destinado aos estudantes de 1º e 2º graus, de Escolas Públicas e Particulares objetivando conhecer os cursos oferecidos pela UFPE, na tentativa de poder ajudá-los na escolha do curso desejado.

O DAE oferece campo de estágio curricular para o curso de Serviço Social, bem como, participa ativamente dos encontros do FONAPRACE, levando suas contribuições ao debate sobre a assistência ao estudante no interior da Universidade.

Atualmente o DAE exerce um importante papel, quando da operacionalização da Política de Assistência ao Estudante, ainda em meio a uma conjuntura de escassez nos recursos e verbas para esse fim.

Entretanto, *“se faz necessária a divulgação dos resultados dos Programas de Assistência Estudantil junto aos atuais e/ou potenciais financiadores para que a Assistência estudantil seja percebida como uma questão de investimento e não apenas despesas”* (FONAPRACE,2000).

No que concerne à divulgação existe uma proposta da atual Diretora do DAE em elaborar uma coletânea sobre a assistência ao estudante fruto das produções científicas dos estágios curriculares advindas de sua gestão.

No capítulo seguinte, abordaremos a discussão sobre as Bolsas de graduação na UFPE, especificamente a de Manutenção Acadêmica, objeto de nosso estudo.

CAPÍTULO III
OS PROGRAMAS DE BOLSA DE TRABALHO NA UFPE

Capítulo III - Os Programas de Bolsas de trabalho na UFPE.

3.1 A trajetória Histórica dos Programas de Bolsas e suas modalidades.

O Programa de Bolsa de trabalho¹⁴ em Pernambuco foi iniciado em 1966 na Universidade Federal de Pernambuco, quando na Divisão de Expediente Escolar, hoje Departamento de Assuntos Estudantis, foi criado o setor de empregos. Aquela divisão concedia bolsas de estudo que consistiam em uma pequena ajuda financeira mensal, destinada aos universitários carentes de recursos financeiros. Tendo na ocasião a bolsa um caráter paternalista, os integrantes da divisão de expediente escolar criaram um outro tipo de ajuda em que o estudante dava sua cota de trabalho em troca de uma remuneração. Já naquele ano, vinte (20) estudantes universitários foram aproveitados dessa maneira, em instituições bancárias e na própria universidade. Podemos dizer que essa foi a fase embrionária do Programa de Bolsas de Trabalho, em Pernambuco. O referido programa foi instituído em caráter nacional, através do decreto nº 69.927 de 13/01/1972, pelo Ministério da Educação e Cultura e a UFPE, objetivando o atendimento prioritário de estudantes carentes de recursos financeiros, vindos de Universidades Federais, Estaduais, de Escolas Superiores Isoladas e de Escolas de 2º grau.

Este programa se propunha a ajudar os alunos de 2º e 3º graus e colaborar com as entidades públicas, privadas e filantrópicas, permitindo a utilização de uma mão de obra especializada, através de um processo seletivo, estabelecido pelos critérios oriundos do convênio firmado com o Ministério da Educação e Cultura. Destaca-se assim, o caráter de cunho educativo do programa, enquanto responde às exigências de formação profissional e de integração dos estudantes na vida social.

¹⁴ Entende-se por Bolsa de Trabalho o benefício concedido a estudantes de graduação, economicamente carentes, visando primordialmente colaborar com a manutenção dos estudos do universitário na execução de tarefas de apoio nos vários órgãos da universidade (Assistência ao Estudante/UFRS, 1978, p.10).

A UFPE, assinou convênio com o MEC, para participar do Programa e, desta forma, ter direito aos recursos financeiros daquele órgão.

Para as entidades aceitantes de bolsistas, exigiam-se os seguintes requisitos:

- Que celebrem contratos com a UFPE, para pagamento da Bolsa.
- Que sejam personalidades jurídicas de direito.

Quanto aos critérios básicos para concessão de bolsas aos estudantes, destacamos: aptidões do estudante, conforme as exigidas pelo aceitante; candidatos com renda per capita que não ultrapasse a dois salários mínimos; compatibilidade de horário das aulas com o horário da Bolsa de Trabalho. Na época, observava-se que o maior número de bolsistas encontrava-se no interior da universidade, pela carência de funcionários. Sobre o processo seletivo, convém ressaltar que a inscrição para o processo, o recebimento dos documentos e a marcação das entrevistas eram realizadas por bolsistas de trabalho daquela Divisão de Serviço Social e que o processo propriamente dito era realizado por assistentes sociais: análise documental e entrevistas. Nas entrevistas procurava-se: preparar os candidatos para assumir as atividades de bolsista; esclarecer os objetivos do Programa de Bolsa de Trabalho; orientar o estudante no sentido de uma postura profissional correta, enfatizando que a bolsa é um treinamento profissional, mesmo quando dissociado de sua área de estudo; identificar a problemática dos estudantes, detectando as aspirações e bloqueios que interferem no seu desempenho acadêmico; interpretar a função do Serviço Social. Quanto à natureza da atividade, a seguinte divisão:

Em técnicas - Aquelas em que o bolsista desenvolve em consonância com sua área de estudo e,

Em administrativas - Aquelas de cunho burocrático. Quanto ao financiamento existiam três tipos de Bolsa:

Bolsa com ônus - aquela que é complementada mensalmente por recursos advindos do MEC.

Bolsa sem ônus - aquela que é paga integralmente pelo aceitante do bolsista.

Bolsa filantrópica - paga integralmente pelo MEC aos bolsistas que atuam em entidades de utilidade pública com fins filantrópicos (Relatório de Avaliação do Programa de Bolsas de Trabalho/UFPE, Divisão de Serviço Social, outubro de 1981).

A partir de 1978, nesta universidade, foram implementadas outras modalidades do Programa de Bolsas de Trabalho, tais como: Bolsa Esporte, Bolsa de Extensão, Bolsa Pesquisa e Bolsa Arte.

A Bolsa Esporte era destinada a oferecer aos atletas e alunos vinculados aos jogos universitários, as condições mínimas de manutenção e treinamento, favorecendo a atuação das federações atléticas. Era mantida com recursos financeiros advindos do DAE/MEC e utilizados em três projetos básicos: Iniciação desportiva para os funcionários e seus dependentes, Apoio às associações atléticas e acadêmicas e Apoio ao Atleta. Na época, foi feita uma avaliação da referida bolsa que nos ofereceu dados importantes quais sejam: do ponto de vista do aluno, permitiu um confronto entre a teoria e a prática. Oportunizou experiências úteis no campo do ensino, principalmente para aqueles que desenvolveram atividades didático-desportivas. Permitiu um contato freqüente com o professor, possibilitando um permanente aprendizado e ofereceu ao bolsista uma ajuda financeira adquirida com o próprio trabalho, sem qualquer ação paternalista.

Do ponto de vista da universidade, o programa ofereceu atividades comunitárias, dentro do projeto de iniciação desportiva, como torneios, corridas, passeios, possibilitando uma maior integração entre seus funcionários. Do ponto de vista da

clientela, a cada ano, tem-se observado um crescente interesse pelas atividades e um aumento no número de participantes. Um aspecto que merece atenção especial é o valor da bolsa que é bastante irrisório, face ao aumento do custo de vida, ficando a cargo do Núcleo de Educação Física e Desportos complementar com recursos próprios.

A Bolsa Extensão visava estimular as atividades de extensão, contribuir para a interiorização das universidades e oferecer melhores condições para as pesquisas. No ano de 1981, quatro projetos de extensão foram beneficiados: Projeto de Saúde Comunitária da Várzea, Projeto de Extensão Comunitária do Vasco da Gama, Projeto de Saúde Comunitária em Calçado e Projeto Comunitário de Carro-biblioteca.

O projeto de Saúde Comunitária da Várzea desenvolvia atividades com a população de baixa renda do bairro da Várzea, em Recife-PE, área localizada ao lado do campus universitário. Atuavam no projeto 10 professores e 42 alunos dos cursos de Serviço Social, Medicina, Enfermagem, Nutrição, Psicologia e Economia, além de um médico, 02 assistentes sociais e um funcionário administrativo contratados pela Prefeitura Municipal do Recife.

O projeto de Extensão Comunitária do Vasco da Gama foi fundado por iniciativa da extinta Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários/UFPE, em parceria com o Estado/Comunidade (Paróquia de São Sebastião), atuando através de serviços de saúde materno-infantil, de saúde ao adulto em geral, odontológico, suplementação alimentar, assistência laboratorial e planejamento familiar. Posteriormente, foi implantado o serviço de vacinação.

O projeto de saúde Comunitária de Calçado foi desenvolvido na pequena cidade de Calçado, Agreste Meridional de Pernambuco, que enfrentava, na ocasião, vários problemas tais como: desnutrição, elevado índice de mortalidade infantil, falta de saneamento e desconhecimento de medidas básicas e essenciais na área

de saúde. Dentre a programação geral, destaca-se a organização de grupos de comunidade para uma ação educativa. Atividades através de participação nas campanhas da saúde pública, treinamento para agente de saúde e preparo de professores no treinamento de crianças de 1º grau para cuidarem dos irmãos menores. Atuavam no projeto uma educadora em saúde pública, 02 bolsistas, uma nutricionista e estavam reivindicando 05 estudantes da área de saúde.

O Projeto Comunitário de Carro-Biblioteca tinha por finalidade realizar um serviço de extensão para a população em geral, objetivando uma melhor aplicação de suas horas de lazer, através de serviços bibliotecários ao alcance de todos. O carro-biblioteca foi cedido pelo Instituto Nacional do Livro em convênio com a UFPE, circulava em áreas carentes do Recife e cumpria uma programação pré-estabelecida, desenvolvida por alunos do Curso de Biblioteconomia, supervisionados por 02 professores. Contavam com 02 bolsistas que ficavam responsáveis pelo acervo, pelo controle de empréstimos e devoluções das obras, pela organização do carro e pelos contatos com a população das áreas de atuação.

A Bolsa Pesquisa destinava-se à promoção de projetos com a participação de alunos e professores em contato com os vários setores da sociedade. No ano de 1981 foram aprovados 23 projetos: “Potencialidades informativas das imagens do Landsat e do projeto Radam-Brasil”, do curso de Geografia, “Estudo comparativo da situação do indígena no Estado de Pernambuco”, em época diversa do curso de História. “Problemas das crianças carentes na escola”; “Compreensão do vocábulo em textos didáticos da ciência”, do curso de Letras, entre outros. Nesse ano, foram inscritos 78 (setenta e oito) projetos, entretanto apenas 23 (vinte e três) foram selecionados com bolsas, visto ser este o número disponível. Convém esclarecer que não se fazia ampla divulgação durante a inscrição do programa pelo fato de o número de bolsas ser insuficiente. Verificava-se uma avaliação significativa com estímulo para o hábito do estudo, permitindo a familiarização com a metodologia da pesquisa, o interesse pela investigação científica, o apoio e

acompanhamento do professor orientador. Ainda estimula a atividade de pesquisa nos meios discente e docente da universidade.

A Bolsa Arte objetivava o desenvolvimento de atividades artísticas e culturais pelos discentes. Em 1981 foram aprovados e desenvolvidos 18 (dezoito) projetos: 02 (dois) no campo das artes plásticas, 02 (dois) em fotografia, 02 (dois) em música, 01 (um) em cinema, 02 (dois) em folclore, 01 (um) em teatro, 01 (um) em arte /educação, 01 (um) em literatura, 02 (dois) no campo de pesquisas em Arquitetura e 01 (um) de pesquisa de documentação. A Bolsa Arte estimulava o interesse dos universitários, pelas pesquisas das artes populares, e pelo desenvolvimento da cultura regional. A dificuldade apresentada consistia no fornecimento de material didático, no custeio das passagens, alimentação e hospedagem para aqueles bolsistas que precisavam deslocar-se para outras cidades. Bons trabalhos foram desenvolvidos na UFPE, a exemplo do relatório do Projeto Cinema e Comunidade apresentado no ano de 1980. Foi apreciado pelos meios cinematográficos e solicitado para publicação na revista *Filmeultura*, da Embrafilme que atingia toda a categoria cinematográfica do Brasil.

Em meados da década de 80 e durante os anos 90, ocorre um desmantelamento da política de Assistência Social voltada para o estudante universitário, em nível nacional, ocasionado pela ausência de recursos do Ministério da Educação. Na UFPE, este quadro vem comprometendo a manutenção de programas essenciais, tais como de Moradia e de Bolsas sem contar com a extinção de outros, a exemplo do programa de apoio à alimentação (Restaurante Universitário).

3. 2 Os Atuais Programas de Bolsas de Graduação da UFPE.

Atualmente existem na UFPE, oito programas de bolsas destinados a alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação:

- Bolsa de Iniciação Científica – ligada à Pró-Reitoria de Pesquisa, objetiva despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de graduação mediante sua participação em projetos de pesquisa que introduzam o jovem universitário no domínio do método científico. Tem ainda como objetivo qualificar quadros para os programas de pós-graduação e aprimorar o processo de formação de profissionais para o setor produtivo; estimular pesquisadores a envolver estudantes de graduação no processo de investigação científica, otimizando a capacidade de orientação da instituição.

São 485 (quatrocentas e oitenta e cinco) bolsas, das quais 441 pagas pelo CNPQ e 44 pagas pela PROPLAN/UFPE. Uma carga horária de 20 horas semanais com duração de 12 meses. A Bolsa tem o valor de R\$ 241,51 (duzentos e quarenta e um reais e cinqüenta e um centavos). Quanto aos critérios de participação no programa, o estudante deverá ser regularmente matriculado em curso de graduação da UFPE e estar cursando entre o segundo e o antepenúltimo período; ter menos de 24 anos, quando da solicitação do ingresso no Programa; não apresentar histórico escolar com mais de duas reprovações e, se caso houver, esta deverá estar recuperada. Ser apresentado apenas por um pesquisador de sua escolha; não possuir, na vigência da bolsa, vínculo empregatício ou outra modalidade de bolsa e não ter concluído outro curso de graduação.

- Bolsa de Extensão – ligada à Pró-Reitoria de Extensão - é concedida a alunos selecionados pelo professor-orientador, estando a concessão da bolsa vinculada à apresentação do plano de trabalho do aluno. Atualmente são 65 bolsas, uma carga horária de 04 horas semanais com duração de 10 meses sendo do MEC a origem dos recursos financeiros. O valor da Bolsa é de 195,00 (cento e noventa e cinco reais). Os critérios de seleção

do bolsista são definidos pela Câmara de Extensão a partir da análise dos projetos apresentados.

- A Bolsa de Integração tecnológica ligada à Pró-Reitoria de Planejamento atualmente foi extinta.

As outras cinco Bolsas são ligadas à Pró-Reitoria Acadêmica:

- Bolsa de Monitoria, objetiva incentivar os alunos que demonstrem interesse e aptidão pela carreira acadêmica. Assegurando a cooperação do corpo discente ao corpo docente nas atividades do ensino, totalizando 310 (trezentas e dez) bolsas. Possui uma carga horária de 12 horas semanais, tem uma duração de 10 meses. O valor da Bolsa é de 130,00 (cento e trinta reais), sendo originário da Pró-Reitoria de Planejamento. É normatizada na universidade, através do estatuto, em seu capítulo III, páginas 131/132 e legalmente amparada através do Boletim Oficial de 04/02/82.

Quanto aos critérios de seleção, poderão candidatar-se alunos que já tenham concluído o 1º ciclo e que tenham obtido aprovação nas disciplinas a que se refira a monitoria, não podendo apresentar histórico que registrem reprovação ainda não recuperada ou punição disciplinar.

- Bolsa de Apoio Acadêmico deverá ser solicitada mediante apresentação de projeto com justificativa, sendo destinada para o desenvolvimento de serviços técnicos, de apoio nas bibliotecas, laboratórios de ensino, computação e digitação de dados, totalizando 100 (cem) bolsas. Possui uma carga horária de 20 horas semanais com a duração de 12 meses, podendo ser renovada ou não. O valor da Bolsa é de 130,00 (cento e trinta reais) originários da Pró-Reitoria de Planejamento. A legislação que a ampara está prevista no procedimento para o programa instituído e

normatizado pela PROACAD. Quanto aos critérios de seleção, poderão candidatar-se alunos regularmente matriculados em cursos de graduação.

- Bolsa de Iniciação à Docência. O envio dos projetos à Pró-Reitoria Acadêmica é realizado mediante convocatória e objetiva favorecer o vínculo entre a universidade e a rede oficial de ensino de 1º e 2º graus, particularmente, no que se refere à prática de ensino. Tem por finalidade contribuir para a integração ensino-pesquisa e fortalecer os cursos de licenciaturas. Conta, atualmente, com 34 (trinta e quatro) bolsas. Possui uma carga horária de 20 horas semanais, e a duração de 10 meses. O valor da Bolsa é de 250,00 (duzentos e cinquenta reais), originários da PROPLAN. A legislação que a ampara é o edital. Quanto aos critérios de seleção, poderão candidatar-se alunos dos cursos de licenciaturas que não apresentarem históricos escolares com reprovação não recuperada.
- Programa Especial de Treinamento (PET), ligado à CAPES. A Bolsa tem por meta propiciar aos alunos condições para a realização de atividades extracurriculares que favorece a formação acadêmica, tanto para a integração no mercado profissional, como para o desenvolvimento de estudos em programa de pós-graduação. Para participar do programa, o candidato deverá estar cursando o 2º ou 3º semestre do curso de graduação, ter a expectativa de permanecer como bolsista do Programa até a conclusão do curso, não apresentar reprovação no histórico escolar, ter um bom desempenho acadêmico nas disciplinas cursadas, ser brasileiro, ter até 22 anos à época do início da bolsa e comprometer-se em dedicar, no mínimo, 12 horas semanais às atividades do programa.
- Bolsa de Manutenção Acadêmica - objeto do nosso estudo -, concede bolsas a alunos de baixa renda matriculados em curso de graduação e apresentam bom desempenho acadêmico, o que será referenciado no item a seguir.

Um dos aspectos que chamou atenção foi que, independente das Bolsas oficiais apresentadas neste trabalho, existem outras modalidades de Bolsas referenciadas pela prestação de serviços pagos, muitas vezes, pelos próprios Departamentos ou pela FADE. Ainda, segundo entrevista realizada com a chefe da Biblioteca Central, existe uma modalidade de Bolsa chamada Bolsa de Desenvolvimento Profissional, totalizando 62 bolsas destinadas a estudantes de qualquer curso de graduação da UFPE, que tem como atividade exercida o atendimento ao público, reposição de livros, organização de fichários e outras atividades concernentes. Quanto ao processo seletivo dar-se-á por inscrição, apresentando documento pessoal, comprovante de matrícula e de residência. A Bolsa tem o valor de 130,00 (cento e trinta reais) pagos através da PROPLAN, com recursos advindos do tesouro nacional. Possui uma carga horária de 20 horas semanais e, quanto aos critérios de permanência, é a manutenção do grau de desempenho satisfatório na execução de suas atividades. Há uma avaliação de desempenho executada pela chefia e com resultados apresentados à direção do Sistema de Biblioteca/UFPE.

Outro dado interessante é que apesar da inscrição ser efetuada na BC, o estudante poderá ser encaminhado para uma das Bibliotecas Setoriais, de acordo com a necessidade do serviço.

3.3 O Programa de Bolsas de Manutenção Acadêmica: Origem, Trajetória e os novos direcionamentos.

O Programa de Bolsa de Manutenção Acadêmica surge no ano de 1993 na UFPE, na tentativa de substituir o restaurante universitário como forma de equacionar o problema de alimentação dos residentes e atender ao segmento do alunado em situação de carência socioeconômica. O fechamento do restaurante

foi uma alternativa encontrada pela Reitoria que alegava o alto custo do R.U. para sua manutenção já que a universidade, pela escassez de recursos, não tinha condições de mantê-lo. No entanto, este programa não foi bem aceito, nem pelos residentes das CEU's – Casas de Estudantes Universitários –, nem pelos estudantes de uma forma geral, por ser seletivo e destinar-se a um pequeno número de estudantes e extinguir um programa de assistência que tinha uma abrangência significativa no interior da Universidade o que prejudicaria não só os residentes, mas a todos do que dele necessitavam: estudantes, servidores e professores. Sendo assim, para eles, a substituição do restaurante pela bolsa não era conveniente, tendo em vista, além do que foi referido anteriormente, estar atrelado ao desempenho acadêmico do estudante. Assim, um estudante que não tivesse alcançado 50% de aprovação no semestre, estava fadado a ficar sem a bolsa, o que dificultaria sua situação, pois não teria recursos financeiros para alimentar-se.

A extinta Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários elaborou um projeto de “Bolsa de Cooperação Acadêmica” com apoio financeiro aos residentes e estudantes de baixa renda que iriam prestar serviços à universidade, em expediente compatível com as atividades escolares e, preferencialmente, na área de formação acadêmica. Este projeto foi encaminhado ao MEC para financiamento, mediante convênio, e em abril, desse mesmo ano, logo após sua aprovação, foram abertas as inscrições para o Programa através da divulgação feita por cartazes enviados a cada Centro da Universidade.

Deste modo, o Programa de Bolsas foi reativado, instituído e normatizado através da resolução nº 01/93, do Conselho de Administração da UFPE, em 19/03/93, apresentando as seguintes considerações:

- A necessidade de oferecer aos estudantes da UFPE a oportunidade de desenvolvimento de atividades extracurriculares (no âmbito da UFPE);
- A função da universidade como agente de capacitação profissional;
- O desejo de propiciar melhor condição de subsistência ao corpo discente com carência socioeconômica (resolução nº 01/93 pág. 01).

Em abril do corrente ano, as inscrições foram abertas tanto para universitários residentes oficiais e não oficiais, das CEUs/UFPE, como para outros universitários desta universidade, conforme quadro nº 02 abaixo.

QUADRO Nº 02 DADOS REFERENTES À INSCRIÇÃO NO P.B.C.A.

IDENTIF. DE INSCRITOS (ESTUDANTES/UFPE)	Nº X FORMAS DE MORADIAS			TOTAL
	CASA MASC/UFPE	CASA FEM/UFPE	NÃO RESID. UFPE	
MORADORES OFICIAIS DAS CÉU's ⁹	82	17	00	99
MORADORES NÃO OFICIAIS DAS CEU's ¹⁰	37	06	00	43
ESTUDANTES DA UFPE NÃO MORADORES DAS CEU's ¹¹	00	00	127	127
TOTAL	119	23	127	269

Portanto, 269 (duzentos e sessenta e nove) estudantes da UFPE manifestaram interesse em participar do Programa, através do ato de Inscrição.

⁹ Moradores oficiais eram aqueles estudantes que haviam passado pelo processo de seleção promovido pelo DAE para às casas.

¹⁰ Eram os estudantes que não haviam passado pelo processo seletivo e a inscrição à bolsa era a estratégia encontrada pelo DAE de regularizar a situação daqueles estudantes no que concerne à moradia estudantil.

¹¹ São os estudantes de curso de graduação e de baixa renda que se inscreveram e participaram do processo seletivo.

Na 1ª etapa do Programa, foram aceitos para iniciar as atividades (abril/93) os estudantes inscritos que atendiam a dois critérios: ser universitário da UFPE e morador (a) em uma das residências estudantis da UFPE.

Esses estudantes, em número de 142, receberam ofício de apresentação para os diretores dos respectivos centros acadêmicos que os encaminharam para as coordenações dos cursos e cada bolsista passou a contar com a orientação de um docente ou técnico especializado, como supervisor.

Na 2ª etapa do Programa (julho/93), foram convocados para começar as atividades como bolsistas, os 50 (cinquenta) primeiros dentre os 80 (oitenta) classificados, do grupo de universitários não moradores das CEUs/UFPE, conforme quadro nº 03 abaixo.

QUADRO Nº 03 DADOS REFERENTES AO Nº DE BOLSISTAS

ETAPAS DE INÍCIO	Nº DE PARTICIPANTES		TOTAL
	MORADORES DAS CEU's	NÃO MORADORES DAS CEU's	
1ª. ETAPA (abril/93)	142	00	142
2ª. ETAPA (julho/93)	00	50	50
Total	142	50	192

No mês de outubro /93, após a análise das exigências acadêmicas, necessárias à permanência no Programa, foi constatado o seguinte:

- 03 bolsistas não tiveram aprovação em 50% das disciplinas cursadas em um dos dois semestres anteriores;
- 01 bolsista apresentou no 2º semestre/93, apenas matrícula-vínculo;
- 08 bolsistas apresentaram reprovação por falta, no 1º semestre/93;
- 02 bolsistas já ultrapassam o número de semestres permitidos pelo programa, para o término do curso.

Apesar de um total inicial de 142 bolsistas, 129 fichas de avaliação foram expedidas, visto que alguns não chegaram a iniciar as atividades e outros permaneceram, por pouco tempo, no programa.

Respondendo à solicitação do preenchimento da ficha de avaliação, em um prazo de quinze dias, 98 fichas foram devolvidas. Três supervisores emitiram parecer geral, sem analisar cada item. Portanto, 95 formulários fazem parte dessa avaliação. Conforme quadro nº 04 abaixo.

QUADRO Nº 04 DADOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO BOLSISTA.

ITENS AVALIADOS	Nº REGISTRADOS, PERCENTUAL X CONCEITOS							
	ÓTIMO/BOM		REGULAR		DEFICIENTE		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
FREQUÊNCIA	82	86,3	09	9,5	04	4,2	95	100,0
INTERESSE	82	86,3	09	9,5	04	4,2	95	100,0
INICIATIVA	84	88,4	07	7,2	04	4,2	95	100,0
ATIVIDADES EXERCIDAS	77	81,1	14	14,7	04	4,2	95	100,0

Segundo os dados coletados, foi bastante significativo o percentual dos bolsistas que tiveram conceitos ótimo e bom, nos diversos itens avaliados.

Apenas 01 bolsista recebeu conceito deficiente em todos os itens considerados. Alguns receberam deficiente em um ou dois itens, entretanto, outros conseguiram conceito regular. Esses bolsistas foram convocados pelo Serviço Social/DAE para que fossem analisadas as dificuldades e identificadas formas de melhorar o desempenho.

Solicitados a apresentar sugestões que contribuíssem para melhorar o desenvolvimento do programa e aproveitamento do bolsista, muitos supervisores se pronunciaram.

Alguns opinaram a respeito da operacionalidade do Programa:

“Acompanhamento do Plano de Trabalho com relatórios periódicos”;

“Estímulo, acompanhamento e avaliação constante das tarefas executadas pelos bolsistas”;

“Seleção cuidadosa dos candidatos, acompanhamento do trabalho dos candidatos e seus respectivos orientadores; reunião no final do semestre para discutir problemas e encontrar soluções com a participação dos supervisores”;

“Seminários e reuniões de avaliação”;

Alguns sugeriram estímulos aos bolsistas:

“Criação do – Vale Livro – para os bolsistas (receberiam dois meses a mais, por ano, para a compra de livros didáticos)”;

“Fornecimento de material didático, tais como: xerox de periódicos para pesquisa”;

“Vincular o valor da Bolsa com o valor estipulado pelo CNPQ para a bolsa de iniciação científica, considerando que exercem funções muito similares”;

“Que não passasse despercebido o trabalho de um bom bolsista. Que fosse reconhecido”.

Outros sugeriram modificações no Programa:

“O aluno do curso médico, pela elevada carga horária do curso, dispõe de horário irregular, tendo de aproveitar o horário de almoço, feriados e o tempo após o término das aulas... Sugerimos estudar a possibilidade, nesses casos, de redução da carga horária exigida no Programa”;

“Pelo sucesso e utilidade do programa, sugiro a possibilidade de se elevar a carga horária de 12 para 20 horas semanais”;

Alguns teceram sugestões e comentários de ordem geral:

“A divulgação de um elenco de tarefas, em cada departamento, poderia ajudar o aluno a escolher melhor o tipo de atividade, da qual gostaria de participar”;

“Existe uma grande dificuldade em conciliar o tempo livre do bolsista, nas atividades de laboratórios”;

“Criar no CCSA uma sala especial para que o bolsista possa desenvolver as atividades de pesquisa. A sala já existiu, mas foi transformada em sala de computação”.

Um, outro elogiou a iniciativa do DAE em implantar tal Programa:

“Programa como este pode engrandecer a universidade. Sugerimos, portanto, sua permanência pelo tempo que for possível”.

Atualmente o Programa teve seu nome modificado para “Programa de Manutenção Acadêmica”, atendendo aos seguintes estudantes: 80 da CEU/feminina, 192 da CEU/masculina e 80 estudantes da Comunidade.

Todos os estudantes residentes têm, automaticamente, acesso a este Programa, além de um abono de 30% do salário mínimo destinado à alimentação. Para ter acesso as CEU’S e à Bolsa, os estudantes passam por um processo seletivo composto de várias etapas: inscrição, entrevista, análise de documentos, dinâmica de grupo, reuniões com as diretorias das casas para definir a classificação e o curso de moradia estudantil. Após a seleção, o bolsista recebe as normas de funcionamento do programa e a ficha de frequência, sendo encaminhado para o orientador. Mensalmente a frequência do aluno é encaminhada ao DAE.

A Renovação da Bolsa está condicionada ao cumprimento das normas, tanto no que diz respeito ao desempenho acadêmico do bolsista, como em suas atividades no local de trabalho. O monitoramento do Programa tem como momentos: envio anual da ficha de avaliação ao professor orientador para que seja realizada a avaliação do desempenho do bolsista em suas respectivas atividades; avaliação do desempenho acadêmico pelo DAE, com base nos históricos escolares emitidos pela Divisão Discente do Departamento de Controle Acadêmico da Pró-Reitoria Acadêmica.

Os bolsistas, não residentes, constituem alunos da graduação que, na sua maioria, são indicados para desenvolverem atividades e projetos específicos (Proafim¹², Participesporte¹³, etc.), contrariando o objetivo do Programa que é o atendimento a alunos de baixa renda. Uma Outra situação particular é a de alunos que, por motivos pessoais, precisam sair das Casas dos Estudantes Universitários ou de candidatos aprovados no processo seletivo das Casas não alocados por insuficiência de vagas nas Residências. Assim, do ponto de vista do DAE, que coordena o programa, o principal problema é a demanda de alunos por Bolsas não atendidas. A partir do conhecimento desta realidade, a hipótese sustentada é que o programa de Bolsas na UFPE, especificamente o de Bolsas de Manutenção Acadêmica, não acompanhou a expansão do Ensino Superior e nem assumiu uma perspectiva de apoiar o estudante na busca de propiciar a sua formação profissional. Gerou um contra-senso, se considerarmos o resultado da pesquisa sobre a situação do perfil socioeconômico dos alunos da UFPE. Cerca de 10% dos alunos de graduação estão classificados nas categorias **E + D** e atualmente representam 2.177 num universo de 21.773 alunos. Deste modo, o total de Bolsas alocadas para estudantes de baixa renda atende apenas a 16.07%

¹² Programa de avaliação física e acompanhamento nutricional, coordenado pelo curso de nutrição em parceria com o curso de Educação Física.

¹³ Programa de extensão vinculado ao departamento e núcleo de Educação Física, objetivando oferecer ao corpo docente, discente e administrativo desta instituição, bem como a cidade circunvizinha o acesso à práticas esportivas, contribuindo para o bem-estar e o desenvolvimento de uma sociedade sadia e com consciência dos seus direitos e deveres de cidadania.

deste segmento. No entanto, vale ressaltar a relevância do programa à população demandante da Assistência Estudantil como via de democratização do Ensino Superior.

É oportuno fazer uma breve análise da Política de Assistência Estudantil na UFPE que, apesar dos avanços ainda se mantém limitada. São limitações por decisões políticas inócuas atreladas ao modelo neoliberal de privatização das universidades onde há a falta de uma consciência política voltada à assistência estudantil.

É prudente que, em cada universidade, seja motivado um projeto de pesquisa sobre assistência estudantil onde se possa conhecer as demandas estudantis para traçar, a partir da realidade pesquisada, uma política que efetivamente venha a concretizar-se.

A prática, enquanto assistente social do Departamento de Assuntos Estudantis, nos remete ao reconhecimento de um tipo de assistência nitidamente visível e importante no interior da UFPE: a criação de uma casa de estudantes para alunos da pós-graduação oriundos de outros estados. Entendemos que a cada dia a Bolsa da CAPES e do CNPQ não corresponde ao número de alunos contemplados com o programa.

Um outro ponto a considerar, seria a ampliação das Casas de Estudantes para alunos de graduação da UFPE, conforme quadro nº 05 a seguir:

QUADRO Nº 5 DEMANDA POR CASA DE ESTUDANTES DOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO.

ANO	INSCRITOS			SELECIONADOS			EXCEDENTES		
	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL
1997	67	38	105	53	28	81	14	10	24
1998	75	54	129	55	33	88	20	21	41
1999	72	42	114	32	17	49	40	25	65
2000	87	35	122	49	17	66	37	19	56
2001	76	30	106	47	28	75	29	02	31
2002	65	20	85	47	17	64	18	03	21

A partir de junho/97, ao iniciar a gestão da professora Dr^a Eliane Maria Monteiro da Fonte, houve a necessidade de elaborar um projeto de Reestruturação da Política de Assistência Social no DAE. Este projeto tinha como objetivos específicos:

- Reduzir níveis de seletividade das ações de assistência;
- Apoiar o desenvolvimento acadêmico e profissional dos estudantes;
- Estimular capacitação permanente dos profissionais responsáveis pela assistência;
- Estudar, periodicamente, as necessidades dos usuários das CEU'S;
- Estimular a participação dos estudantes nas decisões sobre assistência;
- Melhorar a qualidade de vida dos residentes.

De acordo com o relatório de atividades de 06/97 a 11/99 do DAE, o Programa de Bolsas de manutenção Acadêmica objetivava:

- Conceder Bolsas a alunos carentes matriculados em cursos de graduação e com bom desempenho acadêmico;

- Incorporar hábitos de trabalho intelectual;
- Desenvolver técnicas de estudo e incentivo à criatividade;
- Possibilitar a oportunidade de complemento educacional e prática profissional em atividades realizadas no âmbito da UFPE.

Dentre as atividades realizadas pelo Serviço Social/DAE, apontamos:

- Entrevistas periódicas para encaminhamento do bolsista;
- Aplicação de questionário de Avaliação anual de desempenho de atividades do bolsista;
- Renovação da Bolsa com base na avaliação semestral do desempenho acadêmico do bolsista.

No período, o Programa beneficiou estudantes de baixa renda oriundos do interior do estado ou de outros estados, bem como, da comunidade universitária, conforme quadro nº 06 abaixo:

QUADRO Nº 6 ESTUDANTES BENEFICIADO PELO P.B.M.A.

ANO/CATEGORIA	RESIDENTE	NÃO-RESIDENTE	TOTAL
2º/97	214	59	273
1º/98	207	44	251
2º/98	257	36	313
1º/99	270	75	345
2º/99	262	85	347

Observamos pelo quadro que desde que iniciou o Programa de Bolsa de Manutenção Acadêmica, existia uma grande oscilação quanto aos dados quantitativos, que não contemplavam todos os residentes num total de 272.

Uma segunda avaliação do Programa foi realizada no período de 97 a 99, como dito anteriormente. Apontamos como ponto positivo o significativo percentual de bolsistas que tiveram conceito “ótimo” e “bom” na avaliação de desempenho de suas atividades avaliadas pelo supervisor responsável pelo bolsista. Outro ponto significativo foi a melhoria do desempenho acadêmico dos alunos beneficiados pelo programa.

Assim, uma das preocupações da Diretora do DAE e indicadas no Relatório do período foi:

- Ampliação do número de Bolsas para alunos carentes não residentes, através da unificação dos programas de bolsas de trabalho (apoio acadêmico, apoio às bibliotecas) com a utilização de critérios de seleção da Bolsa de Manutenção Acadêmica;
- Alocação de estudantes para desenvolverem atividades da bolsa em projetos e serviços ligados à sua área acadêmica/profissional.

Esta foi uma das etapas de luta da gestão da Diretora do DAE que se comprometeu em garantir bolsas para todos os residentes, bem como à comunidade universitária de baixa renda. Fato verificado a partir de 2000, conforme quadro nº 07 abaixo.

QUADRO Nº 7 ESTUDANTES BENEFICIADOS PELO P.B.M.A.

ANO/CATEGORIA	RESIDENTES	NÃO-RESIDENTES	TOTAL
1º/2000	270	85	355
2º/2000	268	85	353
1º/2001	270	85	355
2º/2001	268	85	353

Os números que oscilam são de residentes que, por algum motivo, optam por não receber a Bolsa sendo contemplados apenas com a Moradia Estudantil.

Em julho de 2001 a UFPE passou por mais uma greve nacional das categorias que compõem a universidade: professores, servidores e estudantes. Deste modo, os estudantes apresentaram uma pauta de reivindicações que contemplava: a deflagração da greve, a assistência estudantil, o ensino pesquisa e extensão, democracia interna e transparência, acesso à universidade e o movimento estudantil.

Considerando a assistência estudantil um importante eixo articulador das demandas estudantis, como pontos principais da pauta de reivindicações destacamos:

- Regulamentação das Bolsas de Manutenção Acadêmica;
- Reajuste e ampliação das Bolsas de Manutenção Acadêmica;
- Reabertura do restaurante universitário a preços simbólicos e com gestão democrática;
- Creche para a Comunidade Universitária;
- Apoio ao Plano Nacional de Assistência, elaborado pelo FONAPRACE, considerando as modificações feitas pela Secretaria Nacional de Casas de Estudantes.

Várias assembleias foram feitas com os bolsistas do Programa de Manutenção Acadêmica em suas duas categorias: residentes e não-residentes na tentativa de se fazerem algumas modificações no regimento atual da Bolsa. A primeira foi no dia 15/08/01 às 10 h no auditório do CCSA, em que não houve avanços, tendo em vista à insuficiência do coro.

Assim, pela pressão dos estudantes e conforme relatórios 2000/2001, foi prevista a criação de uma comissão de trabalho, no âmbito da UFPE para: avaliar

programa, elaborar projeto de resolução e estabelecer a normatização. O objetivo é a reestruturação operacional do programa com base na normatização instituída, através de resolução específica. Após o encaminhamento da proposta de resolução ao Pró-Reitor para Assuntos Acadêmicos, esta foi discutida com os residentes das CEU'S, em reuniões realizadas nas Casas de Estudantes. A proposta de resolução, à qual foram incorporadas algumas sugestões dos residentes, foi discutida com a equipe da PROACAD, em seguida encaminhada para apreciação pela Câmara de Assuntos Estudantis do Conselho de Administração da UFPE e, posteriormente, aprovada na 3ª sessão extraordinária realizada no dia 24 de julho de 2002.

Vale salientar que o Plano Plurianual do DAE/PROACAD, em consonância com os objetivos gerais da administração da UFPE para o período 2000/2003, tem em sua base a diretriz de ampliação com qualidade da Política de Assistência Estudantil, através de diversos programas em consonância com o Plano Nacional de Assistência.

Assim, dentro do Plano Plurianual 2000/2003, a reestruturação do Programa de Bolsas de Manutenção Acadêmica tem como metas:

- Ampliação do número de bolsas para alunos carentes, através da unificação dos programas de Bolsas de Trabalho (de apoio acadêmico e de apoio às bibliotecas);
- Aperfeiçoamento dos critérios de alocação dos estudantes de forma que estes desenvolvam atividades de bolsa em projetos e/ou serviços ligados à sua área acadêmica/profissional;
- Sistematização dos critérios de avaliação anual do desempenho acadêmico, como critério de renovação de bolsa.

Passaremos a fazer uma análise comparativa da resolução nº 01/93 com a resolução nº 02/2002, aprovada em 24 de julho de 2002, do Programa de Bolsas de Manutenção Acadêmica.

Na resolução atual, é definido como aluno de baixa renda o estudante que comprovar renda média familiar igual ou inferior a dois salários mínimos.

No artigo 3º, o processo seletivo ocorrerá no início de cada semestre letivo, enquanto que na resolução anterior era para ocorrer no início do 1º semestre letivo, o que não acontecia.

O parágrafo único deste artigo determina que, o aluno selecionado para a Moradia Estudantil, estará automaticamente incluído no programa, através do compromisso do atual Reitor para com os residentes.

Nesta resolução, o artigo 4º trata oficialmente da divulgação do processo seletivo, através de edital de seleção ao programa, o que não ocorria. Deste modo, o programa, depois da 1ª inscrição oficial em 1993, permaneceu até 09/ 2002 sem inscrição oficial. Outra novidade é que a data de inscrição para o processo será estabelecida no calendário acadêmico. Observamos assim, uma maior divulgação do Programa.

No artigo 6º passa a fazer referência à documentação exigida, que na resolução anterior não fazia menção.

No artigo 7º, se compararmos com o artigo 3º da resolução anterior, podemos observar que a comissão para condução do processo seletivo apresenta-se mais simples.

O artigo 10º afirma que nenhum candidato será considerado bolsista do Programa sem ter sido aprovado no processo seletivo do DAE/PROACAD. Isto nos remete à certeza de que não haverá distorções quanto ao encaminhamento indevido de

estudantes que não atendam aos requisitos estabelecidos, priorizando assim, os estudantes de baixa renda em que o apoio dos programas de assistência é fundamental para manutenção e conclusão de seu curso.

O artigo 12º prevê que, além das atividades extracurriculares de iniciação científica e de monitoria a que a resolução anterior fazia referência, o aluno também poderá desenvolver suas atividades em projetos de estágio curricular, iniciação à docência e de extensão, abrindo o leque de oportunidades para o exercício de suas atividades.

Um importante ganho dar-se-á no artigo 14º da atual resolução que dispõe:

“Os bolsistas podem requerer no período de recesso escolar: afastamento remunerado por 30 dias, após cada período de vigência de 12 meses de sua bolsa e suspensão das atividades e da remuneração da bolsa ao término de um semestre letivo até reinício do próximo semestre acadêmico”.

O artigo 17º é produto da atual resolução e traz dispositivos que regulamentam as situações de não renovação da Bolsa a saber:

- Se o estudante não houver atingido o desempenho acadêmico exigido;
- Houver solicitado trancamento de matrícula;
- Houver cancelado disciplinas necessárias que permitam o término do curso em tempo hábil;
- Não houver a continuidade da situação de baixa renda;
- Tenha avaliação insatisfatória do desempenho das atividades exercidas como bolsista, baseada no seu plano de trabalho;
- Tiver falta consecutiva por mais de 60 dias às atividades da bolsa sem justificativas até o final deste prazo.

O artigo 18º estipula o tempo máximo de permanência no programa. Por fim, outra novidade é que a resolução atual, trata, no capítulo IV, das Competências do Supervisor, do bolsista e do DAE em seus artigos 19, 20 e 21, respectivamente, assunto que a resolução anterior não abordava.

Assim, conforme estabelecido na resolução, houve no 2º semestre letivo, inscrições para o processo seletivo ao programa, conforme calendário anexo.

Mesmo com todos os avanços, a Bolsa de Manutenção Acadêmica possui vários entraves a serem superados em seu duplo sentido: o número limitado de bolsas e o valor financeiro da mesma que, na época, representava um salário mínimo.

Chamamos a atenção para o fato de que essa Bolsa, na época, só veio a ser oficializada pela pressão dos residentes diante do fechamento do Restaurante Universitário.

Conforme propostas dos Relatórios do DAE, as Bolsas de Apoio Acadêmico e as de Apoio às Bibliotecas poderiam ser unificadas. Com isso estaríamos ampliando o número de bolsas e contemplando um maior número de estudantes de baixa renda já que não temos soluções imediatas para o aumento de bolsas, conforme discurso do atual Reitor:

“A UFPE já investe R\$ 2 milhões em Bolsas de Manutenção de estudantes e não tenho mais como aumentar, porque o orçamento é limitado. Isso já incorpora quase 15 % do orçamento. Lamentavelmente, o orçamento não aumenta na mesma proporção. Ele está até reduzido, se observamos o aumento de uma série de tarifas”
(Incampus, 05/2001, p.02).

Mesmo assim, o Reitor admite a importância de apoiar os estudantes de baixa renda oriundos, principalmente, de escolas públicas, quando afirma em entrevista ao Jornal do Comércio no dia 17 de setembro de 2002:

“É importante que esses alunos de baixa renda, sendo bem sucedidos no vestibular, tenham posteriormente um apoio assistencial dos governos estadual e federal, para se manterem estudando através de uma bolsa de manutenção acadêmica, de forma que possam comprar seus livros, ter uma boa alimentação e outros pré-requisitos”.

Foi com essa e outras preocupações que os Reitores das Universidades Federais prepararam um documento para ser entregue aos candidatos à Presidência da República, contendo alguns princípios fundamentais a uma política nacional de educação de inclusão social, entre os quais destaca-se: *“a extensão do acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade para amplas camadas da população e a criação de instrumentos adequados de assistência ao estudante de baixa renda, que possam assegurar a igualdade de oportunidades”.*

Após as discussões apresentadas e oficializada a nova resolução, o DAE abriu inscrição para novos candidatos no período de 29/11 a 10/12/02, quando ocorreu todo o processo seletivo, verificado no quadro abaixo.

QUADRO Nº 08 PROCESSO SELETIVO DO P.B.M.A. 2002.

ANO	Nº INSCRITOS	SELECIONADOS	INDEFERIDOS
2º/2002	52	14	03

De acordo com o quadro acima, 52 alunos se inscreveram para participar do processo seletivo; 14 foram selecionados para ocuparem as vagas imediatas; 03 foram indeferidos por não atenderem às normas do processo.

O estudo sobre a Bolsa de Manutenção Acadêmica nos remete a uma preocupação constante por ser a única assistência prestada pelo DAE para o estudante de baixa renda, oriundo da RMR, com vista à sua manutenção na

universidade e que apresenta dificuldades, tanto quanto os residentes em se manterem na instituição. São estudantes de baixa renda que, embora estejam situados na RMR, enfrentam dificuldades no que diz respeito a transporte, alimentação, material didático, lazer, serviços de apoio à saúde tais como: médico, odontológico, psicológico, problemas afetivos, de adaptação à instituição, ao curso entre outros.

Sabemos que a assistência ao estudante não está isolada do atual contexto onde prevalecem as idéias neoliberais que pregam a liberdade de mercado e o Estado mínimo, transferindo sua responsabilidade à sociedade civil. No caso específico da política de educação, o Estado, através de convênios com instituições filantrópicas, financia o desenvolvimento de programas assistenciais, que têm por objetivo complementar a educação.

Toda essa reorientação se reflete no campo da assistência no interior das universidades, pelo descompromisso do governo na área educacional. Um dos elementos fundamentais dessa reorientação está refletido na ausência de recursos específicos para assistência, bem como, um projeto a nível nacional que venha a atender às demandas dos discentes de forma unificada, respeitando as particularidades de cada região e da própria instituição. Neste sentido, a Assistência ao Estudante é dinâmica já que tenta acompanhar as modificações ocorridas na realidade e se coaduna às exigências de cada demanda institucional.

Um outro ponto a considerar é sobre o caráter universal da assistência e o caráter seletivo que a compõem: a universalização da assistência é importante porque, conforme Ferreira (2000, p.42), indica que ela deva ser entendida e implementada, tendo como horizonte a redução das desigualdades sociais. Quanto ao seu caráter seletivo, não resta dúvida que isto é uma visão reducionista da assistência. Por outro lado, devido aos cortes orçamentários, o discurso de privatização, a educação voltada para a lógica do mercado, é importante que saibamos dos esforços das IFES públicas em manter alguns

programas de assistência, mesmo de forma seletiva, porque estes têm respondido positivamente aos que deles fazem parte. Citamos como exemplo o Programa de Bolsa de Manutenção Acadêmica na UFPE e demais programas de bolsas, a nível nacional, conforme pronunciamento do FONAPRACE (2001, p.07): *“verifica-se que a inserção dos estudantes em atividades acadêmicas remuneradas é tímida, pois apenas 16,83% do universo pesquisado participam desses programas”*. É elementar que a melhoria do nível de ensino, pela sociedade, passa obrigatoriamente por uma política efetiva de assistência refletida em programas, tais como de bolsas, alimentação e moradia. O não reconhecimento dessa política, e/ou considerá-la como uma concessão é no mínimo, uma posição que nega a obrigação do Estado em prover a sociedade de ensino público e gratuito.

No próximo capítulo, passaremos a conhecer os resultados da pesquisa de campo referente ao perfil dos usuários do programa e aos impactos no desempenho dos beneficiários, comprovando a relevância da manutenção e da ampliação do programa.

CAPÍTULO IV

O PROGRAMA DE BOLSAS DE MANUTENÇÃO ACADÊMICA COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DA UFPE

Capítulo IV - O Programa de Bolsas de Manutenção Acadêmica como estratégia da política de assistência ao estudante na UFPE.

A proposta de trabalho foi a de investigar a relevância e a significação do Programa de Bolsa de Manutenção Acadêmica como prática da política social de assistência ao estudante, na Universidade Federal de Pernambuco. Este estudo permitirá conhecer os usuários, enquanto beneficiários da assistência, e apreender o significado/relevância da Bolsa de Manutenção Acadêmica, como instrumento fundamental na atual situação da academia. Este conhecimento pretende contribuir com a ampliação do programa, de modo que ele venha contemplar um maior número de bolsistas de baixa renda, no intuito de minimizar as desigualdades socioeconômicas, melhorar o desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Como dito anteriormente, o interesse pela temática surgiu da minha atuação como assistente social, do DAE/UFPE onde estou inserida na equipe profissional responsável pela execução da política de assistência ao estudante. Atividade esta que me possibilitou questionar sobre os programas e ações de assistência direcionadas para os residentes, que deixa grande parte da população de baixa renda da Região Metropolitana do Recife com pouco ou reduzido apoio.

Traçamos o perfil socioeconômico do bolsista e verificamos a relação existente entre bolsista X desempenho acadêmico; fizemos levantamento das demandas por assistência através dos grupos pesquisados, (bolsistas e não-bolsistas); avaliamos o Programa de Bolsas de Manutenção Acadêmica sob a ótica do bolsista e finalizamos, caracterizando o Programa de Bolsas de Manutenção Acadêmica em relação aos demais programas de Bolsa de graduação na UFPE.

A etapa dos procedimentos metodológicos é como uma incursão do método científico que permite a aproximação com a realidade social através do objeto de estudo, que será mediado por meio das categorias que unem o teórico ao empírico.

Para investigação do objeto de estudo proposto foi importante termos como base a elaboração de um quadro analítico de conhecimento sobre a Política de Assistência Estudantil para situar a problemática, de modo a verificar a trajetória do Programa de Bolsa de Manutenção Acadêmica: sua eficiência e que contribuições traz, enquanto estratégia de ampliação da assistência ao estudante no espaço acadêmico.

Este quarto capítulo trata da análise do perfil dos estudantes bolsistas e não-bolsistas como forma de subsidiar os aspectos evidenciados nos capítulos anteriores.

As fontes potenciais de informações foram: relatórios, boletins oficiais, fichas cadastrais dos estudantes, pesquisa de campo. Tais documentos são fundamentais para a construção e análise do perfil sugerido pelo estudo.

No que se refere ao perfil dos bolsistas, consideramos como pontos principais de análise: faixa etária, gênero, naturalidade, estado civil, condições de moradia, número de membros da família, situação socioeconômica da família, nível de escolaridade dos pais, ocupação dos pais, participação na renda familiar, como concluiu o ensino fundamental e médio, formas de ingresso no Ensino Superior, demandas por assistência, atividade desempenhada, desempenho acadêmico, serviços utilizados no interior da universidade, atividades extra-classe, meios de informação etc...

A pesquisa foi realizada no âmbito da UFPE. O universo da pesquisa constitui-se de 80 bolsistas, alunos de graduação dos mais diversos cursos que participam do Programa, bem como de um grupo composto de 52 alunos não-bolsistas que

fizeram parte do processo seletivo à Bolsa de Manutenção Acadêmica que ocorreu no período de 29/10/ a 10/12/02, conforme calendário anexo.

O instrumento da coleta de dados foi o questionário (ver anexo).

Utilizamos uma amostra aleatória simples, supondo uma frequência esperada de 50% (que dá, para o mesmo erro, o maior tamanho da amostra) e, admitindo um erro de 5% pontos percentuais e 95% de confiança então, $n = 35$ para o grupo de bolsistas e $n = 40$ para o grupo de não-bolsistas, cálculo feito no programa Epi-Info. Para o grupo dos bolsistas foram consultados os históricos escolares para verificar a diferença entre o desempenho acadêmico do mesmo no período anterior à Bolsa e no período posterior à Bolsa. Este desempenho entendido como rendimento semestral global desde a entrada no curso até o momento da pesquisa.

A opção metodológica não foi unicamente determinada pelo objeto de estudo, mas também pelo nosso posicionamento enquanto pesquisadora, a visão e compreensão do mundo que temos, bem como nosso envolvimento com a realidade pesquisada. Desta forma, considerando a natureza do objeto, juntamente com os referidos aspectos, nosso estudo foi estruturado com base nos pressupostos da pesquisa qualitativa e quantitativa segundo a interpretação dos dados.

4.1. O resultado da pesquisa de campo.

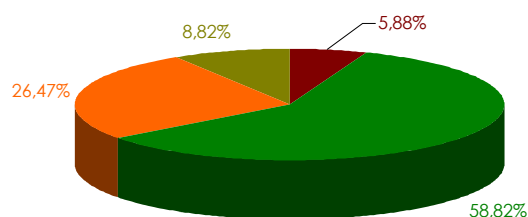
4.1.1. Perfil dos estudantes bolsistas e não - bolsistas.

Através de análise descritiva das diversas variáveis em estudo, pode-se obter informações a respeito das características sociais, econômicas e culturais dos bolsistas e não-bolsistas da UFPE.

Além de perguntas a respeito das três categorias citadas acima, foi pedido aos bolsistas que fizessem uma avaliação do Programa de Bolsas de Manutenção Acadêmica. Aos não-bolsistas foi perguntado que benefícios eles teriam nas áreas acadêmica e financeira, caso passassem a integrar o quadro de bolsistas vinculados ao PBMA.

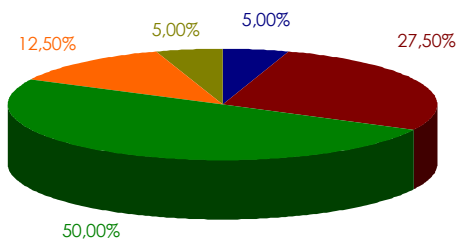
Seguem abaixo os gráficos elaborados e sua análise através das informações coletadas nos questionários aplicados.

Gráfico 1a - Idade dos Bolsistas



■ 18 anos ■ De 19 a 20 anos ■ De 21 a 25 anos
■ De 26 a 30 anos ■ Mais de 30 anos

Gráfico 1b - Idade dos Não-Bolsistas



■ 18 anos ■ De 19 a 20 anos ■ De 21 a 25 anos
■ De 26 a 30 anos ■ Mais de 30 anos

Quanto à idade de ambos os grupos, observa-se uma concentração entre os 21 e 25 anos. Este dado revela que há uma tendência aos alunos de baixa renda a entrarem mais tarde na universidade, tendo em vista o fato de prestarem exame vestibular mais vezes por encontrar-se em desvantagem em relação aos alunos que podem freqüentar os cursinhos preparatórios. Uma outra inferência pode ser feita em relação à origem da formação em escola pública que apresenta um baixo nível de qualificação, em decorrência da crise na educação pública que não prepara devidamente o jovem para o concurso vestibular, conforme observamos nos gráficos 1a e 1b.

Gráfico 2a - Sexo dos Bolsistas

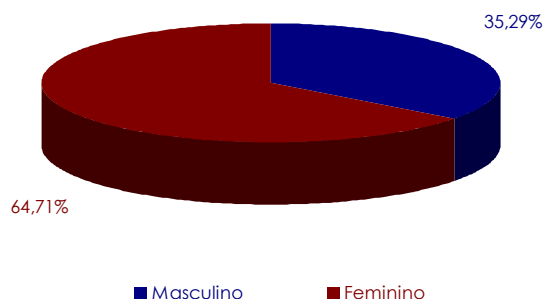
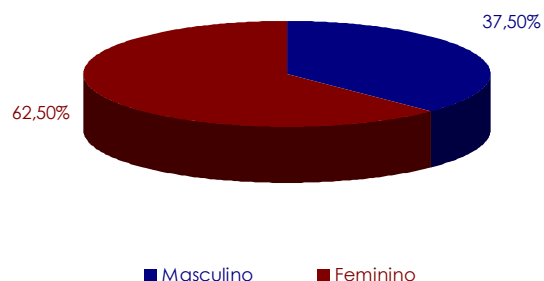


Gráfico 2b - Sexo dos Não-Bolsistas



Com relação ao sexo de ambos os grupos, verifica-se uma incidência significativa do gênero feminino. Delatando com isso uma mudança profunda nos padrões de comportamento e cultura vividos pela mulher em nosso país, nestas últimas décadas. Fruto de uma nova mentalidade movida pela necessidade crescente da capacitação feminina na vida profissional e sua participação ativa para evitar distorções sócioeconômicas da família.

Gráfico 3a - Local de Residência dos Bolsistas

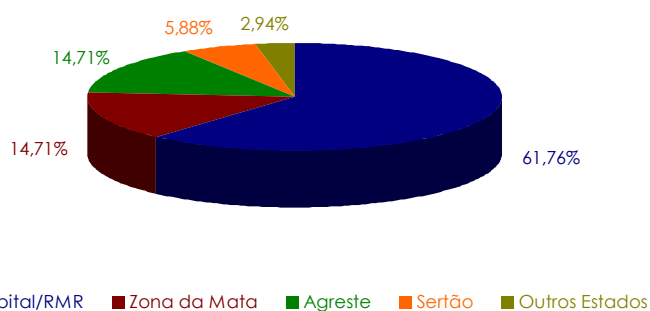
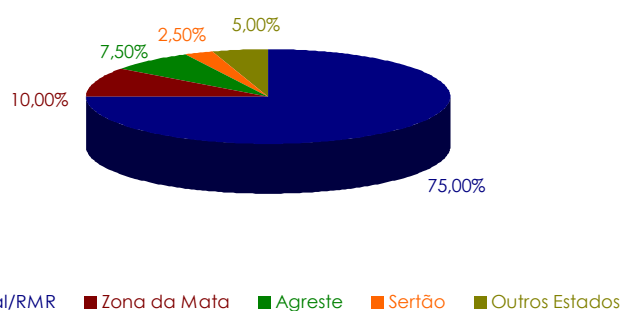


Gráfico 3b - Local de Residência dos Não-Bolsistas



Considerando o local de origem e a moradia atual de ambos os grupos, podemos verificar um percentual considerável de estudantes dependentes inteiramente de seus familiares e concentrados ao redor da capital. Este último dado demonstra a necessidade de atingir a demanda originária do interior, adotando mecanismos como: ampliação de moradias estudantis; distribuição de bolsas para estudantes que moram longe das escolas superiores já disponíveis e que vêem nesses mecanismos a possibilidade de manter-se na universidade. Conforme gráficos 3^a e 3b e, posteriormente, os gráficos 6a e 6 b.

Gráfico 4a - Estado Civil dos Bolsistas

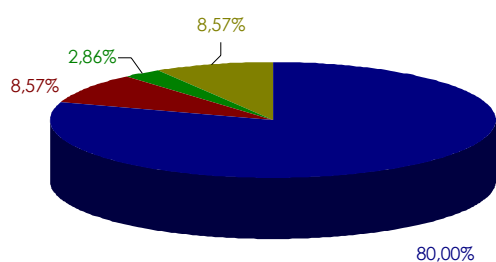
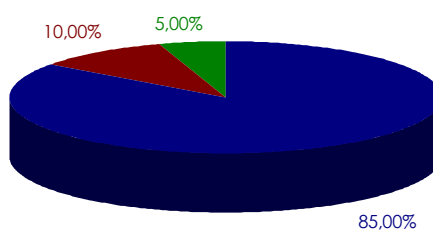


Gráfico 4b - Estado Civil dos Não-Bolsistas



■ Solteiro ■ Casado ■ Separado/ Divorciado ■ Viúvo ■ União Estável

■ Solteiro ■ Casado ■ Separado/ Divorciado ■ Viúvo ■ União Estável

Muitos jovens, mesmo solteiros, são arrimo de família o que justifica a necessidade da bolsa para sua manutenção e da própria família. Há ainda aqueles cuja família não pode assumir o encargo com moradia e despesas de ordem pessoal necessária para que o estudante se mantenha na universidade, tais como: livros, materiais didáticos, xerox, alimentação, transporte, lazer, saúde, etc. Estes grupos recorrem aos programas de assistência como forma de minimizar as desigualdades sociais no interior da universidade. É o que podemos observar nos gráficos 4a e 4b.

Gráfico 6a - Moradia Atual dos Bolsistas

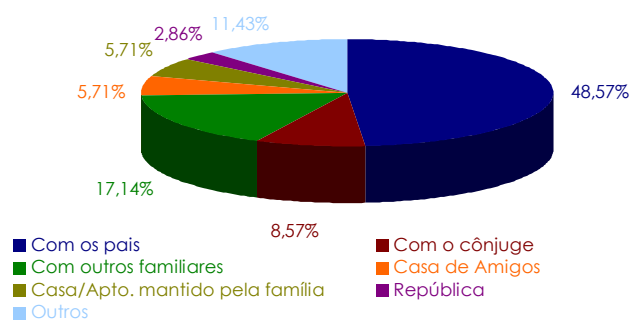
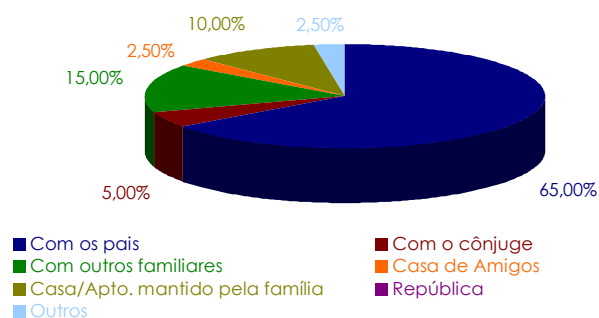


Gráfico 6b - Moradia Atual dos Não-Bolsistas



Os comentários deste gráfico estão relacionados com o local de origem posto nos gráficos 3a e 3b

Gráfico 7a - Escolaridade dos Pais dos Bolsistas

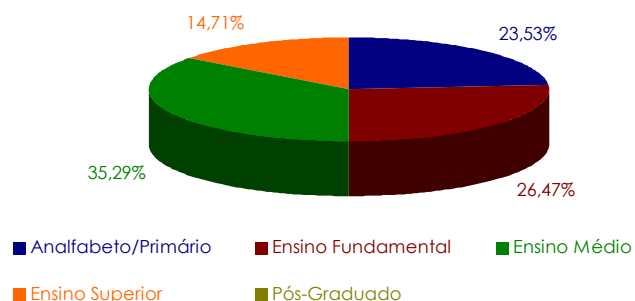


Gráfico 7b - Escolaridade dos Pais dos Não-Bolsistas

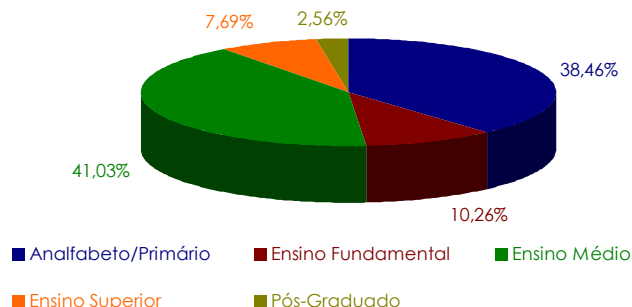


Gráfico 8a - Escolaridade das Mães dos Bolsistas

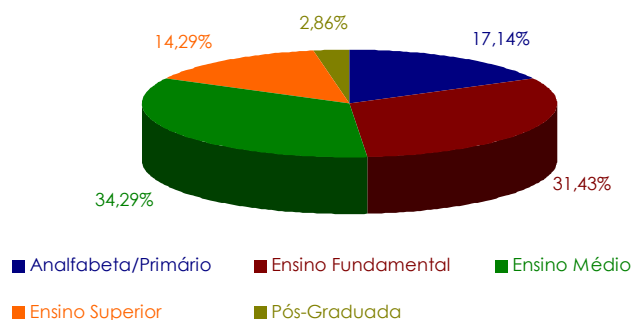
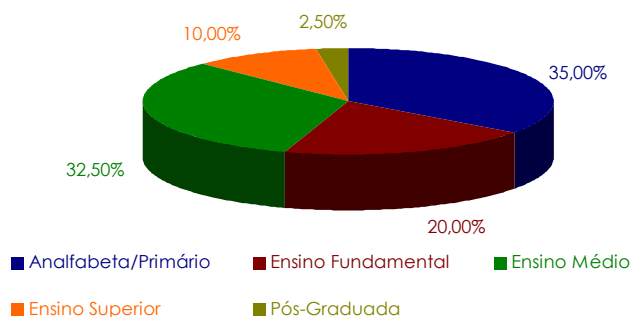


Gráfico 8b - Escolaridade das Mães dos Não-Bolsistas



A escolaridade dos pais interfere direta ou indiretamente na escolaridade dos filhos. O fato de existirem pais analfabetos revela o descaso público com a educação, e muitas vezes, a expectativa que estes têm para que seus filhos concluam um curso de nível superior. Revela ainda, a dificuldade que tais jovens enfrentaram no seu processo de formação pela impossibilidade dos pais de os ajudarem desde a infância.

Gráfico 9a - Ocupação dos Pais dos Bolsistas

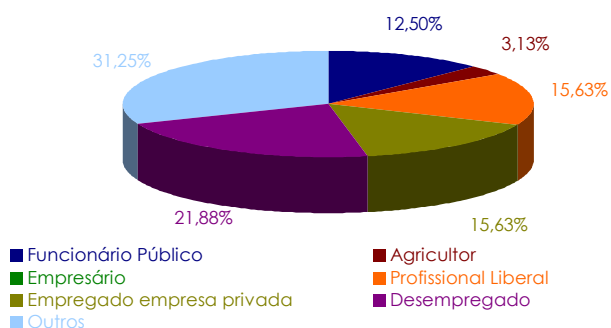


Gráfico 9b - Ocupação dos Pais dos Não-Bolsistas

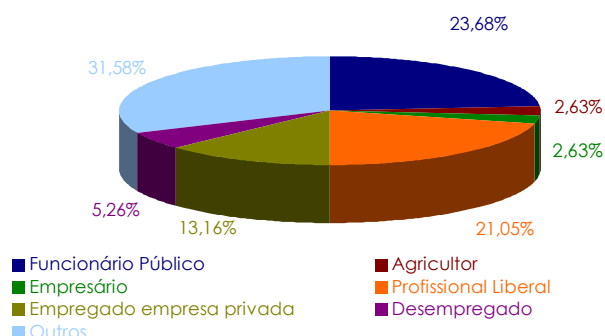


Gráfico 10a - Ocupação das Mães dos Bolsistas

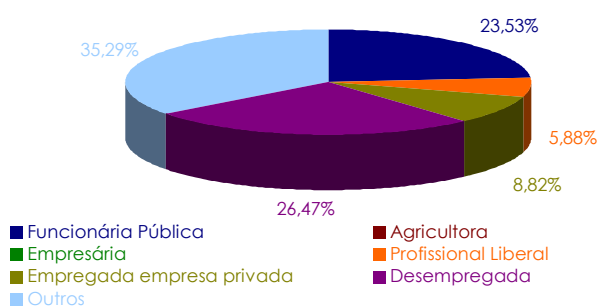
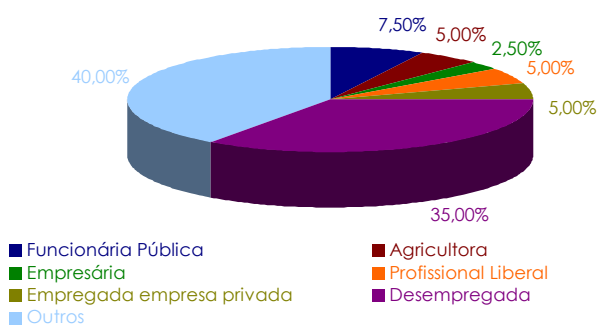
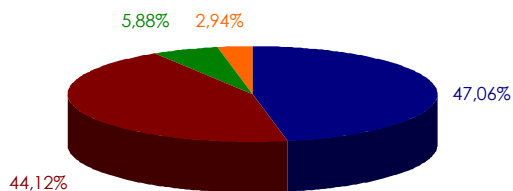


Gráfico 10b - Ocupação das Mães dos Não-Bolsistas



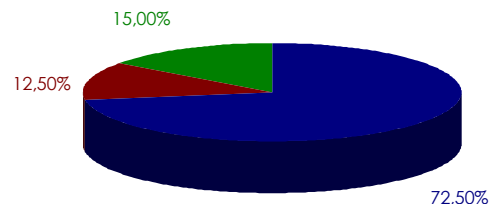
De acordo com os gráficos 9a e 9b, 10a e 10b, um percentual significativo não respondeu à atividade exercida pelos pais. Deste modo, atribuímos ao fato de estas atividades serem variáveis tanto na tarefa a ser exercida, quanto ao período de execução. Verificamos, também, uma maior incidência de pais desempregados no grupo dos bolsistas em relação aos não bolsistas. Deste modo, podemos observar que dada a conjuntura por que estamos passando, é o desemprego a mais nova expressão da questão social. Assim, para este grupo a bolsa é fundamental, porque eles vêm nos programas de assistência, uma alternativa de manter-se na universidade.

Gráfico 13a - Renda Total Familiar dos Bolsistas



■ De 1 a 3 salários ■ De 4 a 6 salários ■ De 7 a 10 salários ■ Mais de 11 salários

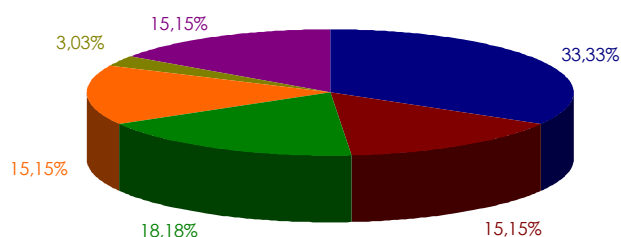
Gráfico 13b - Renda Total Familiar dos Não-Bolsistas



■ De 1 a 3 salários ■ De 4 a 6 salários ■ De 7 a 10 salários ■ Mais de 11 salários

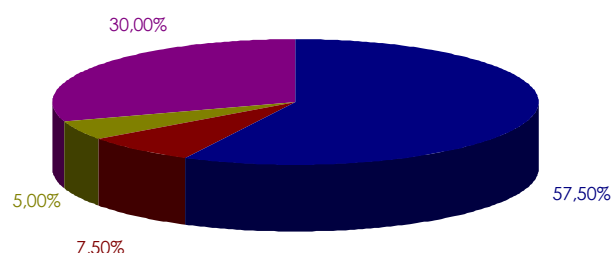
Conforme os gráficos 13a e 13b que tratam da renda familiar dos grupos, verifica-se em suas origens uma predominância das classes menos favorecidas; há, no grupo dos não bolsistas, uma convergência para a classe com renda de 1 a 3 salários mínimos, revelando o elevado grau de carência desses estudantes. Por outro lado, verificamos uma leve melhoria das condições socioeconômicas dos bolsistas, o que confirma ser o apoio da bolsa, relevante, pois propicia um rendimento médio mensal superior. Contudo, sugerimos um maior controle nos mecanismos de aquisição de bolsas no sentido de corrigir possíveis digressões do programa.

Gráfico 14a - Participação dos Bolsistas na Renda Familiar



■ Não trabalha e recebe ajuda
 ■ Trabalha e recebe ajuda
 ■ Trabalha e não recebe ajuda
 ■ Trabalha e contribui parcialmente para o sustento da família
 ■ Trabalha e sustenta a família
 ■ Não trabalha e não recebe ajuda

Gráfico 14b - Participação dos Não-Bolsistas na Renda Familiar



■ Não trabalha e recebe ajuda
 ■ Trabalha e recebe ajuda
 ■ Trabalha e não recebe ajuda
 ■ Trabalha e contribui parcialmente para o sustento da família
 ■ Trabalha e sustenta a família
 ■ Não trabalha e não recebe ajuda

Verificamos, através do gráfico 14a que, mesmo não sendo o objetivo principal da bolsa, observa-se que os bolsistas ainda a utilizam no sentido de subsidiar a renda familiar.

Conforme podemos observar no gráfico 14b, a participação dos não bolsistas é bastante tímida na renda familiar. Todavia, observa-se um percentual significativo que, havendo uma ampliação do programa certamente seriam contemplados.

Gráfico 15a - Ensino Fundamental - Bolsistas

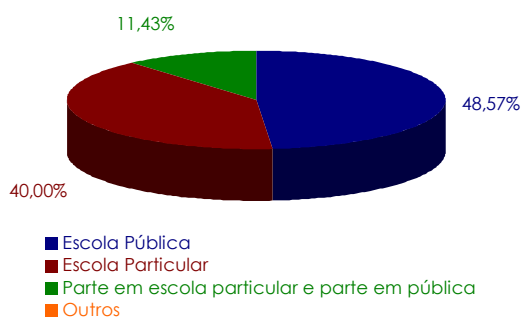


Gráfico 15b - Ensino Fundamental - Não-Bolsistas



De acordo com os gráficos 15a e 15b, muito embora ambos os grupos tinham freqüentado escolas particulares, em relação ao ensino fundamental, observa-se que uma parcela significativa é oriunda do ensino fundamental público, mesmo com toda deficiência existente. Acredita-se que essa tendência está associada à situação de carência socioeconômica familiar.

Gráfico 16a - Ensino Médio - Bolsistas

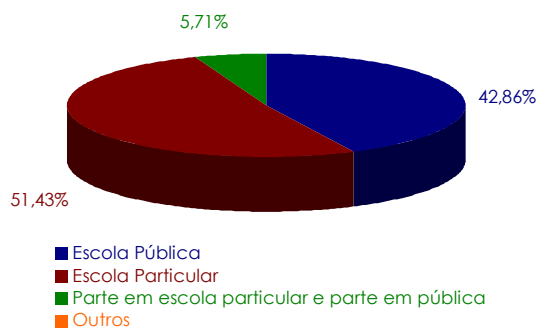
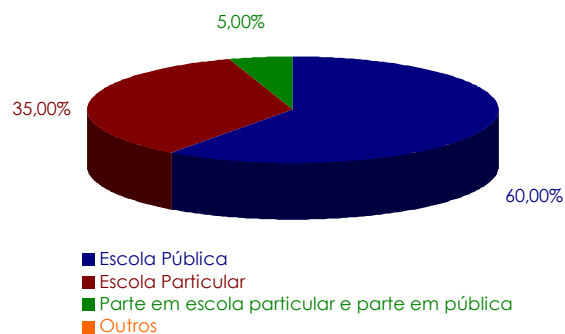


Gráfico 16b - Ensino Médio - Não-Bolsistas



À medida que o estudante possui melhores condições financeiras, verifica-se uma tendência natural pela busca de uma escola de melhor qualidade, como podemos observar no gráfico 16a. Aqueles em condições desfavoráveis vêm nas escolas públicas a única alternativa do acesso à educação e, conseqüentemente, ao ingresso na universidade. Mesmo que através de um processo demorado em função da má qualidade do ensino. É o que podemos observar no gráfico 16b.

Gráfico 18a - Pré-Vestibular - Bolsistas

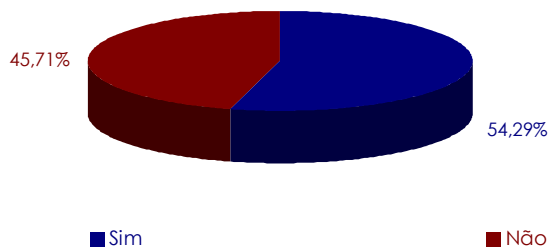
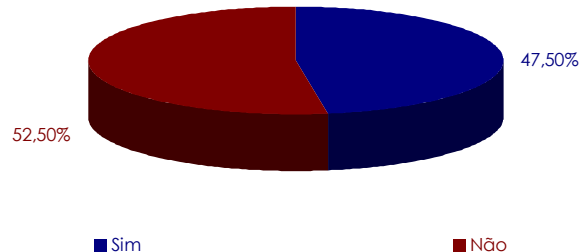


Gráfico 18b - Pré-Vestibular - Não-Bolsistas



A falta de recursos para manutenção do ensino fundamental e ensino médio públicos de qualidade faz com que os jovens procurem os cursinhos para melhor preparação e acesso à universidade. Mesmo assim, e de acordo com os gráficos 18a e 18b, parcela significativa de ambos os grupos, por condições sócioeconômicas desfavoráveis, não fazem cursinhos e se preparam por conta própria, diminuindo as chances de ingressar na universidade, o que muitas vezes, é conseguido a partir de dois ou mais vestibulares. São esses estudantes os demandantes da assistência social na universidade.

Gráfico 19a - Número de Vestibulares - Bolsistas

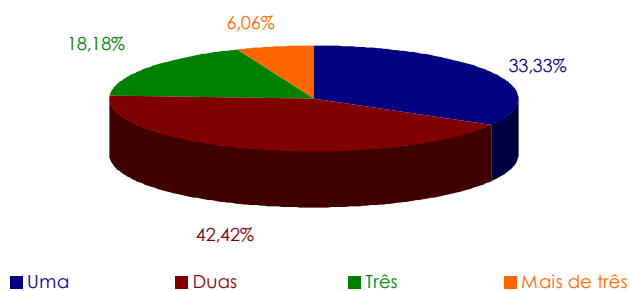
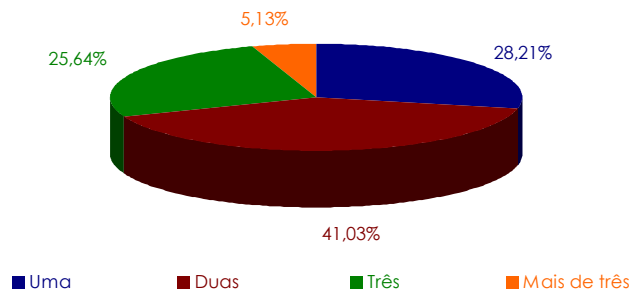


Gráfico 19b - Número de Vestibulares - Não Bolsistas



De acordo com os gráficos 19a e 19b, ambos os grupos ingressam na universidade depois de se submeterem a, pelo menos, dois ou três vestibulares. Verificamos que o fato de freqüentar a escola pública e que esta vem assumindo um perfil de escola de má qualidade, associado ao grau de carência das famílias pela impossibilidade de financiar um curso preparatório, esses estudantes se submetam mais vezes ao concurso vestibular do que aqueles que, em geral, vêm de escolas particulares, tem acesso a cursinhos e disciplinas isoladas decorrentes das condições familiares mais favoráveis.

Gráfico 21a - Forma de Ingresso - Bolsistas

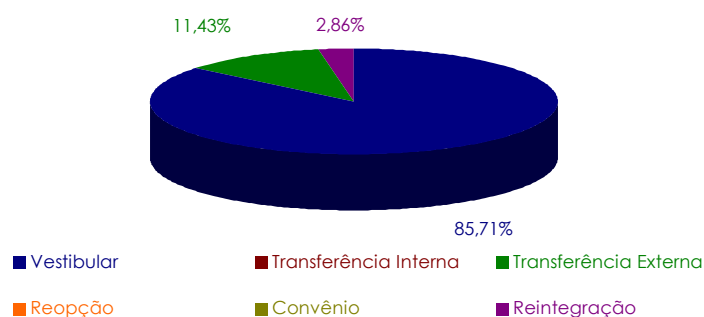
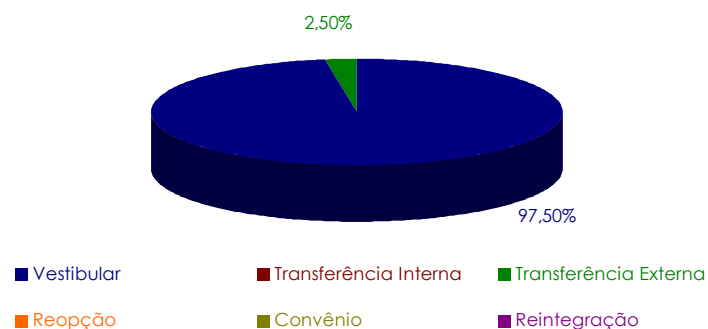
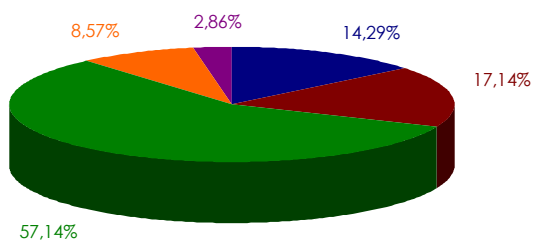


Gráfico 21b - Forma de Ingresso - Não-Bolsistas



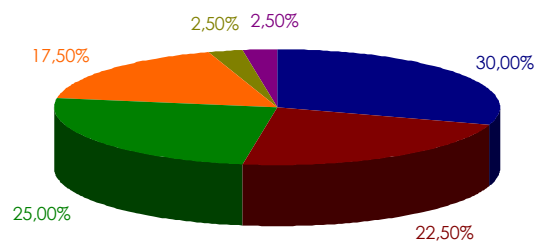
A partir dos gráficos 21a e 21b, o vestibular ainda é a forma mais comum de ingresso na universidade, apesar das dificuldades apresentadas pelos grupos oriundos, na sua maioria, de escolas públicas.

Gráfico 22a - Turno de Estudo dos Bolsistas



■ Manhã ■ Tarde ■ Manhã e Tarde ■ Noite ■ Integral ■ Tarde e Noite

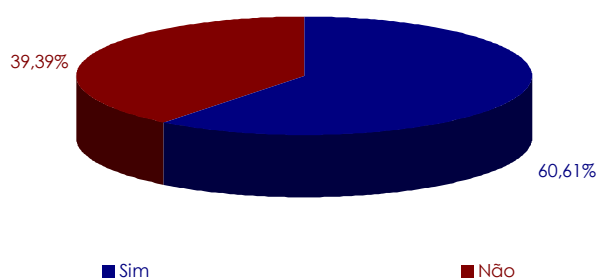
Gráfico 22b - Turno de Estudo dos Não-Bolsistas



■ Manhã ■ Tarde ■ Manhã e Tarde ■ Noite ■ Integral ■ Tarde e Noite

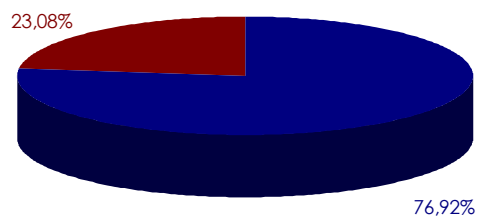
A partir dos gráficos 22a e 22b, os bolsistas, na sua maioria, estudam no turno diurno. Deste modo, o grupo não tem a mínima condição de ingressar no mercado de trabalho tendo em vista dedicar-se à universidade em horário integral. Assim, podemos afirmar ser a bolsa relevante porque supre as necessidades básicas e possibilita uma maior interação dos estudantes na vida acadêmica. Em relação ao grupo dos não-bolsistas, verifica-se uma maior diversificação quanto aos turnos em que estudam com maior incidência aos turnos isolados, totalizando 70%. Atribuímos a este fato à necessidade de ingressar nos programas de assistência, estágios ou até mesmo no mercado de trabalho, dadas as condições socioeconômicas desfavoráveis das famílias. Torna-se imprescindível o apoio da bolsa.

Gráfico 25a - Curso de Informática - Bolsistas



■ Sim ■ Não

Gráfico 25b - Curso de Informática - Não-Bolsistas



■ Sim ■ Não

Podemos verificar, conforme os gráficos 25a e 25b que, parcela significativa dos bolsistas e dos não-bolsistas fez curso de informática. Atribuímos a isto o fato de serem cursos de curta duração e a preços simbólicos, disponíveis na própria universidade, dada a necessidade de qualificação profissional imposta pela nova reorientação do mundo do trabalho, onde o indivíduo é chamado a exercer diversas tarefas. É o trabalhador “polivalente”. Daí, a necessidade de diversificar o conhecimento para competir no mercado.

Gráfico 26a - Língua Estrangeira - Bolsistas

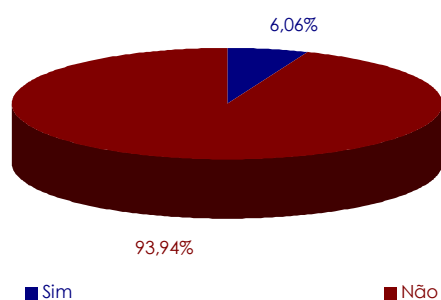
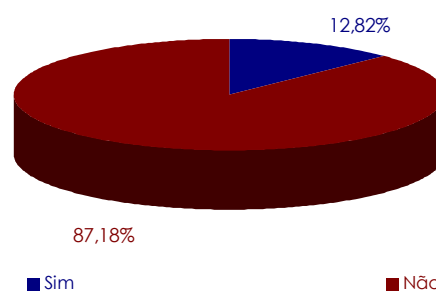
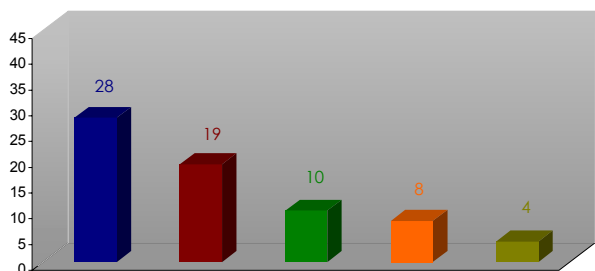


Gráfico 26ba - Língua Estrangeira - Não-Bolsistas



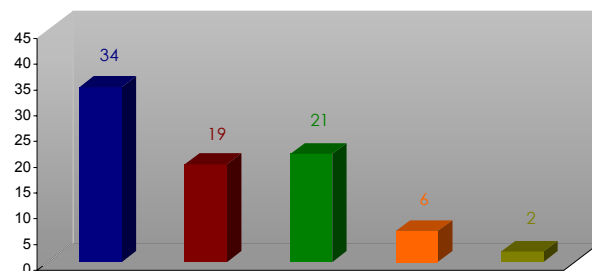
De acordo com os gráficos 26a e 26b, os bolsistas e não-bolsistas não possuem curso de língua estrangeira. Ao contrário dos cursos de informática, os de língua são de longa duração e com alto custo. Inviável devido à condição socioeconômica familiar. A universidade, em parceria com o departamento de Letras, possui um programa de línguas estrangeiras, mas não contempla o aluno de baixa renda devido ao seu elevado custo.

Gráfico 28a - Serviços Utilizados - Bolsistas



■ Biblioteca ■ Laboratório de Computação ■ Escolaridade ■ Cantina ■ Outros

Gráfico 28b - Serviços Utilizados - Não-Bolsistas

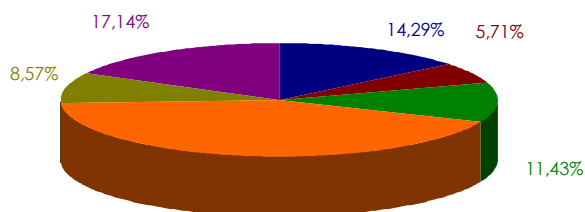


■ Biblioteca ■ Laboratório de Computação ■ Escolaridade ■ Cantina ■ Outros

Conforme a figura 28a e 28b, quanto aos serviços utilizados por ambos os grupos, o maior percentual incidiu nos serviços de bibliotecas e laboratórios de computação. Deste modo, podemos afirmar que são práticas necessárias ao estudante de baixa renda que vêm nestes serviços a alternativa de suprir suas necessidades didáticas, tendo em vista o alto custo dos livros e do material didático. A aquisição de livros para as bibliotecas e a ampliação destes laboratórios seriam formas de assistência aos estudantes e fundamentais para seu desempenho acadêmico.

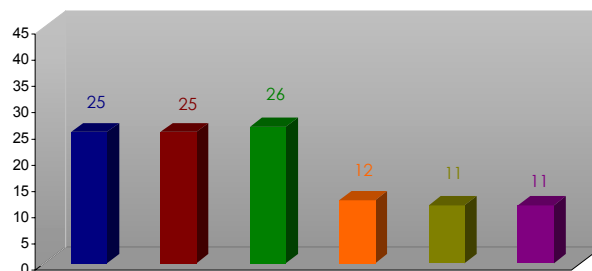
Questões Específicas – Bolsistas

Gráfico 34a - Atividades Desenvolvidas - Bolsistas



■ Pesquisa ■ Monitoria ■ Apoio Técnico
 ■ Apoio Administrativo ■ Apoio à Biblioteca ■ Outros

Gráfico 35a - Emprego do valor da Bolsa - Bolsistas



■ Material Didático ■ Transporte ■ Xerox
 ■ Ajuda Financeira ■ Higiene Pessoal ■ Outros

Conforme o gráfico 34a, quanto às atividades desenvolvidas pelos bolsistas, há predominância das atividades de apoio administrativo. Assim, podemos afirmar que, parcela significativa de bolsistas, exerce atividades que deveriam ser desenvolvidas por servidores, demonstrando assim o esfacelamento da educação superior. Também podemos observar que parcela significativa não soube responder sobre o que fazem, necessitando de uma maior investigação por parte do DAE, para melhor definição destas atividades. As outras atividades estão distribuídas em: pesquisa (14,29%), apoio técnico (11,43%), apoio à biblioteca (8,57%) e monitoria (5,71%).

De acordo com o gráfico 35a, o apoio financeiro advindo da bolsa é usado para suprir algumas necessidades dos bolsistas: xérox, material didático, transporte, ajuda financeira, higiene pessoal e outros. Deste modo, a bolsa é relevante para manutenção do estudante na universidade.

Gráfico 36a - A bolsa contribui para o desempenho acadêmico - Bolsistas

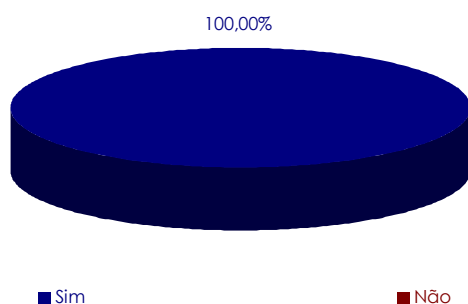
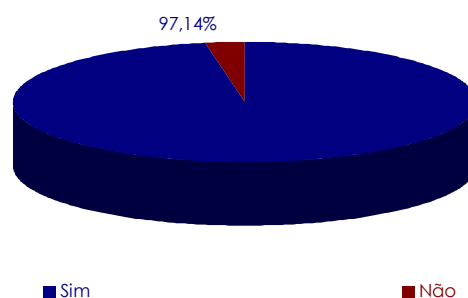


Gráfico 38a - A bolsa contribui para a permanência na UFPE - Bolsistas



De acordo com o gráfico 36a 100,00% dos bolsistas responderam que a bolsa contribui para o desempenho acadêmico. Deste modo, podemos verificar a relevância do programa avaliado pelos próprios participantes. Com a aquisição da bolsa, ainda que irrisória, os alunos detêm uma maior autonomia na administração de suas necessidades básicas, aqui entendidas como: alimentação, transporte, material didático, xérox, etc., determinando suas prioridades.

Conforme o gráfico 38a, ao lado, 97,14% dos bolsistas consideram que a bolsa contribui para permanência na universidade. Aqui também é demonstrada a relevância do programa.

Questões Específicas – Não-Bolsistas

Gráfico 33b - Recebe algum tipo de bolsa ou auxílio? - Não-Bolsistas

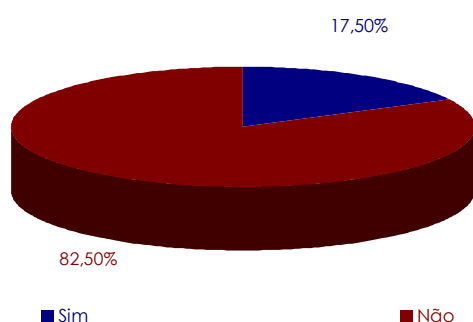
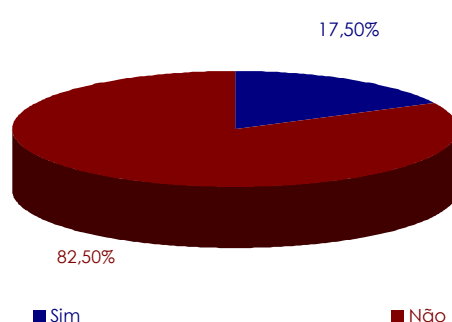


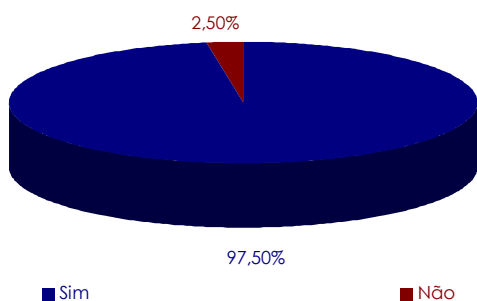
Gráfico 34b - Conhecia o PBMA? - Não-Bolsistas



Como podemos verificar no gráfico 33b, 82,50% dos não-bolsistas não recebem nenhum tipo de auxílio. E por tratar-se de estudantes de baixa renda, o apoio da bolsa é fundamental.

Conforme o gráfico 34b, parcelas significativas dos não bolsistas responderam que não conheciam o Programa de Bolsa de Manutenção Acadêmica. Dado o desconhecimento, um trabalho desenvolvido pelo DAE, no que diz respeito à divulgação, seria de fundamental importância já que a bolsa é a única forma de assistência prestada aos estudantes de baixa renda da RMR, que vêm nele alternativa para manter-se na universidade, com vistas ao término do curso em tempo regular.

Gráfico 35b - Gostaria de ingressar no PBMA? - Não-Bolsistas



A partir do gráfico 35b, apesar do desconhecimento do programa, 97,50% gostaria de ingressar no mesmo. Assim, podemos afirmar a importância do programa para o estudante de baixa renda da RMR, que vê no mesmo a única alternativa apresentada de assistência para manter-se na universidade e poder concluir seu curso.

Observamos algumas características semelhantes em ambos os grupos, tais como: famílias residem em casa própria quitada, cujo chefe da família é o pai e são compostas por 04 a 06 membros.

Informaram ser o motivo predominante para escolha do curso, a realização profissional. Quanto às atividades extraclasse a maior incidência é as artísticas, utilizam o rádio e a tv como meio de informação, têm preferência por literatura de ficção e o tempo livre é ocupado com a leitura em geral.

Em seguida, aplicamos um teste estatístico (Qui-Quadrado de Associação de Pearson¹⁴) buscando identificar as características que influenciam no fato de um aluno ser bolsista, quando comparado com um outro aluno, que não possui a bolsa.

A tabela 1 sintetiza a comparação entre o grupo de bolsistas e os não bolsistas. As duas últimas colunas da tabela 1 fornecem os elementos para se verificar a significância estatística das diferenças entre o valor das variáveis em relação aos dois grupos. Usualmente, dizemos que a variável tem efeito estatisticamente significativo, ao nível de confiança de 95%, se o p-valor do teste qui-quadrado correspondente é menor ou igual a 0,05%.

Tabela 1. Teste Qui-Quadrado de Associação de Pearson

¹⁷ O teste Qui-Quadrado visa comparar a distribuição de dados observados, em função de uma distribuição teórica sobre a hipótese de que as variáveis analisadas estejam associadas ou sejam independentes.

Variáveis	Categorias	Frequência (%)	χ^2	p-valor
Idade	B: Até 20 anos	5,88	8,057	0,005
	NB: Até 20 anos	32,50		
	Mais de 20 anos			
Estado Civil	B: Solteiro	80,00	0,326	0,568
	NB: Solteiro	85,00		
	Outros			
Residência	B: Região Metropolitana do Recife	61,76	1,503	0,220
	NB: Região Metropolitana do Recife	88,24		
	Outras Regiões			
Forma de Ingresso	B: Vestibular	85,71	3,523	0,061
	NB: Vestibular	97,50		
	Outras formas de ingresso			
Ensino Médio	B: Escola Pública	42,86	2,198	0,138
	NB: Escola Pública	60,00		
	Outros tipos de Escola			
Tipo de Ensino Médio	B: Normal	73,53	0,435	0,510
	NB: Normal	80,00		
	Outros tipos de Ensino Médio			
Curso Pré-Vestibular	B: Fez Cursinho	54,26	0,344	0,558
	NB: Fez Cursinho	47,50		
	Não fez Cursinho			
Curso de Informática	B: Fez curso de Informática	60,61	2,243	0,134
	NB: Fez curso de Informática	76,92		
	Não fez nenhum curso de informática			
Língua Estrangeira	B: Domina pelo menos uma língua	6,06	0,931	0,335
	NB: Domina pelo menos uma língua	12,82		
	Não tem domínio sobre nenhuma			
Trabalho remunerado	B: Não trabalha	48,48	13,073	0,000
	NB: Não trabalha	87,50		
	Tem trabalho remunerado			

Variáveis	Categorias	Frequência (%)	χ^2	p-valor
Renda Familiar	B: Até 3 salários mínimos	47,06	4,992	0,025
	NB: Até 3 salários mínimos	72,50		
	Superior a 3 salários mínimos			
Escolaridade do Pai	B: Até o primário	23,53	1,877	0,171
	NB: Até o primário	38,46		
	Superior ao primário			
Escolaridade da Mãe	B: Até o primário	17,14	3,044	0,081
	NB: Até o primário	35,00		
	Superior ao primário			

Dentre as variáveis, apenas a IDADE, o TRABALHO REMUNERADO e a RENDA FAMILIAR apresentaram diferença significativa entre os grupos. Ou seja, os bolsistas são, em geral, mais velhos que os não-bolsistas, exercem algum tipo de atividade remunerada e suas famílias têm um rendimento médio mensal superior ao dos não-bolsistas.

Atribuímos o resultado acima à ausência por mais de nove anos do processo seletivo desenvolvido pelo Serviço Social/DAE.

Concordamos que a assistência deverá ser universal tendo como horizonte o direito social. Porém, com o sucateamento da Educação Superior Pública e, conseqüentemente, a assistência ao estudante por falta de recursos financeiros, a assistência no interior da universidade, assume caráter seletivo e focalista. Desse modo, é oportuno que os programas de assistência sejam direcionados para aqueles alunos que, de fato, dela necessitem para manter-se na academia. Por outro lado, com o agravamento da questão social, verificamos o empobrecimento da sociedade civil brasileira, decorrente das mudanças ocorridas no processo de produção capitalista e, no mundo do trabalho. Tais mudanças têm seus

rebatimentos na assistência, quando alunos de classe média recorrem aos programas de assistência no intuito de assegurar sua permanência na universidade.

A partir da gestão da atual Diretoria do DAE, um significativo avanço foi dado quando, no decorrer dos anos de 2001 e 2002, conseguimos, com a participação dos estudantes, modificar a resolução anterior criando mecanismos para aperfeiçoar o PBMA, incluindo em seu artigo 3º a determinação do processo seletivo, em cada semestre letivo; no artigo 2º, parágrafo único, a determinação de um teto de renda mensal para que o aluno possa participar do processo. Com isso, asseguramos a importante influência do Serviço Social do DAE nos programas de assistência, bem como na garantia do acesso aos estudantes de baixa renda.

Passaremos a avaliar o programa de bolsas através da relação existente entre bolsista X desempenho acadêmico a partir de um teste estatístico chamado teste de Comparação (t-pareado)¹⁵. Este busca comparar o desempenho acadêmico atual do bolsista com o desempenho que o mesmo apresentava antes da concessão da bolsa. Assim, foram calculadas as médias aritméticas das médias globais, utilizando os históricos escolares, antes e após a aquisição da bolsa, com o intuito de mostrar que o aluno apresenta um rendimento superior ao que ele obtinha anteriormente.

Inicialmente, aplicamos o teste (t-pareado), envolvendo a média aritmética das médias globais antes e após o ingresso no programa dos 28 bolsistas, pois 07 deles não possuíam média anterior, tendo em vista o fato de terem sido agraciados com a bolsa concomitantemente ao ingresso na universidade, conforme verificado na tabela abaixo:

¹⁵ O teste T pareado, aplica-se na comparação de duas medidas tomadas sobre um mesmo indivíduo, em momentos diferentes.

3 Tabela 2. Estatísticas da Amostra

	Média	n	Desvio Padrão	Correlação
μ_A	7,3113	28	0,7652	0,807
M_1	7,0517	28	1,0796	

Analisando o resultado do teste, verificamos que a diferença encontrada (0,2596) entre a média da média global atual e a média da média global anterior, pertence ao intervalo compreendido por 0,0089; 0,5104. Assim, como o intervalo é superior a zero, podemos afirmar que a média das médias globais, após a concessão da bolsa, é superior à média das médias globais anterior ao programa, haja vista o nível de 95% de confiabilidade e em função do p-valor mostrar-se inferior a 0,05, conforme verificado na tabela abaixo:

4 Tabela 3. Resultado do Teste utilizando a Média

Teste	Diferença/Média	Desvio Padrão	Intervalo de Confiança (95%)		p-valor
			Limite Inferior	Limite Superior	
$\mu_A - \mu_1$	0,2596	0,6467	0,0089	0,5104	0,043

Considerando o nível de confiabilidade representada pela diferença entre as médias das médias globais encontradas no teste anteriormente aplicado, admitimos a criação de uma variável apenas para contemplar o caso dos 07 (sete) bolsistas que não possuíam as médias globais anteriores ao programa. Nesses casos, admitimos que a média global anterior do aluno é igual à média atual subtraída da diferença da média encontrada anteriormente que é = 0,2596.

Deste modo, objetivando fornecer uma maior amplitude e confiabilidade ao trabalho realizado, operacionalizamos um novo teste de comparação, envolvendo, desta feita, 35 bolsistas. vejamos abaixo.

5 Tabela 4. Estatísticas da Amostra

	Média	n	Desvio Padrão	Correlação
μ_A	7,4811	35	0,8358	0,854
μ_2	7,2374	35	1,0877	

Utilizamos a média atual e subtraímos a média anterior e encontramos a diferença das médias, conforme tabela abaixo:

6 Tabela 5. Resultado do Teste utilizando a Média

Teste	Diferença/média	Desvio Padrão	Intervalo de Confiança (95%)		p-valor
			Limite Inferior	Limite Superior	
$\mu_A - \mu_2$	0,2437	0,574	0,0494	0,4380	0,015

Verificamos que a diferença encontrada de 0,2437 entre a média da média global atual e a média da média global anterior, pertence ao intervalo 0,0494; 0,4380 é superior a zero, podendo afirmar que, a média das médias globais após a concessão da bolsa, é superior à média das médias globais anterior ao programa. Deste modo, $p = 0,015$ indica ser a diferença entre as médias globais 0,2437 significativa do ponto de vista estatístico, com um grau de confiança de 95%. Este resultado confirma a melhoria do desempenho acadêmico do aluno, após o ingresso no PBMA. Deste modo, sendo o PBMA uma estratégia de assistência ao estudante, o resultado acima encontrado vem revelar a importância do programa a

alunos de baixa renda, sendo oportuno o investimento da universidade na ampliação do programa contemplando assim, um maior número de beneficiários.

Em seguida, pedimos aos grupos que indicassem as demandas por assistência, conforme podemos observar nos gráficos 27^a e 27b abaixo.

Gráfico 27a - Programa de Assistência - Bolsistas

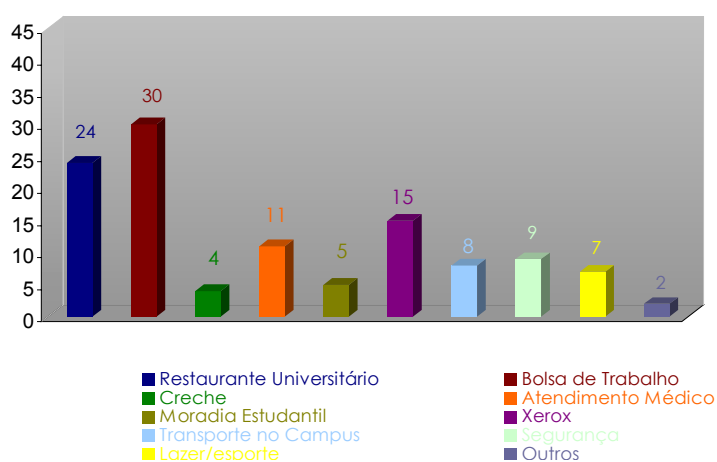
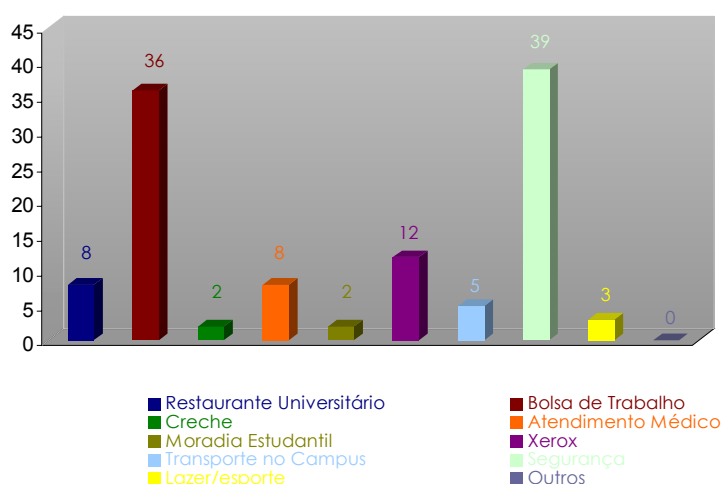


Gráfico 27b - Programa de Assistência - Não-Bolsistas



Os gráficos acima mostram que as demandas por assistência trazidas pelos grupos (bolsistas e não-bolsistas) foram as mesmas. O que irá variar é a ordem de importância dada pelos grupos. Assim, para o grupo de bolsistas a própria bolsa aparece em 1º lugar com 85,71%. Deste modo, podemos afirmar que a mesma é importante porque possibilita a prática profissional em projetos e atividades realizada no âmbito da UFPE, bem como apóia financeiramente os bolsistas, permitindo uma flexibilidade em relação a remuneração, porque eles podem sistematizar seus gastos de acordo com suas necessidades básicas entendidas como: xerox, transporte, alimentação, material didático, lazer, despesas pessoais, etc. Em seguida, aparece o Restaurante Universitário com 68,57%, um percentual bastante significativo, pois os componentes dos dois grupos, em sua maioria, estudam no turno diurno (manhã/tarde) tendo que gastar com almoço e lanche o que, no final do mês, onera no orçamento destes alunos. A xerox foi um dos elementos mais votados com 42,86%, implicando na condição do aluno de não poder comprar os livros didáticos que, em geral, são caros. Ainda, a deficiência dos acervos das bibliotecas que, além de estarem desatualizadas, não possuem quantidade adequada, dificultando o aprendizado do estudante de baixa renda que vê nas bibliotecas um dos meios para manter-se na universidade. Um outro fator destacado na pesquisa foi a necessidade de atendimento médico, com 31,43% dos votos para os alunos de baixa renda, já que não têm condições de pagar uma assistência médica privada. Além dessas consideradas mais significantes, outras demandas aparecem no gráfico acima, tais como: segurança no campus com 25,71%, a necessidade de transporte no campus com 22,86% em decorrência da distância entre os diversos centros, dificultando o deslocamento e o bom desempenho acadêmico para os estudantes que cursam disciplinas em centros diferentes. Lazer/esporte 20,00% moradia estudantil 14,29%, creche com 11,43%, entre outros.

O grupo dos não bolsistas optou, em 1º lugar, por segurança no campus 97,50%, o que nos remete a afirmar que a violência urbana chegou às universidades e estas, por sua localização, são na grande maioria, longe do centro e em

localidades desertas. Seguida da bolsa de trabalho com 90,00%, xérox 30,00%, restaurante universitário e atendimento médico 20,00%, que tiveram um mesmo grau de importância no grupo de bolsistas. Transporte no campus 12,50%, lazer/esporte 7,50%, creche e moradia estudantil 5,00%.

Pedimos, ainda, que o grupo de bolsista avaliasse o programa de bolsas, a partir de sua ótica. É o que nos mostra os gráficos 36a e 36b:

Gráfico 36a - A bolsa contribui para o desempenho acadêmico - Bolsistas

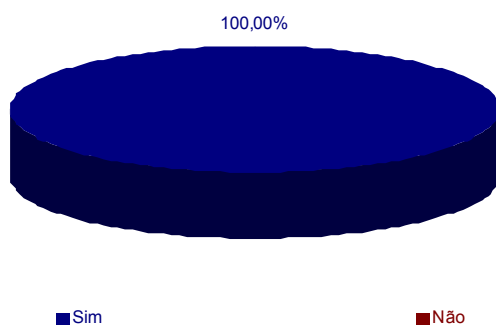
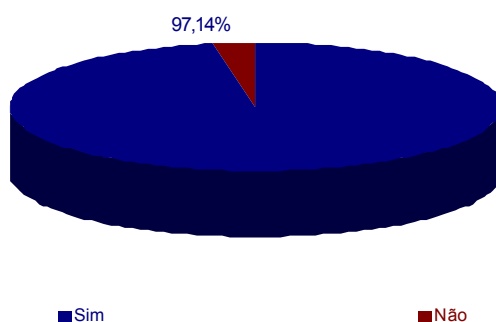


Gráfico 38a - A bolsa contribui para a permanência na UFPE - Bolsistas



De acordo com os gráficos acima, 100% dos bolsistas responderam que a Bolsa de Manutenção Acadêmica contribui para o desenvolvimento acadêmico do aluno e 97,14% responderam que a bolsa contribui para a permanência do estudante na UFPE. Nesse contexto, podemos afirmar a relevância do Programa de Bolsa de

Manutenção Acadêmica, enquanto parte integrante da assistência ao estudante de baixa renda.

Mesmo assim, algumas sugestões foram trazidas pelo grupo no intuito de melhorar o Programa de Bolsa de Manutenção Acadêmica. Neste item trabalhamos agrupando as várias alternativas (anexo 01) por grau de importância: equivalência ao salário mínimo vigente, seguida de ampliação do programa; a necessidade do bolsista desenvolver suas atividades dentro de sua área; a importância de divulgação dos trabalhos produzidos pelos bolsistas; ligações das atividades dos bolsistas atreladas à pesquisa; uma maior divulgação do próprio programa, necessidade de integração dos bolsistas da UFPE; maior atenção por parte da administração da UFPE em relação ao Programa; direito a férias e regularização das datas de pagamento.

Deste modo, concluímos a necessidade de reunir o grupo e apresentar a resolução que regulamenta o Programa de Bolsa, face ao desconhecimento do bolsista em relação ao regimento. Apesar de ter sido realizada uma reunião com o grupo de bolsistas, em 27/09/2002, com a seguinte pauta:

- Resolução nº 02/2002 do Programa;
- Normas Operacionais;
- Calendário de Inscrição do Programa referente a 2002.2;
- Pesquisa sobre o programa de Bolsas de Manutenção Acadêmica.

Conforme lista de frequência, em anexo, apenas 21 bolsistas compareceram à reunião, alegando estarem no período de prova e término do semestre.

Procuramos saber do grupo dos Não-Bolsistas, que benefícios a Bolsa traria se o mesmo ingressasse no Programa. Do mesmo modo, trabalhamos agrupando as várias alternativas (anexo 02): *a ajuda de custo destacou-se, sendo ela compreendida como algo que dá suporte provendo o transporte, a xérox, o*

material didático, a alimentação, e o acesso a cursos (congressos, seminários e excursões pedagógicas e despesas do curso). Seguida de permanência no curso, experiência profissional, melhor desempenho acadêmico, dedicação exclusiva ao curso, ajuda nas despesas domésticas e pessoais, conhecimento do mercado de trabalho, aquisição de novos conhecimentos.

Por último, caracterizamos o Programa de Bolsas de Manutenção Acadêmica em relação às demais bolsas. Conforme observamos abaixo:

A Bolsa de Manutenção Acadêmica é caracterizada por atender a estudantes de baixa renda. Quanto às atividades do bolsista, elas estão atreladas ao curso do mesmo. A área de abrangência dessas atividades é ampliada conforme artigo 12, parágrafo único, onde ele poderá desenvolver suas atividades em programas de estágio curricular, monitoria, iniciação científica, iniciação à docência e atividades de extensão. Outro aspecto positivo é que o estudante tem direito ao recesso escolar ao término do semestre, podendo reintegrar-se no início do próximo semestre acadêmico sem prejuízos para o bolsista. Ainda, após um ano de atividades, o bolsista tem direito a um mês de recesso escolar remunerado. Sua carga horária (12horas) é menor que a das demais bolsas e o cumprimento desta num horário que não comprometa o desempenho acadêmico do bolsista. Na atual conjuntura, é a única que não atrasa o pagamento conforme compromisso do atual reitorado.

É preocupante que as mudanças ocorridas a partir da década de 90, com ascensão do projeto neoliberal para os países periféricos, evidenciem a velocidade do sucateamento das IFES. Tanto no que diz respeito ao espaço físico, como também aos recursos humanos. A demanda por bolsa ocorre como tentativa de suprir a ausência de servidores. Se de um lado é positivo porque o aluno adquire experiência profissional, responsabilidade e a permanência na universidade, por outro é negativo na medida em que esse aluno é responsabilizado a exercer tarefas para as quais o mesmo não está preparado, e,

invariavelmente, é explorado por diversos aspectos: desde o estar exercendo tarefas burocráticas que não estão contribuindo para seu desenvolvimento acadêmico – passando pela ausência de vínculos empregatícios e, conseqüentemente, direitos sociais –, até a baixa remuneração. Neste sentido, a bolsa enquanto instrumento da assistência que objetiva ajudar o aluno em suprir suas necessidades básicas para manter-se na universidade, passa a ter um caráter contraditório. O aluno passa a suprir a necessidade da universidade, quando esta é que deveria suprir suas necessidades.

A bolsa é um tipo de assistência prestada pela universidade aos alunos de baixa renda no intuito de contribuir para um bom desempenho acadêmico e conseqüentemente o término do seu curso em tempo hábil, ou seja, a bolsa deve estar inteiramente ligada ao ensino, à pesquisa e à extensão e não servir como “socorro” a uma situação que é meramente problema da gestão universitária.

Cabe à universidade apresentar um projeto de reposição e/ou redistribuição entre os servidores, já que não há outro caminho por parte do governo federal para garantir um bom funcionamento da mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As primeiras indagações que originaram este trabalho partiram de minha vivência enquanto Assistente Social do Departamento de Assuntos Estudantis/UFPE. Tivemos a oportunidade de levantar questionamentos e aprofundá-los no tocante à Assistência Social com ênfase na assistência ao estudante no interior da universidade e, em particular, os programas de Bolsas de Graduação existentes na UFPE, dando um recorte especial ao Programa de Bolsa de Manutenção Acadêmica por ser este destinado a estudantes de baixa renda, clientela em potencial do DAE.

O ensino público e gratuito, como um direito de todos e dever do Estado, vem sendo discutido por importantes e significativos setores da sociedade brasileira comprometidos com o processo de democratização do país. Garantir o acesso ao sistema educacional significa a manutenção do ensino no nível Fundamental, Médio e Superior. Por outro lado, o acesso à escola pública não significa apenas a não cobrança de mensalidade, mas garantir a permanência do estudante, o que implica na necessidade de criar mecanismos de manutenção de programas de assistência e construção de outros.

No caso específico do Ensino Superior, as IFES vêm passando por um processo sistemático de redução de verbas, o que tem gerado sérias dificuldades na manutenção dessas instituições, bem como dos programas de assistência. As ações de assistência voltadas ao estudante têm configurado um conjunto de práticas desarticuladas, de caráter fragmentado e emergencial. No que diz respeito à desarticulação da assistência no espaço universitário, verificamos que a retração de recursos oficiais destinados está relacionada à Lei de Diretrizes e Bases para a Educação que retira do Estado a responsabilidade com relação à manutenção de programas assistenciais no interior da universidade.

É preciso ter claro que a Assistência longe de ser um mecanismo que desvia verbas do ensino, pesquisa e extensão é, ao contrário, um dos instrumentos que garante condições para uma boa qualidade de ensino e para a produção de conhecimentos. Deste modo, urge democratizar o acesso às universidades e essa democratização dar-se-á através de um conjunto de elementos: na alocação de recursos específicos à área; na expansão e melhoria do ensino público; na abertura de cursos noturnos e na manutenção e ampliação dos programas de Assistência, como mecanismo que garanta aos estudantes condições mínimas de permanência na instituição.

Temos consciência de que não podemos contar exclusivamente com recursos públicos para cobertura de uma área considerada subsidiária no espaço da universidade, embora, como vimos, fundamental para a criação de condições básicas de permanência e desempenho acadêmico do aluno. No entanto, concordamos com Oliveira (1997 p.166), quando sugere a experiência implantada na Universidade Federal de Minas Gerais, onde há mais de quarenta anos funciona a Fundação Mendes Pimentel que apresenta programas de assistência ao estudante diversificado e criativo. Sugere a organização de uma Fundação de Assistência ao Estudante cujo objetivo é a condução de uma política ousada na captação de recursos para a área de Assistência, através do estabelecimento de convênios, parcerias e intercâmbios com organizações e empresas. A implantação de um modelo como esse, levaria a minimizar o problema crucial da área da assistência em geral e, especificamente, do PBMA em seu duplo sentido: o número limitado de Bolsas que apenas contempla 16,07% dos estudantes de baixa renda e o valor irrisório da mesma, respaldado na pesquisa avaliativa realizada que demonstrou a viabilidade do PBMA para o acesso e a permanência dos estudantes das camadas populares.

FONTES CONSULTADAS

AGENDA/UFPE, 2000.

ALBUQUERQUE, Amara Solange Coelho C. de et all. Bolsas de Trabalho e Residências Estudantis na UFPE. Recife: Editora Universitária, 1979.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Política de Educação. In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 3. Brasília, CEAD – Universidade de Brasília, 2000.

ANTUNES, Ricardo. Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo I. Brasília, CEAD – Universidade de Brasília, 1999.

BANCO MUNDIAL. La enseñanza superior – las lecciones derivadas de la experiencia. Washington D.C., EUA, 1995.

BARRETO, Walewska & Gouveia Maria Alcione Relatório Semestral de acompanhamento do Programa de Bolsa de Cooperação Acadêmica, Recife, 1993.

BARRETO, Walewska Faria Alcântara. Reestruturação e Ampliação da Política de Assistência Social aos estudantes carentes da UFPE. Recife, 1999. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Políticas Públicas e Gestão de Serviços Sociais). Departamento de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UFPE/1999.

BASTOS Maria Durvalina Fernandes. Desafios atuais à formação universitária. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, nº47, p. 5 – 16. 1995.

BEZERRA, Roberto Cláudio Frota. Caminhos e Encruzilhadas. Revista UNB. Universidade de Brasília. Ano I nº 4. Dez/2001.

Boletim Informativo da UFPE (Incampus) nº38, 05/2001.

Boletim Informativo da UFPE (Incampus) nº 41, 08/2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 5/10/88.

_____. Lei de diretrizes e Bases da educação. Lei nº9.394, de 20/12/1996.

_____ Lei Orgânica de Assistência Social, Lei nº8.742, 7/12/1993.

CARVALHO, Alba Maria Pinho. Assistência Social no Contexto do Estado Brasileiro: Limites e Perspectivas. Revista Serviço Social e Sociedade Cortez, nº 47 p. 63 – 78, 1995.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 2ª edição São Paulo: Cortez, 1995.

DISCUTINDO A PROPOSTA PRELIMINAR DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Brasília: CNAS, 1997.

FACEIRA, Lobélia da Silva. A Política Educacional no contexto neoliberal. Revista Universidade e Sociedade, ano X nº 22 p. 77 – 83. nov/2000.
Relatório de Avaliação do Programa de Bolsas de Trabalho na UFPE. Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários. Outubro/1981.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Autonomia Universitária: Desafios histórico-políticos. Revista Universidade e Sociedade. Ano VII nº 12. 02/97.

FERREIRA, Ivanete Boschetti. Previdência e Assistência. Uma unidade de Contrários na Seguridade Social. Revista Universidade e Sociedade, ano X nº 22 p. 07 - 15 nov/2000.

_____ As políticas brasileiras de seguridade social: assistência social. In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 3. Brasília, CEAD – Universidade de Brasília, 2000.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS, 14. Cadernos de textos. Natal: UFRN, 1996.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. Assistência estudantil – uma questão de investimento. FONAPRACE: 1999.

_____ Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior. Relatório Preliminar, Belo Horizonte MG: FONAPRACE, 1997.

_____ Proposta do FONAPRACE para um Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das IFES. João Pessoa, PB: FONAPRACE, 1998.

_____ Proposta do FONAPRACE para um plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das IFES. Recife, PE, 04/2001.

FÓRUM Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis Dez Encontros, Goiânia, 1993.

FONAPRACE – Coordenação Nacional – Política Social nas Pró-Reitorias de Assuntos Comunitários e Estudantis das IFES – Princípios. 1995.

FONTE, Eliane Maria Monteiro. Relatório de sugestões para reformulação do Programa de Bolsas de Manutenção Acadêmica/DAE/PROACAD. Recife, 2000.

GIL, Antonio Carlos. Método e técnicas de pesquisa social. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

HELENE, Otaviano. Perspectivas para universidade brasileira. Revista Universidade e Sociedade, Brasília. Nº 12, p. 4 – 8, 1997.

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional. 3ª edição, São Paulo Cortez, 2000.

LUZ, Rodolfo Pinto. Financiamento e expansão. Revista UNB. Universidade de Brasília. Ano I nº4 dez/2001.

MANUAL Acadêmico/UFPE/2000.

MORHY, Lauro. Universidade Ontem e Hoje...e Amanhã?. Revista UNB. Universidade de Brasília. Ano I nº4 dez/2001.

OLIVEIRA, Euglébia Andrade de. Assistência ao Estudante e Cultura Política no espaço universitário. Rio de Janeiro, 1997. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

PANZERA, Ingrid Hallk. O Efeito da Bolsa de Manutenção no Desempenho Acadêmico de Alunos da UFMG. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

PAURA, Simone Gliglio. Uma visão dos programas assistenciais na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1997. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Políticas Sociais). Universidade do Rio de Janeiro. Faculdade do Rio de Janeiro, 1997.

PEREIRA, José Maria. Uma reflexão sobre a crise do sistema de Universidades Federais. Revista Universidade e Sociedade, ano XI, nº 24 p. 97 – 104, 06/2001.

TRINDADE, Hégio. Por uma nova reforma universitária. Revista UNB. Universidade de Brasília. Ano I nº 4. Dez/2001.

PEREIRA, Maria Ângela Rocha. Construindo um novo tempo: a experiência de Minas no campo da assistência como direito social. Revista Serviço Social e Sociedade. Cortez nº 47 p. 34 – 54, 1995.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. A Metamorfose da Questão Social e a Reestruturação das Políticas Sociais. In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo I. Brasília, CEAD – Universidade de Brasília, 1999.

PEREIRA, Potyara P. A política social no contexto da seguridade e do Welfare State: a particularidade da assistência social. São Paulo. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 56, p. 60 – 76, 1998.

PLANO Plurianual 2000/2003 da Pró-Reitoria Acadêmica.

REGIMENTO do Programa de Bolsas de Cooperação Acadêmica. Resolução 01/93.

RELATÓRIO de Atividades do Departamento de Assistência ao Estudante (período de 06/97 a 12/99). Recife, 1999.

RELATÓRIO Anual do Departamento de Assuntos Estudantis. (janeiro a dezembro/2000). Recife, 2000.

RELATÓRIO Anual do Departamento de Assuntos Estudantis. (Janeiro a dezembro/2001). Recife, 2001.

RIBEIRO, Darcy A Universidade Necessária, 5ª edição, editora Paz e Terra, São Paulo, 1991.

ROCHA, Sheila Nadéria Rodrigues. As perspectivas de operacionalização da política de assistência estudantil na UFPE dos anos 90: Análise de uma experiência. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social), Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, 1996.

ROCHA, Sheila Nadéria Rodrigues. Assistência ao Estudante Universitário: Representações Sociais e práticas no espaço Acadêmico. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2000.

ROSAR, Maria de Fátima Felix. O assalto da razão pragmática à universidade do saber no final do século XX. Revista Universidade e Sociedade, ano XI, nº 24 p. 80 – 84, 06/2001.

RUIZ, Antonio Ibañez. A Educação no governo FHC (1995/2000). Revista Universidade e Sociedade, ano XI, nº24 p. 69 – 79, 06/2001.

SPOSATI, Aldaíza. Desafios para fazer avançar a Política de Assistência Social no Brasil. São Paulo Revista Serviço Social e Sociedade nº 68 p. 54 – 82, 2001.

SGUISSARDI, Valdemar. O Banco Mundial e a Educação Superior - revisando teses e posições? Revista Universidade e Sociedade, ano X nº 22 p. 66 – 75 nov/2000.

SCHONS, Selma Maria. Assistência Social entre a ordem e a desordem: mistificação dos direitos sociais e da cidadania. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Programa de Estudos e Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994.

SCHERPING, Guilherme. Os efeitos de 15 anos de mudanças neoliberais na educação pública: um resumo. Revista Universidade e Sociedade, ano XI, nº 24 p. 07 e 08, 06/2001.

SPOSATI, Aldaíza. Os direitos dos (des)assistidos sociais. 2ª edição, São Paulo. Cortez, 1991.

SPOSATI, Aldaíza. Globalização da economia e processos de exclusão social. In: Curso de capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília, CEAD – Universidade de Brasília, 1999.
Ferreira

UFPE. Projeto de Reestruturação da Política de Assistência Social no Departamento de Assuntos Estudantis/PROCOM. Recife, 1997.

YAZBEK, Maria Carmelita. Classes subalternas e assistência social, 2ª ed. São Paulo. Cortez, 1996a.

_____A política social brasileira nos anos 90: refilantropização da questão social. Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), nº 164, Salvador, p. 3 – 51, 1996b.

ANEXOS